

A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM CABO VERDE



A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM CABO VERDE

Entidade Responsável

Alta Autoridade para a Imigração - AAI, I.P

Elaboração do Estudo

Instituto de Pesquisa e Estudos para o Desenvolvimento (IPED – Universidade de Santiago)

Nardi Sousa (Investigador/Coordenador)

Lamine Tavares (Investigador/Estatístico)

Comissão Científica

Alcina Nunes – Instituto Politécnico de Bragança (IPB)

Carmem Barros Furtado – Alta Autoridade para a Imigração (AAI, I.P)

Cláudia Pereira – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)

Catarina Reis de Oliveira – Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)

Inês Vídgal – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)

Maria Alejandra Scaglione - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)

Sofia Bergano - Instituto Politécnico de Bragança (IPB)

Revisão Técnica

Alta Autoridade para a Imigração (AAI, I.P)

Departamento de Estudos, Projetos, Cooperação e Relações Internacionais (DEPCR)

Angela Ramos Valentim

Jacira Amarilis Moreno

Apoio Financeiro

Projeto *Coop4Int* – *Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde*, implementado pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P (AIMA), a Alta Autoridade para a Imigração (AAI, I.P), o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB). O projeto *Coop4Int* tem o apoio financeiro da União Europeia, contratualizado pelo ICMPD através da *Migration Partnership Facility*.

O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos autores, e não pode, em caso algum, ser considerado como refletindo a posição da União Europeia, do ICMPD ou de qualquer uma das entidades intervenientes no projeto.

Design Gráfico

Alex Barros

Impressão

Tipografia Santos, Lda.

Publicação

Abril 2025



A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM CABO VERDE

Financiado pela União Europeia



Contratualizado por



Implementado por



ÍNDICE

Nota de Abertura	9
Resumo Executivo	11
Introdução	13
Metodologia	17
I. Históricas Relações: Cabo Verde e Portugal	21
1.1. Portugal/Cabo Verde: Achamento ou Descobrimento?	22
1.2. Ribeira Grande de Santiago: A primeira experiência portuguesa nos trópicos	34
1.2.1. De Santiago de Cabo Verde para o Atlântico Sul	34
II. Migrações Bi-direcionadas e solidez nas relações bilaterais	43
2.1. Cabo Verde: A primeira diáspora portuguesa?	44
2.2. Expatriados ou Imigrantes: Uma discussão necessária	46
III. Comunidades Portuguesas em Cabo Verde	55
3.1. Número de Portugueses em Cabo Verde	56
3.2. Caracterização Sociodemográfica dos Portugueses em Cabo Verde	65
3.2.1. Resultados do Inquérito sobre a Comunidade Portuguesa em Cabo Verde	66
3.2.2. Portugueses nascidos em Portugal (Continente e ilhas)	78
3.2.2.1. Razões da Escolha de Cabo Verde e Processo de Integração em Cabo Verde	78
3.2.3. Portugueses naturais/nascidos em Cabo Verde/PALOP	94
3.2.4. Empresários Portugueses nascidos em Portugal (Continente e ilhas)	105
Considerações Finais	123
Bibliografia	128

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Emigrantes portugueses no mundo 1990 - 2020	57
Gráfico 2 - Nascidos em Portugal residentes em Cabo Verde, 2000, 2010 e 2013	61
Gráfico 3 - Género	66
Gráfico 4 - Idade	66
Gráfico 5 - Local de nascimento	67
Gráfico 6 - Concelho de residência	67
Gráfico 7 - Tempo de residência	68
Gráfico 8 - Tipo de habitação	68
Gráfico 9 - Grau de instrução/escolaridade	69
Gráfico 10 - País de formação	69
Gráfico 11 - Filhos	70
Gráfico 12 - Idade do(s) filho(s)	70
Gráfico 13 - Residência do(s) filho(s)	71
Gráfico 14 - Estado civil	71
Gráfico 15 - País de origem do/a companheiro/a	72
Gráfico 16 - Tem nacionalidade cabo-verdiana	72
Gráfico 17 - Anos que adquiriu a nacionalidade	73
Gráfico 18 - País de nascimento dos pais/Nacionalidade dos pais	73
Gráfico 19 - País de nascimento/nacionalidade dos avós	74
Gráfico 20 - Dupla nacionalidade	74
Gráfico 21 - Religião	75
Gráfico 22 - Situação profissional	75
Gráfico 23 - Organização/Instituição onde trabalha	76
Gráfico 24 - Inscrição no sistema de Segurança Social	76
Gráfico 25 - País onde está inscrito	77
Gráfico 26 - Rendimento mensal em Cabo Verde	77
Gráfico 27 - N.º de empregos em Cabo Verde	78
Gráfico 28 - País de residência antes de vir a Cabo Verde	78
Gráfico 29 - País onde viveu	79
Gráfico 30 - Anos no país anterior a Cabo Verde	79
Gráfico 31 - Motivos de escolha de Cabo Verde	80
Gráfico 32 - Anos de permanência em Cabo Verde	80
Gráfico 33 - Documento apresentado à chegada a Cabo Verde	81
Gráfico 34 - Razões que levaram a residir no concelho atual	81
Gráfico 35 - Veio para Cabo Verde sozinho/a	82
Gráfico 36 - Acompanhantes na viagem a Cabo Verde - o percurso migratório	82
Gráfico 37 - Conhecimento da língua cabo-verdiana	83
Gráfico 38 - Investimento pessoal em Cabo Verde	83
Gráfico 39 - Tipo de investimento	84
Gráfico 40 - Área/Setor de Investimento	84
Gráfico 41 - Participação cívica e política em Cabo Verde	85
Gráfico 42 - Voto em eleições em Cabo Verde	85
Gráfico 43 - Participação nas eleições (Voto)	86
Gráfico 44 - Maiores dificuldades na integração em Cabo Verde	86
Gráfico 45 - Título de permanência em Cabo Verde	87
Gráfico 46 - Tempo que levou a adquirir a residência	87
Gráfico 47 - Intenção de aquisição da nacionalidade cabo-verdiana	88

Gráfico 48 - Amigos cabo-verdianos	88
Gráfico 49 - Atividades que realizam juntos nos tempos livres	89
Gráfico 50 - Nível de integração em Cabo Verde	89
Gráfico 51 - Filhos/as a estudar em Cabo Verde	90
Gráfico 52 - Local onde estudam	90
Gráfico 53 - O que mais aprecia em Cabo Verde	91
Gráfico 54 - Pratos que aprecia	91
Gráfico 55 - Género musical preferido	92
Gráfico 56 - Cantor/a cabo-verdiano/a	92
Gráfico 57 - Empresa constituída em Cabo Verde	93
Gráfico 58 - Atividade profissional	93
Gráfico 59 - Anos que adquiriu a nacionalidade portuguesa	94
Gráfico 60 - Aquisição da nacionalidade portuguesa	94
Gráfico 61 - Viveu em Portugal	95
Gráfico 62 - Número de anos em Portugal	95
Gráfico 63 - Área de especialização em Portugal	96
Gráfico 64 - Trabalho em Portugal	96
Gráfico 65 - Área de trabalho	97
Gráfico 66 - Salário em Portugal	97
Gráfico 67 - Regresso a Cabo Verde	98
Gráfico 68 - Motivos do regresso a Cabo Verde	98
Gráfico 69 - Feliz/Realizado em Cabo Verde	99
Gráfico 70 - Razões das saudades de Portugal	99
Gráfico 71 - Regresso a Portugal	100
Gráfico 72 - Identidade	100
Gráfico 73 - Tipo de relações com Portugal	101
Gráfico 74 - Número de vezes por ano que vai a Portugal	101
Gráfico 75 - Inscrição na Embaixada portuguesa/Consulados em Cabo Verde	102
Gráfico 76 - Participação em eventos e festas portugueses em Cabo Verde	102
Gráfico 77 - Pretensão de investir em Portugal	103
Gráfico 78 - Área de possível investimento	103
Gráfico 79 - Aquisição de casa ou apartamento em Portugal Continental, Açores ou Madeira	104
Gráfico 80 - N.º de anos com casa em Portugal	104
Gráfico 81 - Membros da família, caso existam, trabalham consigo na sua empresa	105
Gráfico 82 - Frase que se aplica à sua situação	105
Gráfico 83 - Início da empresa	106
Gráfico 84 - Número de empregados	106
Gráfico 85 - Localização da empresa	107
Gráfico 86 - Rendimento médio anual da empresa	107
Gráfico 87 - Área de negócio	108
Gráfico 88 - Desafios enfrentados na empresa nos últimos dois anos	108
Gráfico 89 - Início da empresa	109
Gráfico 90 - Apoio no registo da empresa	109
Gráfico 91 - Origem do apoio no registo da empresa	110
Gráfico 92 - Processo de registo de uma empresa em Cabo Verde	110

Gráfico 93 - Natureza do negócio	111
Gráfico 94 - Dono do negócio	111
Gráfico 95 - Sócios cabo-verdianos	112
Gráfico 96 - Capital social da empresa	112
Gráfico 97 - Terceiro que apoiou no início do negócio	113
Gráfico 98 - Aspetos importantes para o sucesso e competitividade do seu negócio	113
Gráfico 99 - Fontes de financiamento	114
Gráfico 100 - Tempo que a empresa levou a pagar todos os custos de arranque	114
Gráfico 101 - Descrição do mercado	115
Gráfico 102- Vantagem do negócio	115
Gráfico 103 - Contato com programas de apoio às empresas	116
Gráfico 104 - Situação da empresa entre 10-20 anos	116
Gráfico 105 - Razões na base dos resultados do seu negócio	117
Gráfico 106 - Portugal mercado interessante nas relações comerciais	118
Gráfico 107 - Investimento em Portugal	118
Gráfico 108 - Setor que deseja investir	119
Gráfico 109 - Processo de registo de uma empresa em Portugal	119
Gráfico 110 - Interesse em parcerias em Portugal	120
Gráfico 111 - Informação sobre o mercado português	120
Gráfico 112 - Casa ou apartamento em Portugal	120
Gráfico 113 - Fatores que o levam a comprar produtos ou serviços em Portugal Continental, Madeira ou Açores	121
Gráfico 114 - Tipo de relações com Portugal	121
Gráfico 115 - N ^o de vezes por ano que visita Portugal	122

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Nascidos em Portugal residentes em Cabo Verde (2000-2021)	19
Tabela 2 - Distribuição dos imigrantes portugueses (%), por meio de residência e ilha/concelho	20
Tabela 3 - Dados históricos CV	40
Tabela 4 - Nascidos em Portugal residentes no estrangeiro por sexo, principais países de destino da emigração, 2020 ou último ano disponível	59
Tabela 5 - Registos consulares de portugueses residentes no estrangeiro, principais países de destino da emigração, 2020	59
Tabela 6 - População nascida no estrangeiro e em Cabo Verde	60
Tabela 7 - Inscrições consulares	61
Tabela 8 - Países com mais receitas consulares	62
Tabela 9 - Países origem das remessas	63
Tabela 10 - Evolução das remessas. Total, total por bloco e total por país (2016 a 2020)	64
Tabela 11 - Solicitação da nacionalidade cabo-verdiana: requerentes com naturalidade Portuguesa 2010-2022	64
Tabela 12 - Solicitação da nacionalidade cabo-verdiana: requerentes 2010-2022	65

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 - Configuração da caravela portuguesa dos três mastros do final do século XV mostrando que o mastro grande permanece a meio da quilha	25
Imagem 2 - Excerto de documento	26
Imagem 3 - Planisfério de Cantino (1502), mostrando o meridiano de Tordesilhas (Imagem da Biblioteca Estense – Itália)	27
Imagem 4 - Mapa	27
Imagem 5 - Excerto de documento	28
Imagem 6 - Carta Atlântica de Sebastião Lopes, circa 1558	29
Imagem 7 - Excerto de documento	30
Imagem 8 - Rotas	33
Imagem 9 - Rotas	37
Imagem 10 - Rotas	38
Imagem 11 - Imagem padrão dos descobrimentos Portugueses	38

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAI	Alta Autoridade para a Imigração
AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
UE	União Europeia
IC	Instituto Camões
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IPED	Instituto de Pesquisa e Estudos para o Desenvolvimento
NE	Nordeste
OE	Observatório da Emigração
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
SE	Sudeste



NOTA DE ABERTURA

Nesta edição nº 3 da Série Comunidades Estrangeiras e Imigrantes em Cabo Verde, a Alta Autoridade para a Imigração (AAI) traz a publicação do estudo sobre a Imigração Portuguesa em Cabo Verde, conduzido pelo Instituto de Pesquisa e Estudos para o Desenvolvimento da Universidade de Santiago.

A AAI, enquanto instituto público com mandato em termos de coordenação, desenvolvimento e implementação de políticas e medidas no domínio da imigração, acolhimento e integração de imigrantes, tem, de entre as suas responsabilidades a promoção do conhecimento sobre o fenómeno migratório em Cabo Verde e o desenvolvimento de ações que contribuam para a prevenção e combate à discriminação dos estrangeiros e imigrantes. De igual modo, o IIIº Plano de Ação para a Imigração (Resolução 48/2024, de 28 de maio), seja na componente de Reforço institucional e Coerência Política, seja na componente sobre Integração e Participação Sociais, recomenda e orienta nesse sentido.

A Série Comunidades Estrangeiras e Imigrantes em Cabo Verde constitui uma linha de publicações que corporifica os esforços da AAI no cumprimento destas atribuições e orientações. Publica e divulga conhecimento e informações sobre a diversidade de perfis, origens, características e dinâmicas dos diferentes grupos de imigrantes e estrangeiros residentes no país, tentando, com isso, prevenir e combater uma certa homogeneização e, por inerência e consequência, a criação de estereótipos e preconceitos sobre as populações imigrantes e estrangeiras residentes no país.

Para este efeito, a parceria e colaboração com Universidades e Organizações da Sociedade Civil têm se revelado de indispensável importância, como testemunham este e os outros números já trazidos a público que abordam diferentes origens continentais. Após serem divulgados estudos sobre perfis dos fluxos migratórios provenientes do continente asiático - com publicação sobre a imigração chinesa, no nº 1, do continente africano - com a publicação sobre imigração da Guiné Bissau, no nº 2 - esta edição nº 3, ocupa-se do principal fluxo do continente europeu, os cidadãos nacionais e provenientes de Portugal que, de acordo com as estatísticas oficiais, constituem a terceira maior comunidade estrangeira no país.

As trocas migratórias entre Portugal e Cabo Verde têm tanto de antigas como de diversas, mas, também, de, ainda, pouco conhecidas ou exploradas. Os estudos e as abordagens têm recaído, em geral, sobre a emigração cabo-verdiana para Portugal, eventualmente, pelo seu peso, intensidade e atualidade. Contudo, a antiguidade, perenidade e a tendência revelada



de aumento dos fluxos de Portugal para Cabo Verde, reforçam a necessidade de estudos e reflexões que contribuam para uma melhor compreensão das dinâmicas migratórias entre estes dois países e as regiões a que pertencem (Europa e África), seu sentido e significado no contexto global da mobilidade internacional, e que fogem das abordagens mais comuns centradas quase que exclusivamente nas migrações com origem no continente africano para o europeu.

O estudo, apresentado nesta publicação, objetivou recolher, sistematizar e descrever os elementos essenciais da história da imigração portuguesa para Cabo Verde, proceder à caracterização sociodemográfica desta comunidade e analisar a sua trajetória de integração e participação em diferentes áreas, e inscreve-se como uma das ações do Projeto *Coop4Int* – Reforço da Integração de Migrantes através da Cooperação entre Portugal e Cabo Verde, que conta com o apoio financeiro da União Europeia, contratualizado pelo ICMPD através da *Migration Partnership Facility*.

Agradecemos este apoio e estendemos os agradecimentos à equipa da Universidade de Santiago que elaborou o estudo, e à Comissão Científica, composta por representantes das instituições parceiras neste Projeto: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), a Alta Autoridade para a Imigração (AAI), o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), que seguiu e validou o relatório final.

Ao propormos, com esta publicação, um olhar, ao mesmo tempo, genérico e específico sobre a comunidade portuguesa em Cabo Verde, no curso da história e na realidade e experiência atual dos países e dos migrantes, buscamos, também, revelar o sentido e efeito da proximidade linguística e histórica na definição dos contextos e trajetórias migratórias, e, ensaiamos, uma melhor compreensão dos tipos de mobilidade provenientes de países europeus em direção a países africanos.

Assim, assumimos como referência, traço e critério central da organização das publicações da Série Comunidades Estrangeiras e Imigrantes em Cabo Verde, a nacionalidade e a proveniência geográfica. Ainda que correndo riscos associados à generalização em torno destas variáveis, a pluralidade de perfis, percursos, histórias, experiências e trajetórias presentes nos fluxos da imigração de Portugal, contribuem para reforçar a heterogeneidade dos já diversos grupos das Comunidades Estrangeiras e Imigrantes em Cabo Verde.

A Presidente da AAI

Carmem L. Teixeira Barros Furtado

RESUMO EXECUTIVO

Este estudo surge no âmbito de uma proposta de consultoria e visa a realização de um relatório de diagnóstico e caracterização da comunidade Portuguesa residente em Cabo Verde. O estudo está integrado no Projeto *Coop4Int* – *Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde*¹, implementado pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA), a Alta Autoridade para a Imigração, o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB). O projeto *Coop4Int* tem o apoio financeiro da União Europeia, contratualizado pelo ICMPD através da *Migration Partnership Facility*.

Cabo Verde e Portugal são dois países com uma forte ligação histórica desde 1460 até hoje. Essa relação passou por vários momentos, tendo em conta esse mesmo processo histórico vivido: i) Descoberta/Achamento; ii) Escravidura; iii) Colónia/Trabalho forçado; iv) Independência; v) Cooperação/Diplomacia entre Estados soberanos; vi) Relações Comerciais, etc. Essa relação foi, e ainda é, marcada por momentos de grandes fluxos de pessoas, tendo em conta as migrações para o Sul (São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), no período antes da independência, e também no período pós-independência, sendo que numa primeira fase, numa única direção, de Cabo Verde para Portugal/Europa, e mais recentemente nos dois sentidos, Cabo Verde-Portugal e Portugal-Cabo Verde.

As informações oficiais disponíveis, dados do Recenseamento Geral da População, apontam para mais de 2.000 portugueses residentes em Cabo Verde (dados de 2021) «atrás dos mais de 4.300 nascidos na Guiné-Bissau e quase 3.000 em São Tomé e Príncipe» (Observatório da Emigração). Em 2018, o INE, através do Inquérito Multiobjetivo Contínuo, apontava para a permanência de 14.347 imigrantes em Cabo Verde, sendo que a grande maioria é proveniente de países africanos, cuja mobilidade é facilitada pelo Acordo de Livre Circulação de Bens e Pessoas da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Este relatório, colocava os imigrantes provenientes do continente europeu em 11,8%, destacando os provenientes de Portugal em 7,6% do total. Mais recentemente, dados do IPEI (2022), no que concerne à nacionalidade, revelaram que 8,9% dos imigrantes são portugueses.

¹ *Coop4Int* - Reforço da integração de migrantes através da cooperação entre Portugal e Cabo Verde.

O estudo traz mais informações e conhecimentos sobre a comunidade portuguesa, dando pistas sobre como está organizada, as suas características, e dados mais fiáveis e atualizados sobre a mesma comunidade, e enquadra-se ainda, de acordo com os TdR, no âmbito das atividades do 1º Eixo do III Plano de Ação para a Imigração 2023-2025 – Coerência Política e Reforço Institucional – cuja dimensão relativa a Dados, Estudos e Pesquisas prevê a realização de estudos sobre imigração.

O estudo tem como objetivo recolher, sistematizar e analisar a história e os indicadores relativos à imigração proveniente de Portugal. Tem abrangência nacional, com enfoque nas ilhas de Santiago, S. Vicente e Sal, as que mais albergam os portugueses.

O estudo procurou fazer uma análise da trajetória de integração social por que passam os portugueses e os fatores essenciais que determinam a permanência e integração social da comunidade imigrante proveniente de Portugal.

Quanto à metodologia, realizaram-se algumas sessões de trabalho/coordenação com a equipa gestora do projeto, coordenada pela AAI, bem como com a Comissão Científica, que acompanhou e avaliou as atividades de pesquisa relacionadas com o estudo, composta por representantes da Alta Autoridade para a Imigração (AAI, I.P), Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e Instituto Politécnico de Bragança (IPB).

Houve algumas sessões de trabalho (presencial e virtual) com as diferentes entidades, visando a recolha de informação e consulta de documentos. Foram consultados alguns estudos relevantes sobre o assunto. Aplicou-se um inquérito aos cidadãos portugueses residentes em Cabo Verde.

No início, os pesquisadores elaboraram uma lista de instituições para a recolha de dados sobre a comunidade, desde a Embaixada Portuguesa, consulados, escolas, colégios, associações comerciais, instituições cabo-verdianas (como Casa do Cidadão, etc.). Porém, a grande maioria não respondeu a tempo, fazendo a equipa perder quase três meses. Algumas chegaram inclusive a responder os emails, os telefonemas, mas não partilharam os dados. A equipa de pesquisadores notou que existe de facto um problema a nível das instituições em colaborar e partilhar os dados, uma espécie de 'secretismo' na gestão de dados e um certo 'desinteresse' em colaborar ou responder a tempo, o que acaba por criar constrangimentos na produção do conhecimento científico.

INTRODUÇÃO



Cabo Verde e Portugal são dois países com uma forte ligação histórica. O país, hoje, é um produto de vários povos africanos e portugueses, numa primeira fase, a partir da Ribeira Grande de Santiago, e dos cabo-verdianos a partir do século XVII. Como já foi enfatizado, é uma relação que passou por vários momentos históricos como a fundação da Ribeira Grande Santiago (Escravidura); Colónia (Trabalho Forçado); Independência (luta contra o Colonialismo); Reforço da Cooperação/Diplomacia entre Estados soberanos; Relações comerciais, etc.

Portugal é um dos grandes destinos da emigração cabo-verdiana, desde a década de 1960 do século passado. Hoje, vivem em Portugal milhares de cabo-verdianos e seus descendentes, que têm vindo a contribuir para as transformações culturais e económicas do país.

Cabo Verde, para além de ter aproveitado muito bem os recursos disponibilizados por Portugal, através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, e hoje através do Apoio Orçamental, constitui um bom mercado para investimento externo e exportação portugueses. Portugal, por outro lado, desde a década de 1960, tem vindo a aproveitar muito bem da mão-de-obra cabo-verdiana na infraestruturação e desenvolvimento do país.

Pode-se considerar que nas últimas três décadas, as relações entre Portugal e Cabo Verde atingiram patamares invejáveis. Portugal e Cabo Verde são, hoje, países amigos, que respeitam a soberania de cada Estado e que primam por uma cooperação bilateral exemplar, com base em consultas mútuas, solidariedade e posições articuladas sobre os assuntos globais e no âmbito da CPLP.

Pelo facto de haver uma excelente relação entre os dois países, e também por Portugal albergar uma importante comunidade imigrada de origem cabo-verdiana, mais de 100 mil indivíduos que se fixaram no país há mais de sete décadas, e de Cabo Verde ter-se tornado num espaço de acolhimento para milhares de portugueses que escolheram o país para viver e fazer investimentos (cerca de 2.000 portugueses naturais do Continente e das ilhas dos Açores e Madeira), e os consulados da Praia e do Mindelo apontarem para existência de cerca de 16 mil indivíduos (dados cumulativos) com nacionalidade portuguesa, este estudo ganha uma outra dimensão.

Convém realçar que uma boa parte dos portugueses registados nos consulados portugueses são detentores de dupla nacionalidade. Os portugueses constituem cerca de 8,9% da população imigrada em Cabo Verde (IPEI, 2022).

Como já foi enfatizado, este estudo procurou elaborar um relatório de diagnóstico e caracterização da comunidade portuguesa residente em Cabo Verde, no âmbito do *Projeto Coop4Int – Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde*, implementado pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA), a Alta Autoridade para a Imigração, o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB). O projeto *Coop4Int* tem o apoio financeiro da União Europeia, contratualizado pelo ICMPD através da *Migration Partnership Facility*.

O estudo teve como objetivo recolher, sistematizar e analisar a história e os indicadores relativos à imigração proveniente de Portugal. Foi realizado a partir da ilha de Santiago, cidade da Praia, espaço com mais portugueses em Cabo Verde. Os pesquisadores procuraram fazer um levantamento, sistematização e descrição dos elementos essenciais da história da imigração portuguesa para Cabo Verde, assim como uma análise da trajetória de integração social por que passam os portugueses e os fatores essenciais que determinam a permanência e integração social dessa comunidade imigrante.

Várias instituições foram contactadas para a recolha de dados sobre a comunidade. Porém, não foi fácil o processo de recolha de dados. Poucas instituições mapeadas responderam. Algumas com muito atraso.

Este estudo está estruturado em três capítulos:

O primeiro capítulo - *Históricas Relações: Cabo Verde e Portugal*, procura fazer uma análise retrospectiva dessas relações, passando pelos principais períodos históricos: Achamento/Descobrimento; Escravidura; Colonialismo; Independência; Democracia. A análise histórica torna-se crucial devido ao papel da Ribeira Grande de Santiago na expansão marítima portuguesa, sobretudo para as Américas e para o Índico. A *grandeza* de Portugal passou por Cabo Verde (*segredos dos mares do Sul*).

O segundo capítulo - *Migrações Bi-direcionadas e Solidez nas Relações Bilaterais*, um pouco mais teórico, procura discutir conceitos como expatriado e migrantes (pessoas que abandonam o seu país natal para viver e trabalhar num outro lugar) e seu impacto nas relações interpessoais e económicas, olhando sempre para Cabo Verde como uma das primeiras diásporas portuguesas no mundo.

O terceiro capítulo - *Comunidades Portuguesas em Cabo Verde*, faz a caracterização

sociodemográfica dos portugueses em Cabo Verde. Traz os resultados do inquérito aplicado aos portugueses em Cabo Verde, 'divididos' em vários subgrupos que constituem a mesma: i) *Portugueses naturais do Continente, Açores e Madeira*; ii) *Portugueses naturais de Cabo Verde*; iii) *Empresários portugueses, naturais do Continente, Açores e Madeira*.

METODOLOGIA



Este estudo procurou analisar a presença da comunidade portuguesa em Cabo Verde ao longo da história, de modo a compreender os vários momentos e as relações criadas. Para além dessa questão histórica, extremamente importante, a metodologia do trabalho incluiu, ou, pelo menos procurou, de acordo com os TdR fazer:

- Revisão documental sobre as comunidades imigradas, mormente a portuguesa: estudos produzidos no país, assim como informações estatísticas ou de outra índole;
- Consulta de dados consulares da Embaixada Portuguesa em Cabo Verde (Praia e Mindelo); Censo 2010 e Censo 2020/21;
- Análise de dados de Instituições como Casa do Cidadão, Câmara de Comércio, agremiações empresariais;
- Tratamento de dados do INE;
- Consulta de dados da Direção-geral do Turismo;
- Entrevistas com membros desta comunidade, representantes de instituições, empresários, etc;
- Aplicação de um questionário aos membros da comunidade portuguesa.

Foram privilegiadas, neste sentido, as técnicas quali-quantitativas de recolha de informação, com destaque para a técnica do inquérito por questionário aplicado de forma direta à unidade social em análise.

O trabalho de pesquisa, e de recolha de dados no terreno, contou com dois momentos principais, a saber:

1. A criação dos instrumentos de recolha, concretamente o inquérito por questionário; a definição da amostra e sua justificação;
2. Inquirição junto da comunidade, tendo, sempre que possível, como interlocutor o público-alvo.

Foram aplicados 115 questionários aos membros da comunidade portuguesa residente. O *Google questionnaire* foi criado em fevereiro de 2022. A equipa teve a preocupação de inquirir portugueses nascidos no Continente e nas ilhas dos Açores e da Madeira; portugueses naturais de Cabo Verde e empresários portugueses (naturais do Continente, Açores e Madeira).

No início não foi fácil obter as respostas, porque o questionário, a priori, parecia longo. Nas

primeiras três semanas só foram preenchidos 30 questionários. Depois mudou-se de estratégia. A equipa colocou alguns alunos no terreno a contactar o público-alvo. A ativação da rede de conhecidos e amigos de conhecidos, através da partilha do *link* para preenchimento, ajudou, igualmente, a melhorar o *score* das respostas. A partir daí as coisas mudaram e passado algum tempo, mais três semanas, conseguiu-se obter a amostra previamente definida, com base nos dados do INE – Censo 2021 - (Tabela 1) sobre a população portuguesa em Cabo Verde (nascidos em Portugal). O cálculo da amostra foi feito com recurso à fórmula:

$$\text{Tamanho de amostra} = \frac{z^2 \times p(1-p)}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N} \right)}$$

Deste modo, para um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 7%, foram inquiridas 115 pessoas num total de 2050.

Apesar da Embaixada de Portugal, e os Consulados da Praia e do Mindelo, terem informado que existem de cerca de 16 mil indivíduos com nacionalidade portuguesa (dados cumulativos), o estudo tomou como referência os dados do INE (Censo 2021) que apontam para cerca de 2.000 portugueses naturais do Continente e das ilhas dos Açores e Madeira. Esta informação é importante, visto que, metodologicamente, e de modo a ser mais inclusivo possível, procurou-se recolher respostas de vários subgrupos que constituem a comunidade portuguesa: i) *Portugueses naturais do Continente, Açores e Madeira*; ii) *Portugueses naturais de Cabo Verde*; iii) *Empresários portugueses, naturais do Continente, Açores e Madeira*.

Tabela 1 - Nascidos em Portugal residentes em Cabo Verde (2000-2021)

Ano	População residente	População nascida no estrangeiro	Nascidos em Portugal	
	N	N	N	Em percentagem da população nascida no estrangeiro
2000	436 821	11 027	838	7,6
2010	491 683	17 788	1 716	9,6
2021	491 233	18 562	2 050	11,0

Fonte: Dados do Instituto Nacional de Estatística, Censo de 2000 e Censo 2010 - informação concedida mediante pedido; Censo 2021 (<https://ine.cv/censo.quadros/migracao/>), tabela 12 - Repartição da população residente nascida no estrangeiro, segundo o país de nascimento, por sexo, Cabo Verde, 2021

A metodologia proposta assentou em alguns princípios: i) A participação ativa do público-alvo; ii) O princípio de inclusão/a perspetiva integrada (multidimensional). A abordagem foi participativa e centrada no grupo-alvo e nas instituições com utilização de instrumentos específicos. Apesar do estudo se focar numa pesquisa sociológica, e em face das peculiaridades da sociologia, trata-se, portanto, de um estudo interdisciplinar. A pesquisa bibliográfica ajudou a traçar considerações importantes sobre a comunidade. Em termos práticos, os pesquisadores procuraram sensibilizar a participação através da auscultação e diálogo com instituições, organizações e pessoas influentes da comunidade, mesmo tendo conseguido poucos resultados.

Depois de alguns contatos feitos inicialmente, assim como algumas entrevistas exploratórias e, face às dificuldades encontradas como a disponibilidade do público-alvo, a equipa de investigadores decidiu focar no questionário e nas pesquisas bibliográficas para a realização do estudo.

O estudo procurou, através de um questionário *online*, abranger todas as ilhas de Cabo Verde, sobretudo Santiago (cidade da Praia), S. Vicente e Sal, de modo a ser inclusivo em termos territoriais. É evidente que grande parte dos respondentes vive na Cidade da Praia, como de resto, é confirmado pelos dados do INE, espelhados na tabela abaixo (tabela 2), com cerca de 73% dos portugueses a residirem no concelho da Praia. Neste sentido, os autores alertam, quanto à interpretação dos resultados, que o leitor deve ter em conta que sempre que aparecer a palavra inquiridos, deve ser lida como *inquiridos que participaram no estudo*. Nalguns tópicos, os autores fizeram uma análise comparativa com base na naturalidade.

Tabela 2 - Distribuição dos imigrantes portugueses (%), por meio de residência e ilha/concelho

ILHAS	PORTUGUESES
São Vicente	6,5
Sal	10,0
Boa Vista	0,0
Praia	73,3
Resto de Santiago	6,5
Outras Ilhas	3,7

Fonte: INE, IMC 2018

I. HISTÓRICAS RELAÇÕES: CABO VERDE E PORTUGAL



1.1. PORTUGAL/CABO VERDE: ACHAMENTO OU DESCOBRIMENTO?

Nas últimas décadas, sobretudo após as independências africanas, e também mais recentemente, os intelectuais e investigadores africanos, afrodescendentes, indianos, etc., têm vindo a criticar com mais veemência a ideia europeia do 'descobrimento' de novos continentes, ilhas e povos (africanos, ameríndios, asiáticos, etc.).

Hoje, é comumente aceite que não se descobre o que sempre existiu. Já não faz mais sentido esta versão eurocêntrica da história do mundo. Sabe-se que a humanidade surgiu em África e depois migrou pelo mundo, pelos continentes (Europa, Ásia, Oceânia, Américas).

No caso do arquipélago de Cabo Verde isso se torna muito interessante, dado que o país se tornou no símbolo e na plataforma da expansão marítima portuguesa para as Américas e para o Índico. Para os portugueses, e europeus, as ilhas de Cabo Verde eram desabitadas e dessa forma foram povoadas por colonos brancos e africanos escravizados. É evidente que nem todos os portugueses partilham, ou defendem, essa narrativa. A questão é que toda a identidade do país, toda a heroicidade marítima dos lusitanos foi baseada nessa narrativa, o que cria resistências e fechamento para novas abordagens e perspetivas, i.e., uma releitura histórica. Muitos autores consideram que essa revisão histórica põe em causa essa narrativa histórica, esse grande património português.

Tem havido ao longo dos tempos frequentes indícios externos de adulteração histórica, de subalternização ou mesmo desprezo dos valores das nossas explorações geográficas e dos processos técnicos que as possibilitaram. Para além disso, a expansão da nossa cultura acompanhando a progressão dos Descobrimentos, e o encontro e relacionamento com outras culturas, é um facto histórico frequentemente subalternizado pelas autopropagandas de outros países, mas que na sua época abriu à Europa novas panorâmicas do mundo habitado, e tornou essa nossa expansão verdadeiramente universalista. (...) temos, pois, que defender com firmeza e com dignidade o nosso Património Histórico. A apatia a esse respeito não abona a favor da dignidade nacional, e equivale a uma rendição perante os usurpadores. (A. J. Silva Soares, 1997, pp15-16).²

Esta análise crítica da história não nega o feito marítimo dos portugueses. De facto, reconhece-se que os portugueses abriram as portas do mundo à Europa medieval, sedenta de riqueza e de novas oportunidades. O que consideramos importante e que a narrativa portuguesa não revela é como é que se obteve esse 'conhecimento' dos mares do Sul (do Atlântico Sul). Quem facultou esses conhecimentos dos mares, dos ventos, das ilhas e terras do outro lado do Atlântico? Como ficaram a saber destas coisas quando chegaram à Costa da Guiné?

Esta questão é de extrema importância, como veremos mais à frente no diálogo entre o Rei Dom João II e Colombo. Esse diálogo tornou-se numa das primeiras revelações do papel dos africanos na transmissão dos segredos dos mares do Sul aos portugueses, muito antes dos espanhóis.

Por outro lado, reconhecemos a força da narrativa dos descobrimentos. De acordo com Silva Soares:

(...) Os portugueses foram os primeiros europeus a cruzar os mares do hemisfério sul, a abarcar toda a real dimensão geográfica do Atlântico, de todas as costas de África, do Brasil, da Índia e de todo o Extremo Oriente, a partir de Malaca, chegando à Insulíndia, ao Japão e presumivelmente à Austrália. Foram os portugueses que abriram e desenvolveram o comércio externo da China e do Japão. (1997: 18)

Para Silva Soares, as navegações portuguesas não podem ser menosprezadas, dado que tiveram "marcos cintilantes" como as viagens de Bartolomeu Dias, Vasco Da Gama e Pedro Álvares Cabral, que deram ao mundo as vias de comunicação marítima à escala planetária, colocando em contato civilizações distantes e distintas, universalizando a humanidade.

Essas navegações de descobrimentos de rotas, de ilhas ignotas e continentes até então desconhecidos ou inexplorados, conquanto originárias de causas de natureza económica, política e religiosa, e de um espírito de aventura não despidendo, foram essencialmente o resultado de uma persistente atividade científica renascentista nos campos de astronomia, cartografia, oceanografia e meteorologia, arte de marear e arquitetura naval – englobadas no sentido lato de termo 'ciência náutica' – que permitiu aos Portugueses dominar, como povo nenhum, a navegação oceânica. Foi de facto a capacidade de navegação em latitude no mar oceano sem limitações, associada à arte de idear e construir navios e marear com eles que conferiu aos Portugueses o pioneirismo do descobrimento do Mundo. (...) (A. J. Silva Soares, 1997, p21).

² A.J. Silva Soares, 1997, A Ciência Náutica e a Expansão Marítima portuguesa: Dúvidas, Certezas, e Deturpações Históricas, Lisboa: Academia de Marinha, pp15-16.



Fica evidente que a historiografia portuguesa leva muito a sério esta narrativa dos 'Descobrimentos.' Todavia, para Silva Soares, «(...) Assim sendo, os descobrimentos Marítimos ainda têm muito que contar. E há mistérios que permanecem e devem ser desvendados».³

Cabo Verde foi 'achado', segundo a historiografia oficial, em 1460 por António da Noli e Diogo Afonso. Mas, o povoamento começou em 1462 em Santiago e Fogo. Contudo, na década de 1930 e 1940 alguns autores mais críticos já viam com desconfiança histórica essa ideia de 'descobrimentos.' É o caso de Simão Barros que escreve um pequeno e muito interessante artigo, entre as décadas de 30 e 40 do século passado: «Berberes Mauritanos: os Primeiros a Pisar Cabo Verde».⁴

(...) O problema da descoberta liga-se a um outro: o de se saber se as ilhas eram habitadas quando os primeiros navegadores portugueses ali aportaram. A questão levantou-se porque alguns escritores, entre eles o naturalista Feijó, que visitou o arquipélago em 1773, afirmou que quando os portugueses chegaram à ilha de Santiago esta já era povoada por negros Jalofo, os quais para lá teriam passado perseguidos pelos Felupes seus vizinhos, e lançados para oeste pelas brisas e correntes marítimas.

Para Barros, nenhum dos cronistas contemporâneos da descoberta fala de habitantes encontrados em Santiago ou em qualquer das outras ilhas. A ideia sedimentada é que os Jalofo nunca possuíram senão canoas abertas e sem tolda, com as quais é impossível atravessar 150 léguas de um mar não pouco agitado, com ventos de bolina, e que estes ficam ao sul do paralelo da ilha de Santiago, as brisas sopram sempre dos quadrantes do Norte e as correntes seguem sempre a direção sul e com grande força, não se compreendendo, portanto, como puderam conduzir os Jalofo para oeste, para a ilha de S. Tiago.

Esta chamada de atenção que Barros faz sobre a presença de navegadores africanos (jalofo e/ou malianos) em Cabo Verde ou nos mares do Sul nem é colocado por certos autores como Silva Soares, que insiste nessa narrativa de descoberta, mesmo reconhecendo que Cristóvão Colombo já tinha estado (nas naus portuguesas) na Costa da Guiné:

Numa viagem de longo curso que fiz em Novembro de 1986 num avião da Alitalia, tive a oportunidade de ler e reler o número especial da revista de bordo "Ulisses 2000", inteiramente dedicado a Cristóvão Colombo e as comemorações do 5º centenário da descoberta da América (...) Encontrei sim, referências a vários tipos de embarcações dos povos antigos do Mediterrâneo, com especial relevo para os fenícios e cartagineses (que não tiveram influência em Colombo), os primeiros apresentados como pioneiros da circum-navegação de África 600 anos antes de Cristo, e os segundos como descobridores dos Açores. (...) Lê-se ainda que o grande Navegador já antes percorreria as costas da Guiné, mas não se diz que o fez nas caravelas portuguesas de exploração onde adquiriu conhecimentos geográficos.⁵

Imagem 1 - Configuração da Caravela portuguesa dos três mastros do final do século XV mostrando que o mastro grande permanece a meio da quilha



Fonte: A. J. Silva Soares, 1997:62

É interessante notar que a perspectiva de Barros vai ao encontro da de Ivan Van Sertima (1976), o famoso linguista e antropólogo que escreveu que os africanos através da Rota da Guiné já conheciam as Américas, e que o Rei Dom João II tinha informado a Colombo que os africanos partiam da Guiné e viajavam para oeste no mesmo paralelo e faziam comércio com a região que mais tarde veio a ser conhecida como Américas, ou ilhas das Caraíbas.⁶

³ A. J. Silva Soares.

⁴ Texto retirado do Cadernos Coloniais N° 56 "Origem da Colónia de Cabo Verde por Simão Barros" pp 6-8.

⁵ A. J. Silva Soares, 1997, p26.

⁶ Ivan Van Sertima (1976), *They Came Before Columbus: The African Presence in Ancient America*, New York: The Random House Trade Paperbacks, p8.

Imagem 2 – Excerto de documento

Columbus had chanced, as he claimed, upon Asia by way of the west), to the south and southeast, lay another world. The king was certain of this. Africans, he said, had traveled to that world. It could be found just below the equinoctial line, roughly on the same parallel as the latitudes of his domain in Guinea. In fact, “boats had been found which started out from Guinea and navigated to the west with merchandise.”¹⁶ He was a fool not to have sent an expeditionary fleet into these waters in spite of persistent rumors and reports. But Portugal already had its hands full in Africa, and it was concentrating its exploratory energies on the eastern route to India.¹⁷

Columbus listened intently. The information about the Guinea boats was new to him. He had been to Guinea ten years before and had seen the fortress at San Jorge de Mina which Don Juan was then constructing.¹⁸ Little was known of Guinea trade and navigation at that time, for the African world was vast and strange, and the Portuguese had but one consuming interest—gold—in the pursuit of which they had scratched a mere fraction of the Guinea coast. But why was Don Juan telling him all this, and in such a conspiratorial tone? What did he want?

“I want a line,” the king said, “drawn across the map of the world from north to south, from pole to pole. This line should be drawn 370 leagues⁹ west of the westernmost islands of the Cape Verde. Let it be the divider between the two Catholic kingdoms. Anything found west of the line goes to you and Spain. Anything found east of the line falls to me and Portugal.”¹⁹

Fonte: Ivan Van Sertima (1976, p8)

O texto acima torna-se num valioso documento, na medida em que mostra que Portugal já tinha conseguido esses segredos dos mares do Sul, e estavam mais adiantados que os espanhóis. Os portugueses já conheciam essa rota. Por isso, o Rei Dom João II trabalhou para que o Tratado de Tordesilhas fosse uma realidade, dado que na altura, os Reinos de Castela e Portugal respeitavam-se mutuamente, assim como os territórios e possessões um do outro.⁷

⁷O Tratado de Tordesilhas foi um documento assinado em junho de 1494, no burgo espanhol de Tordesilhas, em que Portugal e Espanha dividiram o mundo em duas partes, através de uma linha imaginária que passava a 370 léguas de Cabo Verde, sendo que o território a oeste ficaria com a Espanha e a leste para Portugal.

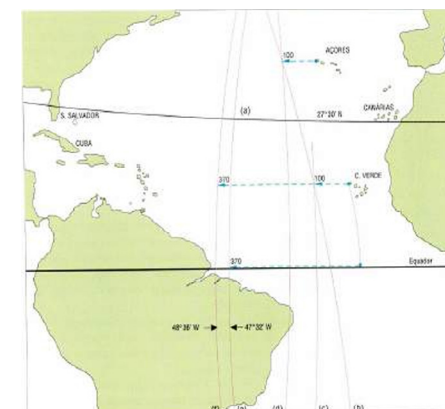
Imagem 3 - Planisfério de Cantino (1502), mostrando o meridiano de Tordesilhas (Imagem da Biblioteca Estense – Itália)



Fonte: A.J. Silva Soares, 1997

Foi dessa forma que Portugal garantiu o Brasil. Esta região da América do Sul é banhada pela corrente Equatorial Norte que se junta à corrente das Canárias da costa africana da Senegâmbia. Esta corrente puxa os barcos apanhados na sua deriva para a costa do Novo Mundo com o magnetismo irresistível de um campo gravitacional. Segundo Ivan Van Sertima (1976: 9), foi assim que Pedro Álvares Cabral foi arrastado, em 1500, da Costa africana para o Brasil.

Imagem 4 – Mapa



Fonte: A.J. Silva Soares, 1997, p217

Silva Soares traz um pormenor interessante quanto ao Tratado de Tordesilhas, sobre a origem para a contagem das 370 léguas «(...) *trezentas e setenta léguas das Ilhas de Cabo Verde à parte do Ponente...*; e que os navios" ... dali (C. Verde) tomarão sua rota ao Ponente até às ditas trezentas e setenta léguas medidas...». Parece que interpretação mais lógica deste texto é que a origem da contagem da distância deveria ser o extremo ocidental do arquipélago. E assim se acordou, adotando-se o ponto extremo da Ilha de Santo Antão, na longitude de 25°22' W.

Cabo Verde torna-se num espaço interessante para os portugueses, e para todas as estratégias de ocupação das Américas, dado que os ventos alísios (*l'harmattan*) conseguem levar barcos para o outro lado do atlântico, sem muitos esforços. Muitos oeste-africanos, sobretudo do grande Mali, deslocaram-se dessa forma para as Américas pré-colombianas. O Rei Dom João II de Portugal já sabia disso. Inclusive os índios informaram Colombo que negociavam com os negros africanos. Na sua segunda viagem a Hispaniola, atual Haiti (e Santo Domingo), os índios deram-lhe provas que negociavam com os africanos (negros), que tinham lanças feitas de metal que chamavam de *gua-nin*, com ouro, prata e bronze.⁸

Imagem 5 – Excerto de Documento

The origin of the word *guanin* may be tracked down in the Mande languages of West Africa, through Mandingo, Kabunga, Toronka, Kankanka, Bambara, Mande and Vei. In Vei, we have the form of the word *ka-ni* which, transliterated into native phonetics, would give us *gua-nin*. In Columbus's journal "gold" is given as *coa-na*, while *gua-nin* is recorded as an island where there is much gold. Fray Bartolomé de las Casas, the Spanish

Fonte: Ivan Van Sertima (1976)

Colombo chega às ilhas das Américas no dia 30 de maio de 1498. A partir da Serra Leoa ou o cabo de Sancta Anna na Guiné, por baixo da linha equinocial, e viajando sempre para o oeste ele chegaria a Hispaniola. Colombo passou a acreditar na teoria do Rei Dom João sobre a rota da Guiné para as Américas.⁹

⁸ Ivan Van Sertima (1976:13).

⁹ Idem p16.

Imagem 6 - Carta Atlântica de Sebastião Lopes, circa 1558.



Fonte A.J.Silva Soares, 1997:171

Segundo Van Sertima, não se pode apagar a história tão facilmente. Colombo reconheceu várias evidências da presença dos africanos no Novo Mundo. Os panos e lenços de mão com padrões africanos que ele já tinha visto na Serra Leoa e outras regiões costeiras africanas. Da mesma forma, as descobertas arqueológicas, a história oral dos ameríndios e os documentos espanhóis e portugueses revelam a presença dos africanos nas Américas, antes de Colombo.¹⁰

Em 1513, relatos de marinheiro espanhol Vasco Nunez de Balboa, no Istmo de Darien, ou istmo e canal de Panamá, revelam que viram os primeiros 'africanos' nas Américas. Segundo Sertima, o canal do Panamá e a Colômbia eram facilmente acessíveis aos marinheiros africanos devido às correntes que saíam da África Ocidental para essa região. Essas correntes estão ligadas às correias transportadoras marítimas. Uma vez entrada nelas os barcos são levados pela força por essas correntes.

¹⁰ Idem p16.



Imagem 7- Excerto de Documento

Inspired by this discovery of the southern sea, Balboa and his men decided to push farther south along the isthmus. Under the shadow of Quarequa, they came upon an Indian settlement where, to their astonishment, they found a number of war captives who were plainly and unmistakably African. These were tall black men of military bearing who were waging war with the natives from some settlement in the neighborhood. "Balboa asked the Indians whence they got them but they could not tell, nor did they know more than this, that men of this color were living nearby and they were constantly waging war with them. These were the first Negroes that had been seen in the Indies."²

Fonte: Van Sertima, 1976:23

A tradição oral do Mali e documentos históricos no Cairo falam de um rei africano Abubakari II que se fez no atlântico em 1311 com uma frota de grandes barcos, bem abastecidos com comida e água que saíram da Senegâmbia, através da corrente das Canárias "um rio no meio do mar". Os navios não regressaram. Contudo, na mesma altura já se tinha registado contatos entre oeste africanos e mexicanos.

Esta discussão Descobrimento/Achamento torna-se extremamente importante para uma nova perspetiva histórica, visto que, como enfatiza Sertima, «Com a 'linguagem' das descobertas, a presença africana, as evidências e os artefactos foram 'escondidos'. Hoje, é impossível não abrir estes baús 'escondidos'».¹¹

Porém, a história é o que é, e os factos são factos. Por isso Barros insiste muito na sua perspetiva de, em Cabo Verde, ter havido gente antes da chegada dos portugueses.

A verdade a-pesar-de-tudo, é que algumas ilhas apresentam traços de antiga ocupação humana, anterior à chegada dos portugueses. De facto, em S. Nicolau e em Santo Antão encontram-se desenhos e inscrições rupestres que representam caracteres de escrita rúnica ou fenícia segundo uns, e berbere segundo outros. É desta última opinião o Professor Chevalier, que em 1934 fez uma viagem de estudo ao arquipélago, o qual concluiu que as ilhas tinham sido visitadas e mesmo ocupadas, antes dos portugueses, pelos berberes mauritanos. (Barros, 1940).

¹¹ Ivan Van Sertima (1976:13).

Este debate sobre a questão de as ilhas de Cabo Verde terem sido visitadas antes dos portugueses é interessante e pertinente, e continua. Como já foi enfatizado, certos historiadores defendem que algumas ilhas, antes da chegada dos portugueses, já eram conhecidas pelas populações africanas e também pelos gregos e geógrafos árabes. Para além de Barros, Cortesão (1962, p. 47), citado por Amarilis Martins (2009, 17) defende que apesar das informações incompletas fornecidas por esses geógrafos, as ilhas eram conhecidas por alguns cartógrafos, pois «nos mapas que acompanharam a obra de Idrisi, figuravam algumas das ilhas, uma das quais tinha o nome de Aulil (...) de Macias de Viladestes de 1413 (...) apresenta em frente do Rio do Ouro, o Senegal, duas ilhas de tamanho e forma iguais, com o nome de Ilhas de Gaderi no mapa mundo de Andrea di Bianco de 1448. Estas mesmas ilhas aparecem (...) entre o Senegal e Cabo Verde, com o nome de Dos Hermanos».¹²

A historiografia oficial admite que as ilhas foram encontradas pelos portugueses durante duas viagens entre 1460 e 1462. Quanto ao 'descobridor', a maioria dos historiadores considera que as cinco primeiras ilhas foram descobertas por António de Noli, genovês ao serviço do Infante D. Henrique e Diogo Gomes, navegador português, e as restantes por Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando.

Ainda sobre esta questão, existe outra contradição entre os historiadores, pois alguns defendem que o arquipélago já era habitado antes do seu achamento pelos portugueses. Assim, Carreira (1972, p.301) defende que, "não se deve excluir a hipótese de Santiago ter abrigado um pequeno grupo de náufragos Jalofo ou outros habitantes (Sereres, Felupes, Lêbus, etc.) de Cabo Verde (Senegal)", pois esses dois últimos grupos iam às ilhas por causa da sua riqueza em peixe e buscar sal, na ilha do Sal, para o comércio em África (Amarilis, 2009, pp.17-18)

Para Victor Barros (2017), a construção do debate sobre o achamento de Cabo Verde remonta à primeira metade do século XIX. Barros aponta para o Visconde de Santarém, que em 1842 publica uma extensa investigação histórica, com diferentes teses sobre a presença europeia em África antes e depois do século XV. Barros, pelo menos, apimenta o debate quanto à ideia da descoberta, trazendo contribuições de Cortesão e Simão Barros, que defendem que antes dos portugueses, os africanos já tinham passado por Cabo Verde.

¹² Amarilis Barbosa Martins (2009), Relações entre Portugal e Cabo Verde Antes e Depois da Independência, Dissertação de Mestrado, Policopiado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.



(...) O seu foco é outro: a subtração da originalidade portuguesa em arribar àquele espaço insular oeste-africano. Para Cortesão, pelo menos duas ilhas mais orientais do arquipélago, a do Sal e Boavista, eram conhecidas dos povos fronteiros da costa ocidental africana, dos árabes e figuravam na cartografia medieval, o que antecipa (no tempo) o reconhecimento das mesmas para períodos bem anteriores daqueles normalmente referidos pelas relações de viagens e pelos documentos régios portugueses. Recorde-se que, em 1935 e 1939, respetivamente, a mesma suspeita (acerca do conhecimento das ilhas antes dos portugueses) tinha sido já alvitada por autores como Auguste Chevalier e Simão Barros, tendo este decalcado de perto as sugestões daquele. Se relativamente a esse ponto o litígio parecia dar asas a especulações de vária ordem, era consensual que foram os portugueses a empreender a colonização e o povoamento do arquipélago.¹³

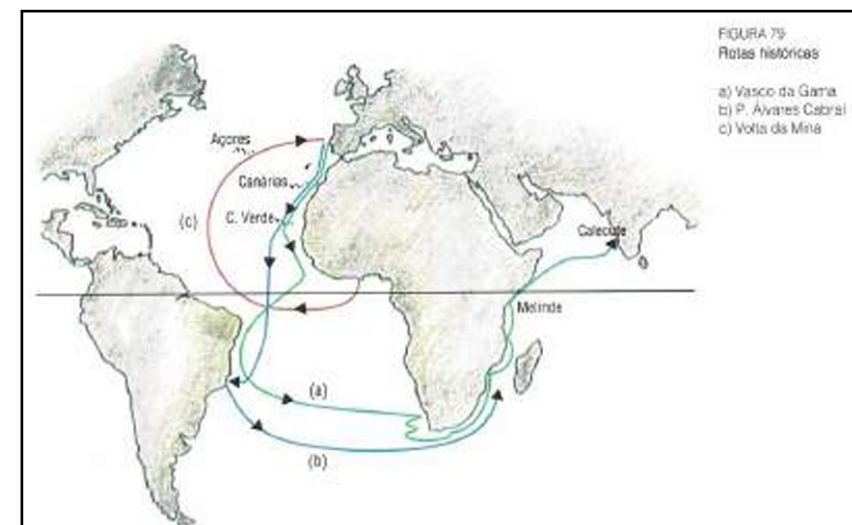
Esta discussão Descobrimento/Achamento, a partir do espaço Cabo Verde, torna-se, como já foi enfatizado, muito interessante, na medida em que toda a relação Europa e os outros, passou pelos segredos de Cabo Verde, i.e.; a colonização das Américas.

É verdade que a Europa, durante séculos, alimentara uma perceção marcada pela ansiedade sobre os Outros, os que estavam distantes e fora do seu alcance e acerca do mundo natural, produzindo monstros e fantasmas baseados em medos, fantasias e visões espectrais, «fruto de um tipo de pensamento que viajou desde Heródoto a Plínio e desde Santo Agostinho a Colombo, e que acabou por formatar a identidade da Europa» (Nandy, Sardar, Win Davies, 1996:7). Neste sentido, torna-se necessário libertar-se dessa história deprimente, que despojou todos os povos não ocidentais da sua humanidade e identidade e que inclusivamente escravizou o próprio Ocidente. É uma história que inviabilizou um encontro substancial entre culturas. O encontro de Colombo com os outros (das Índias Ocidentais), para além de ter inaugurado um antagonismo da Europa em relação aos Outros, foi uma tragédia grega, cujas consequências foram inexoráveis, cheias de sofrimento humano e afogadas em sangue. As Cruzadas vieram ajudar nisso.¹⁴

Hoje, a história pode ser reescrita e revista numa perspetiva mais crítica, e plural, e pode-se facilmente notar que o termo 'descoberta' já não faz sentido, porque esses povos 'descobertos' eram também 'descobridores' porque sempre viajaram e inventaram as suas (e nossas) civilizações. E o caso de Cabo Verde, como é discutido aqui, torna-se paradigmático, mesmo que os berberes mauritanos, ou outros africanos da costa da Guiné tenham somente «passado e não pararam». E como ainda afirma Simão Barros:

Mas o certo é que nas ilhas de Santiago e Fogo, se veem, num ou outro ponto, ruínas de abrigos, cavernas e terraços construídos nas rochas, anteriores à época da colonização. São, porém, já desta época as paredes de pedra seca, dispostas circularmente, que se observam em algumas ilhas. São restos das antigas habitações dos escravos. São restos das antigas habitações dos escravos. (...) Por tudo que fica exposto, parece dever-se concluir que quando as ilhas foram descobertas eram desabitadas; algumas, no entanto, já tinham sido visitadas anteriormente, pelo menos pelos berberes mauritanos. Não se fixara, porém: passaram apenas. (Barros, 1940).

Imagem 8 - Rotas



Fonte A.J. Silva Soares (1977, p233)

¹³ Barros, Víctor. "A escrita da história da 'descoberta' de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento?" Práticas da História, *Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017): 75-113.

¹⁴ Sardar, Zia, Nandy Ashis, Win Davies, Merryl, (1996) Manifesto Sobre o Racismo Ocidental: Bárbaros são os Outros, Dinossauro Edições, Lisboa.



1.2. RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO: A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA NOS TRÓPICOS

1.2.1. DE SANTIAGO DE CABO VERDE PARA O ATLÂNTICO SUL

O processo de ocupação das ilhas de Cabo Verde baseou-se nas experiências de Madeira, e talvez dos Açores. Em todo o caso, parece que o povoamento europeu das ilhas de Cabo Verde não correu como se planeou, dado que na altura a Coroa atravessava graves problemas financeiros. Santiago foi ocupado em 1462, tendo como Capitão-donatário António de Noli, que foi acompanhado de alguns membros da sua família e de portugueses oriundos do Alentejo e do Algarve.

Ribeira Grande foi o primeiro povoado. Como forma de recompensar os 'descobridores' do arquipélago de Cabo Verde, D. Fernando concedeu à ilha de Santiago a primeira divisão político-administrativa, dividindo-a em duas capitânias: a sul sediada na Ribeira Grande (atualmente Cidade Velha) foi atribuída a António de Noli e, mais tarde, a capitania do Norte em Alcatrazes (atualmente S. Domingos) a Diogo Afonso. Receberam o título de capitães-donatários, cargo que trazia grandes privilégios económicos, assim como o direito de estabelecer impostos e de conceder as terras aos colonos em regime de sesmaria.

O capitão-donatário era o dirigente máximo em termos administrativo, fiscal e jurídico, delegados pelo rei. Tinham a missão de fazer funcionar o aparelho administrativo. Zelavam pelo cumprimento dos códigos civil e criminal. Podiam aplicar as leis convenientes e as penas pecuniárias ou corporais, em proporção; mas casos que implicassem a aplicação da pena de morte ou talhamento dos membros eram da exclusividade dos tribunais régios. Os capitães cobravam impostos aos moradores para a Coroa. Santiago viu, a partir da primeira metade do século XV, a introdução do sistema de Morgadios e Capelas, que durou até 1864.¹⁵

A experiência de Cabo Verde não correu como as de Madeira e Açores. O clima tropical seco, os abusos do poder dos capitães-donatários sobre os rendeiros, e ainda o facto de Portugal não ter na altura população suficiente devido à mortandade provocada pela peste negra. Outra questão tem a ver ainda com a existência de poucas mulheres brancas no território, o que levou à concubinação com as mulheres negras, e abusos sexuais contra as mesmas.

Assim, como forma de promover a imigração europeia e poder recorrer à mão-de-obra escrava, D. Fernando solicitou ao seu irmão D. Afonso V mais liberdades e privilégios, que lhe foram concedidos através da Carta Régia de 12 de Junho de 1466 (...) poderes de jurisdição em matéria civil e criminal em relação a todos os Mouros, Negros ou Brancos, livres ou escravos que fossem cristãos. No que diz respeito aos habitantes de Cabo Verde, a carta concedia-lhes o direito perpétuo de fazer o comércio e o tráfico de escravos, em todas as regiões da Costa da Guiné (do rio Senegal à Serra Leoa), excetuando a feitoria de Arguim, cuja exploração estava reservada à Coroa. Nessa altura, mercadores (representantes do rei) e castelhanos fixaram-se à volta do porto da Ribeira Grande, dando início à formação de uma próspera comunidade de moradores e vizinhos. (Amarílis, 2009, pp.20-21)

Segundo Amarílis, nem todos os negros que vieram para Cabo Verde se encontravam na situação de escravizados. Vieram muitos negros livres, nomeadamente *banhuns*, *cassangas*, e *brâmes*, que acompanhavam livremente os comerciantes, mercenários e capitães de navios. Muitos deles falavam a língua portuguesa e alguns vinham a Santiago para serem cristianizados.

A ilha de Santiago, sobretudo a Cidade Velha ou Ribeira Grande de Santiago, ainda não viu a sua história ser estudada a fundo e promovida, pela importância histórica que teve nas viagens para o Brasil e para o Cabo da Boa Esperança e Índico. As viagens de e para Santiago de Cabo Verde, e deste para o oeste e sul tinham muitos 'segredos', que os africanos passaram aos portugueses, antes dos espanhóis.

Uma das grandes interrogações que se coloca nesta questão do conhecimento geográfico do Sudoeste Atlântico tem a ver com o planeamento da viagem da armada de Vasco da Gama desde Cabo Verde a Cabo da Boa Esperança com as naus com características náuticas diferentes das caravelas, com um novo traçado de rota, adequado à maréação do pano redondo em função da direção dos ventos. Isso implica o conhecimento desses ventos em todo o Atlântico Sul. No regresso, as caravelas percorriam o Golfo da Guiné, a chamada Volta da Mina, descia ao Sul do Equador, beneficiando dos ventos e correntes favoráveis para oeste, subindo depois ao Noroeste. Considera-se, para além da rota da Mina, que as caravelas de exploração partissem diretamente de Cabo Verde para Sudoeste (Silva Soares, 1997: 230).

Parece que de Lisboa a Cabo Verde, o mar não era agitado, exceto em curtos períodos de Inverno junto à Península. A partir de Cabo Verde, continuavam as caravelas ao

¹⁵ Amarílis, op cit p19.



longo da costa, com ventos normalmente fracos ou moderados, quer os gerais de SE quer as brisas costeiras (virações) e os terrais. As naus que seguiam de Cabo Verde a Cabo da Boa Esperança, com destino para o Índico, não podiam seguir a mesma rota direta a partir de Santiago. É possível, segundo Silva Soares, que de Cabo Verde foi estabelecida a grande rota indirecta em arco, a chamada Volta do Brasil, em que os navios aproveitavam sucessivamente os ventos lestes nordestes, depois os nortes e por último os oestes, beneficiando de componentes à mareação com pano redondo.

Soares Silva é de opinião que *«a origem do conhecimento pelos portugueses deste regime de ventos no sudoeste do Atlântico, é ainda um assunto polémico»*. Ganha força a ideia de Marcel Balla¹⁶, de que Cabo Verde era o centro de segredos entre espanhóis e portugueses.

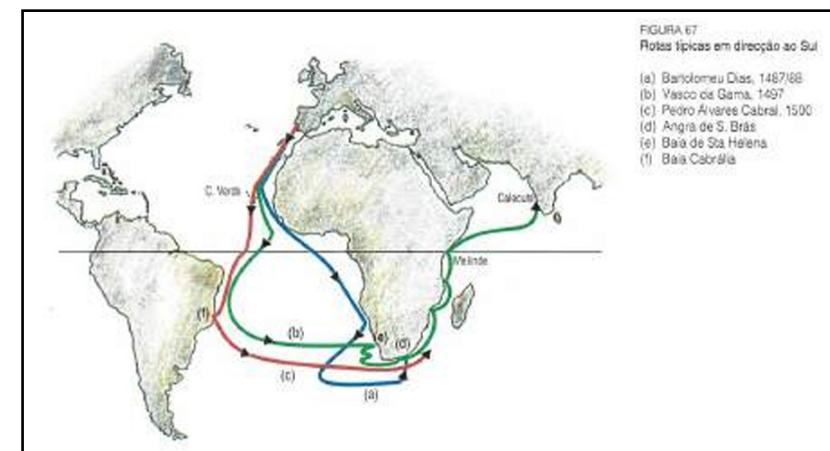
Uma corrente representada por Gago Coutinho e Armando Cortesão, considera que houve viagens secretas de exploração antes de 1497. Outra corrente, encabeçada por Luís de Albuquerque, contraria essa tese, por falta de provas suficientes. Mas o facto é que o plano da viagem de Vasco da Gama foi sem dúvida baseado nesse conhecimento. A rota foi pré-estabelecida. (...) Na região equatorial do Atlântico há duas situações diferentes, no Verão e no Inverno. Durante o Verão ocorre uma monção de Sul que se estende para Norte do equador e que não se verifica no inverno. Isto exigia diferentes rotas das naus a partir de Cabo Verde, consoante a época do ano. E essa diferença de procedimentos, segundo Gago Coutinho, foi notória nas duas viagens referidas. (A.J. Soares Silva, 1977, pp187-188)

Fontes históricas enfatizam que Vasco da Gama saiu de Lisboa a 8 de julho e que depois de escala em Santiago de Cabo Verde, rumou a SE até um ponto junto da costa além da Serra Leoa,

(...) tomando assim barlavento, para rumar a W e depois SW, e beneficiando da corrente equatorial que corre no mesmo sentido, até atingir os nortes e depois os noroestes com que pode rumar para o Sudoeste de África. Tendo largado de Santiago a 3/Agosto, fundeou em 8/Novembro na Baía de Sta Helen, com 96 dias de navegação sem ver terra (...) Depois de feita a aguada, (...) os navios bordejaram com ventos SSE, passando o Cabo da Boa Esperança a 22/Novembro, e indo fundear na Angra de S. Brás a 25. A bordada no rumo SE a partir de Santiago, executada pela frota de Vasco da Gama, foi depois praticada quase sistematicamente pelas armadas da Índia

para tomarem barlavento antes de meterem na longa rota indirecta por SW. (...) E as modernas "Pitch Charts" marcam um traçado idêntico, como o mais recomendável para os veleiros que se dirigem da Europa para o cabo da Boa Esperança. (A.J.S. Soares, 1997, p189)

Imagem 9 – Rotas



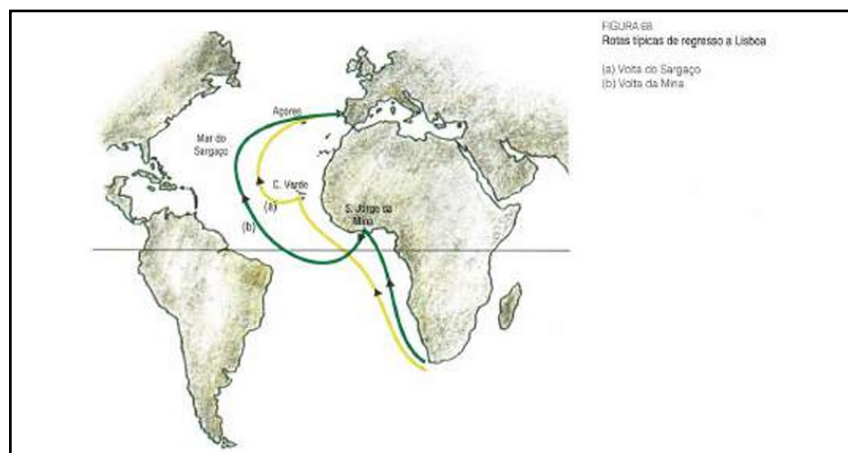
Fonte: A.J.S. Soares, 1997:189

No regresso do Índico, as rotas beneficiavam de ventos favoráveis da monção de NE em dezembro e janeiro até ao canal de Moçambique, e da ajuda da corrente marítima daí para o Sul. Já no Atlântico as rotas eram diretas do Cabo da Boa Esperança até Santiago de Cabo Verde, e por vezes S. Tomé ou S. Jorge da Mina, dependendo dos objetivos comerciais, logísticos ou operacionais. Ao chegar a um dessas escalas, a navegação tinha de ser pelo mar largo, visando contornar a zona dos alísios do NE, que mesmo para as caravelas, à bolina, eram praticamente impeditivos da rota costeira.

¹⁶ Marcel Balla, 2019, A incrível Estória de Cristóvão Colombo em Cabo Verde, Lisboa: Edição do Autor.



Imagem 10 – Rotas



Fonte: A.J.S. Soares, 1997:191.

Muitos consideram que Ribeira Grande de Santiago foi uma escola que antecipou a colonização do Brasil. Porém, o espaço, o local escolhido pelos colonos, segundo Barros, era mau «Fundaram a povoação na parte baixa do sítio, junto ao mar, donde resultou que com o seu alargamento a ribeira passou a cortá-la ao meio, sujeitando-a a inundações periódicas, por ocasião das grandes chuvas, com graves prejuízos materiais e de vidas humanas».¹⁷

Imagem 11 - Imagem Padrão dos Descobrimentos Portugueses

Fonte: www.padraodosdescobrimentos.pt/conjunto-escultorico/

¹⁷ Marcel Balla, 2019, A incrível Estória de Cristóvão Colombo em Cabo Verde, Lisboa: Edição do Autor.

Para além do clima ser mau, quando chovia formava uma lagoa dentro da cidade, que não escoava para o mar, cheia de lodo, prejudicial para a saúde. No início, muitos colonos brancos morreram. Barros cita o Padre Cordeiro, que na sua «História Insulana de Portugal», fala da morte precoce dos Bispos e religiosos, chamando a Ribeira Grande de Santiago «açougue dos que lá iam».

Cabo Verde tornou-se num entreposto fantástico para as viagens para o Brasil e a Índia. Era a base ideal de um Portugal expansionista, um ponto de escala no Atlântico, para a exploração da costa da África, era o sítio para abastecimento (água e mantimentos). Neste sentido, como defende Barros (1940), a ilha de Santiago tornou-se por esse motivo «o centro da atividade desenvolvida por Portugal na costa da Guiné até 1877, data em que esta nossa possessão deixou de ser dependência de Cabo Verde».

Cabo Verde tornar-se-ia numa colónia diferente de Açores e da Madeira, ambas situadas em zona temperada. É evidente que o processo de aclimação foi duro. Foram introduzidas espécies animais e vegetais que se adaptaram muito bem no novo meio físico para onde foram transplantadas.

Deste modo, quando foi resolvido colonizar o Brasil, foi Cabo Verde que forneceu métodos, gente, animais e plantas já completamente adaptados à vida dos trópicos. Em numerosos documentos da época se alvitra que antes de os missionários partirem para o Brasil deviam fazer um estágio na ilha de Santiago, a-fim-de se afazerem ao clima tropical. O mesmo sucedia com os funcionários e trabalhadores. Muitos deles quando seguiam para as terras de Santa Cruz já se tinham aclimatado em Cabo Verde. (Barros, 1932, citado por N. Sousa, 2017, p262).¹⁸

O comércio deu origem aos primeiros aglomerados de casas. Os primeiros povoadores e colónias surgiram em zonas ribeirinhas, perto do mar, dos portos, espaços privilegiados e ideais para exportar seus produtos, negociar com os mercadores que «demandavam aquelas paragens e enviar as suas caravelas à Guiné e regiões vizinhas para o resgate de escravos». Foi assim que surgiram Ribeira Grande e Alcatrazes, as mais antigas povoações, como centros de escoamento dos produtos da terra e entrepostos dos produtos que vinham da Guiné.

¹⁸ Nardi Sousa, 2021, Uma Análise Comparada dos Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrantes em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, Praia: US Edições.



A primeira povoação em Cabo Verde foi Ribeira Grande de Santiago, o primeiro povoamento europeu permanente nos trópicos, elevado, em 1533, à categoria de cidade. De 1513 a 1583 a população branca constituída por portugueses, italianos, espanhóis e cristãos novos, aumentou de 170 para 508 habitantes. Quanto à população africana encontrávamos wolof, bambara, fula e mandinga. Já em São Tomé e Príncipe, a primeira povoação no nordeste da ilha foi promovida a cidade em 1535 (Nardi Sousa, 2021, pp13-14).

A população vivia dispersa pelas margens das ribeiras, nos vales, nas encostas de algumas montanhas e em alguns pontos do litoral, ficando despovoados grandes espaços de terrenos.

Tabela 3 - Dados Históricos CV

Dados Históricos	Cabo Verde
"Descoberta"	c.1460
Fundação da primeira povoação	1462 - Ribeira Grande
Elevação à categoria de Cidade	1533
Criação de um Bispado	1533
Presença de Mestiços na Administração	1546
Substituição do Governador pela Câmara	1548-1770
Construção de uma Fortaleza	1591

Fonte: Seibert (2014: 49), in Nardi Sousa (2021, p14).

Barros (1940), considera que o arquipélago de Cabo Verde reunia três condições vantajosas que o indicavam como terra destinada a um grande desenvolvimento económico: «a sua proximidade da Metrópole, a sua admirável situação geográfica, que faz das suas ilhas escalas naturais entre a Europa e a América do Sul, e o seu clima, mais salubre, em geral, que o das vizinhas regiões de África».

A práxis da governação instalada na colónia de Cabo Verde não deixava ficar no arquipélago «as magras economias», o que deixava as ilhas sem recursos para se defenderem dos ataques dos piratas. Como a economia estava baseada no tráfico de homens (escravizados) com a Guiné, e com as pilhagens dos piratas e corsários (no mar e em terra), houve muitas perdas quotidianas e perigo para os habitantes. Desta forma, a economia começou a eclipsar-se. Segundo Barros, a expulsão do arquipélago dos judeus determinada por D. João III, os quais eram, todavia, um elemento de prosperidade pelo ativo comércio que mantinham especialmente com a Flandres, não ajudou.

A economia de Cabo Verde estava ligada ao tráfico de africanos resgatados nos Rios da Guiné e vendidos para a Europa e para as Américas. O facto de Cabo Verde ter-se tornado num depósito de homens africanos, escravizados, criou nas ilhas de Santiago e Fogo uma economia agropecuária relativamente diversificada, produzida em fazendas para a subsistência e para o abastecimento de navios. Havia um sistema comercial que trocava os escravizados, nos Rios da Guiné, pelos panos de algodão e cavalos. Os impostos pagos pelos traficantes de escravizados eram uma fonte importante de receitas para Santiago. Os Rios da Guiné estavam administrativamente ligados a Santiago até 1879. Santiago produzia cana-de-açúcar (mas não no sistema de monocultura), milho, legumes e frutas. A ilha do Fogo produzia algodão, assim como Santiago, que conheceu um forte desenvolvimento da tecelagem já no século XVI (N. Sousa, 2021, p14).

O facto de, no arquipélago, os governantes terem sido militares, sem conhecimentos de gestão e administração, também não ajudou no desenvolvimento socioeconómico pretendido. Consta-se que esses governantes estavam mais interessados no enriquecimento pessoal do que no desenvolvimento da colónia. Esse estado de coisas aumentou os conflitos entre governadores, juizes e autoridades.



II. MIGRAÇÕES BI-DIRECIONADAS E SOLIDEZ NAS RELAÇÕES BILATERAIS



Este capítulo procura analisar as migrações entre Portugal e Cabo Verde, sobretudo no sentido Norte-Sul, na sua perspetiva histórica, procurando olhar para Cabo Verde como uma das primeiras diásporas portuguesas no mundo. É verdade que Cabo Verde se tornou num encontro das diásporas, africanas e europeias. Procura-se também (re) discutir expressões como expatriado e migrantes, pessoas que abandonam o seu país natal para viver e trabalhar num outro lugar.

2.1. CABO VERDE: A PRIMEIRA DIÁSPORA PORTUGUESA?

Nomes como André Álvares de Almada, André Donelha, fazem parte da primeira diáspora portuguesa em Cabo Verde. Almada pertencia a uma elite com uma posição de prestígio na sociedade de Ribeira Grande (Santiago).

Nascido e criado em Santiago, Almada era mulato, filho de uma mulher “parda” (mestiça) com pai branco (português) e uma avó negra. O pai, Ciprião Álvares de Almada, foi Cavaleiro da Ordem de Santiago, serviu como Almoxarife da Ribeira Grande de 1563 a 1564, foi procurador de moradores reinóis em 1579 e era capitão de uma companhia em 1598. A última informação que temos sobre o seu pai refere-se à data de 1614, quando assinou um documento da Câmara da Ribeira Grande. Vale observar, ainda, que Ciprião Álvares de Almada tinha importantes funções e cargos referentes à administração e ao comércio na região. Com certeza, a posição e importância da sua família fez com que o filho também se tornasse uma figura conhecida em Cabo Verde. (Jeocasta de Freitas, 2016:64)

Almada fazia comércio com a costa africana desde os anos finais da década de 1560. Como capitão de uma companhia (atividade desempenhada pelo seu pai também), prestou serviços relevantes à Coroa. Como resultados dos serviços, em 1591, ele já era cavaleiro-fidalgo da Casa Real. Foi o escolhido pelos moradores de Santiago para ir à Europa com o intuito de conseguir uma reunião com Felipe II, para explicar ao monarca a grande necessidade de se colonizar Serra Leoa. Foi por esse motivo, segundo Jeocasta de Freitas, que em 1594 escreveu o Tratado Breve dos Rios da Guiné e de Cabo Verde.

Consta que foi, em 1599, condecorado por Felipe II com o hábito da Ordem de Cristo, que recebeu efetivamente em 1603. O hábito da Ordem de Cristo era, acima de tudo, uma distinção honorífica muito importante.

Segundo Jeocasta Freitas, Almada pode ser considerado um cabo-verdiano e ao mesmo tempo um português, *«tanto é que no seu relato descreve a costa da África, como “a nossa Guiné”. Ao utilizar semelhantes termos, ele queria dizer que a Guiné pertencia aos cabo-verdianos e a coroa ibérica»*. Freitas insiste que nos séculos XVI e XVII, a identidade portuguesa era definida pela linguagem, inicialmente o português, mas desenvolvendo-se gradualmente em torno da língua crioula, e da religião católica (mesmo que influenciada por práticas religiosas locais), para além da cultura material, o modo de vestir, e principalmente, a arquitetura distinta das casas (presença de varandas, vestíbulo na entrada da casa, casas retangulares, paredes exteriores clareadas ou com um banho de argila ou com cal). Parece que a língua crioula era um dos aspetos que caracterizavam a identidade “portuguesa”, a referência a essa língua já aparecia nas fontes do século XVI.

Jeocasta via Almada e Donelha como portugueses e africanos ao mesmo tempo, dado que foram influenciados pelo meio onde viveram, pela cultura e pela religião.

No caso de Donelha, o autor diz que vivia em Santiago e que frequentou uma escola, visto que conta que chegou a estudar com um filho de um rei africano, chamado Beca Bore, que era grande senhor na sua terra, primo d’el-rei Beca Caia, que mandou um filho seu a esta ilha, o qual se fez cristão e foi seu condiscípulo na escola de ler e escrever. Supõe-se que o pai de Donelha vivia em Santiago e realizava viagens comerciais até a Guiné, *«Uma vez que, no relato, ele afirma que em 1560, seu pai esteve na Serra Leoa, onde comprou três pessoas de origem mane, que, após o batismo, receberam os nomes de Baltasar, Belchior e Gaspar. Foram esses três cativos que forneceram, ao comerciante, informações sobre a invasão dos manes na Serra Leoa»* (Jeocasta de Freitas, 2016: 69-70).

Na historiografia portuguesa não se pode esquecer o papel de Cabo Verde como uma das primeiras diásporas portuguesas no mundo. Essa diáspora não teve continuidade no reforço da sua população, dado as vicissitudes da história, mas parece que nas últimas décadas o reforço da mesma se tornou mais evidente.

Ainda de acordo com Góis (2021), a história contemporânea portuguesa é marcada por dois grandes ciclos migratórios: o ciclo transatlântico e o ciclo intraeuropeu.



O ciclo transatlântico desenvolveu-se ao longo do século XIX, atingiu o seu apogeu na viragem do século XIX-XX e, no que concerne à emissão massiva de emigrantes, entrou em declínio no período entre as duas grandes guerras. Desde o final dos anos 50 até 1974 a atração exercida pela França e, em menor grau, pela Alemanha, domina completamente a emigração portuguesa. Assim, do milhão e quatrocentas mil saídas verificadas entre 1962 e 1974, 75% dirigiram-se para estes dois países, respetivamente 62% para a França e 13% para a Alemanha. Esta viragem para as migrações intraeuropeias não mais abandonou a história da emigração portuguesa. (p35)

O autor alerta para importantes movimentos migratórios portugueses em direção a outros destinos de que se destacam as antigas colónias portuguesas em África ou a África do Sul. Não se pode ignorar a presença de 2,5 a 5 milhões de portugueses e descendentes de portugueses nos diversos países de acolhimento.

Como diz Góis, a diáspora é sempre um recurso para os países de origem (remessas, capital humano, base eleitoral, base linguística, etc.). É importante compreender como é que essa conexão com o país de origem tem sido mantida pelo Estado.¹⁹

É importante destacar a diáspora pela sua heterogeneidade e diversidade. É que, neste sentido, as comunidades são muito mais segmentadas e plurais.

2.2. EXPATRIADOS OU IMIGRANTES: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Torna-se importante discutir alguns conceitos, de modo a entendermos melhor a carga ideológica, a violência simbólica, os privilégios e assimetrias de poder que possam esconder. Por isso, o debate, mesmo que breve, à volta dos conceitos expatriado e imigrante é altamente pertinente para os estudos na área das migrações.

A nível do senso comum, e para muitas pessoas, a expressão 'expatriado' pode levar a cogitar sobre uma pessoa branca (euro descendente) que vive fora do seu continente, enquanto que imigrante dá ideia daqueles que vêm do Sul do mundo, i.e. pessoas não brancas. O termo aponta para uma certa colonialidade do poder que, como diria Quijano (2002), coloca-nos na presença da constituição de um poder mundial capitalista,

moderno/colonial e eurocêntrico a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores.²⁰

Poderíamos ainda, neste debate, trazer Bruna Maia e Vico de Melo (2020), que afirmam que «é possível afirmar que a dominação colonial não se encerrou com a independência dos países colonizados, mas permanece viva através de um sistema mundo de poder que define os mais diversos padrões do que é válido e o que não é».²¹ No caso dos portugueses em Cabo Verde, ou nos PALOPs, é interessante notar que não se auto classificam como expatriados, termo mais comumente usado pelos media anglo-saxónicos, mas sim como portugueses ou comunidade portuguesa em Cabo Verde. O mesmo parece acontecer em Angola e na Guiné-Bissau.

Para este debate partimos de duas perspetivas, uma africana e outra europeia, que para além de críticas, quase que se sobrepõem. Neste sentido, para o queniano James Shikwati (2022), «as conotações das noções "expatriado" e "imigrante" revelam as estruturas de poder coloniais que moldam a migração hoje». O autor questiona porque que há diferenças nos termos para pessoas que abandonam o seu país natal para viver e trabalhar num outro lugar, enfatizando que «o termo "expatriado" celebra a presença da "branquitude" no mundo não ocidental. O "imigrante" evoca especialistas não brancos no mundo ocidental».²²

Sílvia Ferraz define expatriado como colaboradores de organizações com sede num país que foram destacados para trabalhar e para residirem fora desse país, independentemente do período de tempo em que vão estar fora (2011, 10-11). Neste sentido, a expatriação seria vista como uma necessidade, dado que trabalhar em mercados diferentes do doméstico torna-se necessário para fazer a empresa crescer (muitas vezes, para as organizações sobreviverem até). A Globalização veio criar mais oportunidades de comércio a nível mundial, um catalisador para o desenvolvimento das empresas e negócios e, mais recentemente, porque funciona, também, como um estímulo para o desenvolvimento profissional (seja em início de carreira, seja a meio da carreira, seja mesmo antes de início de carreira profissional quando se desejam obter mais conhecimentos, conhecimentos mais específicos ou simplesmente pela experiência de estudar fora do país).²³

¹⁹ José Carlos Marques, Pedro Góis, A diáspora lusitana contemporânea. associações e outras redes sociais na emigração portuguesa, REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 29, n. 62, ago. 2021, p. 31-48. P33

²⁰ Aníbal Quijano, (2022), "Colonialidade, poder, globalização e democracia", Novos Rumos, ANO 17, nº37, 2002, pp1-25.

²¹ Bruna Soraia Ribeiro Maia, Vico Dênis Sousa de Melo, (2020), A colonialidade do poder e suas subjetividades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 15 n. 2 Julho. 2020, pp-231-242.

²² James Shikwati, 2022, Colonialismo silencioso: Os Jogos de Poder entre Expatriados e Imigrantes, consultado em abril de 2023 <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/pkl/dis/22765510.html> março 2022

²³ Sílvia Ferraz, (2011), estarão os expatriados portugueses satisfeitos com a sua expatriação? Dissertação Final, Universidade Católica, 2011, Dissertação de Mestrado Policiada.



Segundo a autora, os estudos sobre expatriação têm tido, historicamente, uma tônica na parte organizacional, em como tornar as missões de expatriação mais eficazes do ponto de vista empresarial, tendo em conta ganhos e eficácia na gestão destes recursos humanos. No fundo, as definições do expatriado apontam para o facto como o indivíduo que não é cidadão do país no qual está a trabalhar, ou qualquer cidadão de um país que vai para outro viver e trabalhar, independentemente de o seu trabalho ser numa organização do país de origem ou não, desde que mantenha a sua nacionalidade originária, são definições coerentes entre elas (Ferraz, 2011, 16).

James Shikwati defende que toda a história do expansionismo europeu (ambição, aventura e procura de sucesso, à força), verificada sobretudo a partir do século XV, revela um "êxodo" de povos da Europa com destino à África, Américas e Ásia. Mais tarde, com o predomínio tecnológico e uma ideologia racista, do século XVIII, criou-se uma narrativa da supremacia branca, agente civilizador, "ordenado por Deus" a colonizar e civilizar novos povos e regiões. Segundo este autor, é neste contexto, de poder e privilégio, que devemos analisar estes dois termos "expatriado" e "imigrante".

Por outro lado, o artigo *"Por que nunca falamos de 'expatriados ilegais?'"*, escrito por Thomas Stephens, em abril de 2017,²⁴ procura trazer também para o debate a questão do expatriado. Para este autor, no sentido mais literal do termo, um expatriado é alguém que vive no exterior. Ele traz inclusive o conceito da HSBC Expat Explorer, definindo-o como "alguém com mais de dezoito anos que vive longe do seu país de origem". É verdade, segundo ele, que esta definição é muito ampla, dado que pode aplicar-se aos estudantes, refugiados ou solicitantes de asilo, que não são expatriados. Recorre à definição da InterNations (grande rede de expatriados), *"alguém que decide viver no exterior por um período de tempo não especificado, sem restrições de origem ou residência"*. Porém, considera que esta definição não difere muito de um imigrante, mas que existem nuances, *«O imigrante seria alguém que vem de um país diferente para viver em um local por um período permanente, enquanto o expatriado muda para o exterior por um período limitado de tempo ou ainda não decidiu quanto tempo vai ficar»*.

Para Shikwati, o termo expatriado deriva do latim "ex" (fora) e "patria" (país, pátria). Incentivamente, o expatriado seria qualquer pessoa que deixa o seu país para ir trabalhar num outro país estrangeiro por um período determinado. De forma errônea, o termo expatriado desenha um único retrato, i.e., *qualquer pessoa branca que trabalhe no exterior*.

A apropriação do termo "expatriado" pelo mundo ocidental é uma perpetuação da mentalidade colonial. Na história, os colonos brancos viajavam por toda parte como exploradores, pregadores, cientistas, comerciantes e diplomatas. Após seu retorno, os viajantes eram recebidos como heróis e conquistadores de novos mundos, independentemente das atrocidades que promoveram nas comunidades anfitriãs. Manteve-se enraizado na mentalidade ocidental esse monopólio da superioridade que pode enviar expatriados a regiões "inferiores". (Shikwati, 2022)

Para Shikwati, nesta divisão internacional do trabalho, em que o branco é visto como rico, civilizado e com a missão de ajudar e apoiar o Sul do mundo, sobretudo África, o "expatriado" ocidental, apoiado pelos media ocidentais e pelo dinheiro de ajuda ao desenvolvimento, *«tem dominado o cenário africano desde sua independência: como conselheiros políticos de governos ou do setor privado e de organizações não governamentais. Em visita a qualquer cidade africana, pode-se facilmente detetar onde os "expatriados" ficam e onde passam o tempo – eles criam ilhas isoladas de privilégio e opulência»*.

Nesta perspetiva, as ideias de Shikwati e Stephens quase se sobrepõem. Para Stephens expatriado não tem um significado legal e ninguém se descreveria como a "segunda geração de expatriados", dado que isso importaria divisões sociais sem trazer quaisquer benefícios visíveis. Na perspetiva de Stephens é uma palavra curta e de fácil uso, que os media, especialmente a britânica, continuam a empregar. Tornou-se numa expressão que entra lentamente no vocabulário de outros idiomas, mesmo na ausência de uma definição inequívoca.

Este autor partilha um resultado da pesquisa InterNations Expat Insider, identificando 10 tipos de expatriados: i) os tradicionais (empregados estrangeiros e as esposas expatriadas); ii) Um em dez que procuraram emprego no exterior por esforço próprio; iii) 8% dos românticos que mudaram para estar próximo dos seus parceiros no seu país natal; iv) 7% de ex-estudantes que chegaram num país para estudar e que acabaram por ficar após encontrar um emprego; v) 18% de aventureiros que simplesmente gostam de viver no exterior à procura de novos desafios; vi) o "expatriado à procura de pastos verdejantes", ou seja, "que simplesmente procura uma melhor qualidade de vida".

Stephens aborda ainda o preconceito dos media britânicos, que, segundo ele, existe até para com os europeus brancos continentais, que não entram no clube dos expatriados. «Eles preferem se referir aos britânicos em Paris como expatriados, mas os

²⁴<https://www.swissinfo.ch/por/sociedade/denifi%C3%A7%C3%A3o-de-expatriado.por-que-nunca-falamos-de-expatriados-ilegais/43071080>



franceses em Londres já são “imigrantes”». Para ele, o termo expatriado já não faz mais sentido, hoje em dia:

Depois há também a questão étnica: se alguns consideram que os africanos ou asiáticos não se adequam ao status de expatriado, o que dizer dos europeus orientais, italianos mais morenos ou os latinos, por exemplo? Ou o que dizer de um britânico não branco vivendo nos Estados Unidos? Pelo menos, essas questões reforçam o argumento que pede o fim do termo “expatriado”. (Stephens, 2017)

Quanto ao termo “imigrante”, Shikwati diz que se refere a quem deixa seu país de origem para ficar em um país estrangeiro por tempo limitado ou permanentemente. O Ocidente raramente refere-se aos europeus que migraram para outros continentes como migrantes. Shikwati considera que o termo “imigrante” é mais emotivo na Europa especialmente quando se discute a presença de colonos africanos e não brancos, e que o que motiva a migração é o mesmo que está na base da “expatriação”, ou seja, ambição, aventura e a busca de sucesso. Ninguém emigra para sofrer, se não for à força (escravatura, trabalho forçado, etc.). O autor enfatiza algo interessante:

Os profissionais africanos que saem para trabalhar na Europa não são considerados expatriados. A Europa prefere designá-los como imigrantes altamente qualificados. O africano que sai para trabalhar na Europa como trabalhador da construção civil, trabalhador doméstico ou mão de obra agrícola – o que é chamado de trabalhador de baixo status – levou a União Europeia a destinar fundos para conter sua categoria dentro da África. Todos os “expatriados” qualificam-se como imigrantes, mas a aplicação típica do termo imigrante nas narrativas ocidentais se concentra em pessoas não brancas que se mudam para países dominados por brancos. Esses dois termos, “expatriado” e “imigrante”, perpetuaram o colonialismo silencioso em países que há décadas dependem do capital ocidental e de sua generosidade para prosperar. (Shikwati, 2022)

Esta discussão, na perspectiva africana, sobretudo de um autor queniano, um país com muitos “imigrantes”, chamados “expatriados”, torna-se altamente pertinente numa relação pós-colonial.

Ser classificado como “expatriado” ou “imigrante” depende em grande parte da relação entre o país que se deixa e aquele onde se instala. Se alguém deixa um país caracterizado pelo capital adormecido – como é o caso da África –, por um com capital ativado, como Europa e Estados Unidos, a melhoria leva as narrativas a rotular essa pessoa como imigrante. Para aqueles que deixam países com capital ativado para um destino que ainda está por ativar seu capital – o aparente rebaixamento leva as narrativas a rotulá-los como expatriados. (...) a pessoa branca que vem para a África ganhará facilmente o status de residência desejado e pode facilmente se mover sem vistos no continente. A pessoa branca pode ser totalmente ignorante em um determinado tópico, mas a probabilidade de uma entidade africana contratá-la em sua condição de expatriado é notadamente alta. O inverso é verdadeiro para um profissional africano – que pode ser o verdadeiro especialista que guia o expatriado branco, mas o colonialismo silencioso não lhe permite elevar sua autoconfiança.

A discussão destes termos pode levar-nos inclusive à questão da soberania como é colocada por Sikwati, na medida em que, como o autor reconhece, os líderes africanos e seus partidos aceitam com facilidade serem aconselhados por expatriados, mesmo sendo independentes. Isto mexe com a soberania porque deixam o destino do continente e dos seus países nas mãos dos expatriados. Isso se verifica com maior acuidade após a entrada da China na disputa dos recursos africanos. Sikwati considera que no Ocidente isso seria impossível, abominável.

O caminho, segundo ele, para mudar isso, o jogo de poder entre expatriados e imigrantes, depende da forma como cada país investe na ativação de seu capital adormecido e faça uma revisão crítica de como as pessoas em África interpretam os termos “expatriado” e “imigrante”, alterando esta narrativa. Outra solução, segundo Sikwati, seria a devolução dos objetos de arte saqueados e peças de arte e tesouros africanos. Não deixa de fora, a revisão da história e de registos históricos, «como se percebe a partir de movimentos que derrubaram estátuas coloniais nos Estados Unidos». Considera ainda que é preciso ter expatriados negros no continente, e não somente brancos. É preciso também que a União Europeia tenha interesse em reorganizar sua relação com África, muito impulsionada pelo medo dos migrantes africanos e dos tentáculos chineses, que se espalham rapidamente. E por fim, o aumento do acesso às plataformas digitais oferece oportunidades para contrapor e fornecer narrativas alternativas. Em última análise, tudo se resume à ativação do capital adormecido, através do qual o continente pode impulsionar seu próprio senso de ambição, aventura e sucesso nas áreas de segurança, *soft power*, poder tecnológico e diplomacia.



Stephens, por sua vez, traz para o debate algumas ideias preconcebidas sobre o termo expatriado. Por exemplo, a de que os «*Expatriados tendem a viver no novo país por um período limitado de tempo*», o que nos leva para uma época em que o grupo de expatriados englobava apenas os profissionais bem qualificados, geralmente funcionários de grandes multinacionais, enviados para cumprir uma missão temporária no exterior, acompanhado da família. Para este autor, enquanto esses empregos no exterior ainda continuarem a existir, a definição vale também para muitos outros perfis. Observa, ainda, que esta definição descarta os aposentados que vão viver num outro país (exemplo dos 300 mil cidadãos do Reino Unido que vivem em Espanha).

Outra ideia é que os *"expatriados têm um certo nível de formação e rendimento"*. Stephens partilha um resultado de uma pesquisa do HSBC Expat Explorer, de 2015, que analisou expatriados em 39 países e descobriu que tinham uma renda média de 180 mil dólares por ano. Na Suíça, ela chega a 200 mil dólares. A dúvida levantada é que isso não significa necessariamente que se alguém é pobre não deve ser considerado expatriado, e mesmo que fosse desempregado, mas o dinheiro parece ter um papel importante nesse universo.

Uma das ideias mais comuns é que «*os Expatriados são brancos*». O autor reflete criticamente sobre a ideia que *«pessoas brancas são expatriadas e todos os outros são imigrantes»*. Diz, ainda, que isto advém do ponto de vista que o expatriado é um fenómeno do mundo anglo-saxão e uma ressaca colonial dos dias em que a classe média alta inglesa estava disseminada através do Império (e a Suíça). Essas pessoas viviam em África, Índia, Hong-Kong, onde britânicos influentes gozavam a vida de "expatriado" nas "comunidades de expatriados". É verdade que *«o Império pode ter se desintegrado, mas as conotações culturais ligadas aos expatriados parecem fortes (...)* Profissionais africanos de alto nível indo trabalhar na Europa não são considerados expatriados. Eles são imigrantes.»

A ideia de que "os Expatriados circulam pelo mundo. Os imigrantes se mudam de um lugar para o outro", é, de acordo com Stephens, uma teoria com tom imperial, *«ser um expatriado ou um imigrante depende da relação entre o país que você abandonou com o país onde vive. Se você subiu no "degrau" dos países, então é um imigrante. Se "desceu", então é um expatriado»*.

Pensar também que os *"Expatriados não têm um passaporte dos países de residência"*, é uma falsa ideia porque, segundo Stephens, três quartos deles têm dupla nacio-

nalidade. A isso junta-se outra ideia que *"os Expatriados não fazem esforços para se integrar, que não aprendem o idioma local ou se socializam com as pessoas do país de acolhimento"*, não é verdadeira, na medida em que se para os britânicos coloniais *«cuja única interação com a população local era na hora de procurar empregados domésticos, os expatriados vivem basicamente o estilo de vida do seu próprio país de origem ao viver no exterior (...)*». Poderíamos, sempre de acordo com Stephens, adicionar mais uma ideia: *"os Expatriados permanecem no país mais por escolha do que por necessidade"*. As razões são diversas. Porém, muitos expatriados têm um salário maior quando trabalham fora. Isso não quer dizer que muitos optam por este estilo de vida.

Outro trabalho interessante, de 13 de Maio de 2018, da jornalista Luísa Pinto, do Público, com o título "O que é isso de ser um expatriado em Portugal" revela também o 'privilegio' de ser considerado um 'expatriado' *«Chegam em grande número, à procura do sol, da gastronomia, da hospitalidade e de uma oportunidade para recomeçar uma vida. Portugal é o melhor país da Europa, e o quinto melhor país do mundo, para receber expatriados, segundo um inquérito da InterNations, (...)*». É interessante notar que para o (anterior) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras são imigrantes que chegam para estudar, que vêm fazer intercâmbios culturais, os que estão destacados por empresas, ou os que vêm ter com a família, procurar emprego ou aproveitar a reforma. Os dados de 2018 apontavam para 29 mil autorizações especiais de residência concedidas em 2017 a naturais de países terceiros à União Europeia. A jornalista considera que em Portugal são imigrantes, mas para a *InterNations* são "expatriados" (vivem longe da Pátria em que nasceram).²⁵

Mariana Espírito Santo, num artigo de 14 Setembro 2021, diz que *«Três em cada dez portugueses que trabalham no estrangeiro recebem entre 50 mil e 100 mil dólares anuais (42,3 mil e 84,6 mil euros), sendo que mais de metade dos expatriados nacionais tem uma posição sénior ou executiva, revela o estudo da InterNations que contou com a participação de 12.420 expatriados»*. A principal área que ocupa os portugueses lá fora é a das tecnologias de informação (IT, na sigla em inglês), onde se encontram 10% dos expatriados. 9% trabalha na construção, um setor menos comum para os expatriados no seu conjunto, já que apenas 3% estão nesta área. Para além disso, quase um em cada dez portugueses lá fora trabalha na saúde, uma percentagem também superior

²⁵ Luísa Pinto, do Público, com o título, "O que é isso de ser um expatriado em Portugal", de 13 de Maio de 2018 <https://www.publico.pt/2018/05/13/sociedade/reportagem/o-que-e-isso-de-ser-um-expatriado-em-portugal-1829693>.

à média (6%). Os destinos mais comuns para os expatriados portugueses são o Reino Unido, a Suíça e os Países Baixos.²⁶

Ainda segundo este artigo de Mariana Espírito Santo, quanto ao perfil, o expatriado português tem em média 43 anos, sendo que a percentagem de homens a trabalhar no estrangeiro é mais alta (67%). No que diz respeito à educação, a maior parte dos portugueses a trabalhar no estrangeiro (43%) tem uma pós-graduação ou mestrado, e um quarto tem mestrado. Cerca de 37% dos expatriados portugueses trabalham numa posição sénior ou especialista e 17% são gerentes de topo ou executivos. No entanto, por outro lado, mais de um em cada cinco (21%) também trabalha nas categorias de gestão inferior ou média, o que compara com 17% globalmente. Cerca de 25% inquiridos no estudo, que trabalham no estrangeiro, foi recrutada internacionalmente.

III. COMUNIDADES PORTUGUESAS EM CABO VERDE

²⁶<https://eco.sapo.pt/2021/09/14/tres-em-cada-dez-portugueses-la-fora-recebem-entre-50-mil-e-100-mil-dolares-ao-ano/>



3.1. NÚMERO DE PORTUGUESES EM CABO VERDE

Em Cabo Verde existem muitos dados que são produzidos por várias instituições públicas e privadas e organismos internacionais. Porém, a dificuldade está no acesso aos mesmos. É possível também que muitos dados nem estejam trabalhados e organizados, e/ou discriminados, por sexo, local de origem, etc.

Para este estudo sobre a comunidade portuguesa foram contatadas mais de duas dezenas de instituições e durante 3 a 4 meses não recebemos *feedback*, a não ser de duas ou três instituições que responderam dizendo que iriam enviar alguns dados. Parece haver pouca sensibilidade e propensão por parte das instituições em Cabo Verde em colaborar com os investigadores. E isto dificulta bastante o avançar das pesquisas, criando enormes constrangimentos (atraso, dúvidas, etc.).

Numa situação dessas, o investigador 'deita mão' àquilo que aparece, i.e., dados avulsos, e deve ter outras estratégias para poder preencher o *puzzle*, como, por exemplo, aplicar questionários, fazer triangulação de dados, etc.

O primeiro contato com a Embaixada de Portugal em Cabo Verde, assim como junto dos consulados da Praia e do Mindelo foi feito em novembro de 2022. E passados 4 meses, os investigadores receberam a seguinte informação:

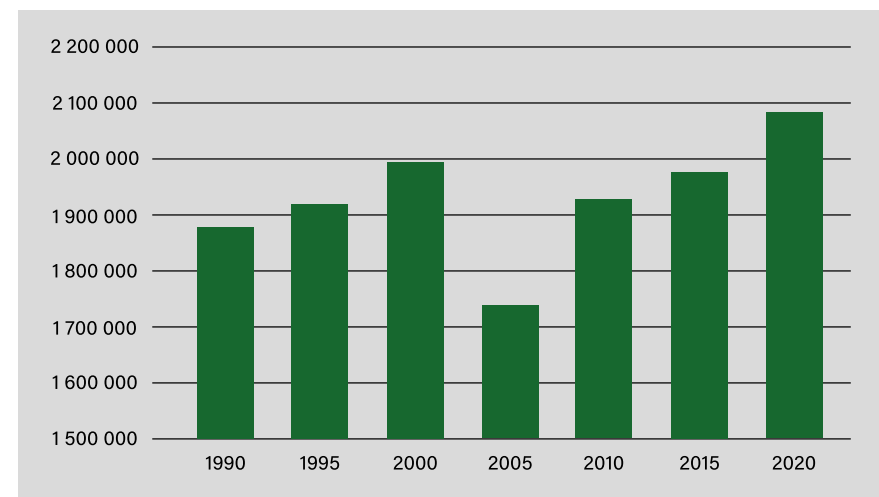
Informa esta Embaixada ter apurado o seguinte: em relação aos portugueses inscritos no período de 2010 a 2022 no período em referência (01/01/2010 a 31/12/2022) e de acordo com os dados que dispomos, estavam inscritos na secção consular da Embaixada de Portugal na cidade da Praia, **13.277 utentes**, dos quais **6.549** do sexo feminino e **6.728** do sexo masculino. No escritório consular do Mindelo e no referido período estavam inscritos um total de **3.433** nacionais, entre os quais 1.734 do sexo feminino e 1.699 do sexo masculino. Recordo que os números indicados devem ser enquadrados num contexto de incidência de **um largo número de nacionais que são detentores de dupla nacionalidade, a par da elevada taxa de mobilidade entre os dois países.**

Esta informação sintética é de extrema importância pelas seguintes razões:

- Existe um registo de cerca de 16.710 portugueses em Cabo Verde, num contexto que muita gente tem dupla nacionalidade.
- De 01/01/2010 a 31/12/2022 a secção consular da Embaixada de Portugal na cidade da Praia registou **13.277 utentes**, dos quais **6.549** do sexo feminino e **6.728** do sexo masculino.
- No **escritório consular do Mindelo** e no referido período estavam inscritos um total de **3.433 nacionais**, entre os quais 1.734 do sexo feminino e 1.699 do sexo masculino.
- Um número considerável de nacionais são detentores de dupla nacionalidade.

Dados do Observatório da Emigração de Portugal, de 2020, apontavam, de acordo com as estimativas das Nações Unidas, para cerca de dois milhões de portugueses emigrados a residir no estrangeiro (2.081.419).

Gráfico 1 - Emigrantes portugueses no mundo 1990 - 2020



Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, estimativas das Nações Unidas



No caso de Cabo Verde, o Observatório da Emigração apontava para mais de 2.000 portugueses residentes no país em 2021. Os portugueses surgiam, segundo dados do relatório final do Recenseamento Geral da População, atrás dos mais de 4.300 nascidos na Guiné-Bissau e quase 3.000 em São Tomé e Príncipe.²⁷

Ainda de acordo com o Observatório da Emigração (OE):

Segundo dados compilados pela Lusa a partir do relatório sobre migrações do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de Cabo Verde, aquando da realização do quinto Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2021) residiam no arquipélago 18.562 cidadãos nascidos fora do país. Desses, 23,6% tinham nascido na Guiné-Bissau, equivalente a 4.375 imigrantes, 15,6% em São Tomé e Príncipe, totalizando 2.894 pessoas, e **11% em Portugal, equivalente a 2.050 pessoas**. Foram ainda registados 1.724 senegaleses (9,3%), 1.577 angolanos (8,5%) e 796 chineses (4,3%). A maioria dessa população chegou a Cabo Verde pela primeira vez entre os anos de 2000 e 2019. Cerca de 34,7% chegaram entre 2010 e 2019" (...) sendo este período de dez anos aquele em que o arquipélago assistiu ao forte crescimento do turismo, até ao recorde de 819.000 turistas em 2019.²⁸

Os dados revelaram que o agrupamento familiar foi o principal motivo (46,3%) apontado para a imigração para Cabo Verde, seguido da procura de trabalho (36,5%).²⁹

A população estrangeira em Cabo Verde foi estimada em 10.875 pessoas, sendo 33,7% da Guiné-Bissau, 11,3% do Senegal, 10% de Portugal, 7,1% da China e 4% de São Tomé e Príncipe (INE, 2022 - RGPH-2021, Resultados Definitivos).

O Relatório da Emigração de 2020 reveste-se de acrescido interesse, uma vez que incide sobre um ano profundamente atípico, marcado pelo alastramento à escala global da pandemia Covid-19, com inevitáveis consequências ao nível da mobilidade e fluxos migratórios.³⁰

²⁷<https://reordeuropa.com/noticias/mundo/guineenses-sao-tomenses-e-portugueses-lideram-entre-imigrantes-em-cabo-verde-08-12-2022-101921>

²⁸<http://observatorioemigracao.pt/np4/8882.html>

²⁹Dados do INE (RGPH-2021- Resultados Finais) divulgados pela Lusa (8/12/2022) consultado no Jornal Expresso das Ilhas <https://expressodasilhas.cv/pais/2022/12/06/guineenses-sao-tomenses-e-portugueses-lideram-entre-imigrantes-em-cabo-verde/83323>

³⁰Gabinete da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Relatório da Emigração 2020, Lisboa, 2021, p22.

Tabela 4 - Nascidos em Portugal residentes no estrangeiro por sexo, principais países de destino da emigração, 2020 ou último ano disponível

País	Total	Por sexo		
		Masculino	Feminino	Porcentagem de mulheres no total
Alemanha	..	..	..	..
Angola	..	..	..	..
Austrália	18,610	9,440	9,160	49,2
Áustria	3,105	1,843	1,262	40,6
Bélgica	37,376	19,392	17,984	48,1
Brasil	137,972	69,918	68,054	49,3
Cabo Verde	1,491	918	573	38,4
Canadá	143,160	70,190	72,970	51,0
Dinamarca	3,156	1,782	1,374	43,5
Espanha	95,221	51,535	43,686	45,9
EUA	157,418	79,101	78,317	49,8
França	610,206	310,460	299,747	49,1

Fonte: Relatório da Emigração, 2021: 69

Tabela 5 - Registos consulares de portugueses residentes no estrangeiro, principais países de destino da emigração, 2020

País	Registos consulares
Alemanha	229,391
Angola	125,457
Austrália	40,641
Áustria	6,854
Bélgica	75,788
Brasil	853,663
Cabo Verde	18,561
Canadá	188,826
Dinamarca	3,610
Espanha	101,185
EUA	269,118
França	1,456,721

Fonte: Relatório da Emigração, 2021: 137

Parece que, no caso de Cabo Verde, os únicos dados fiáveis disponíveis sobre o *stock* de emigrantes portugueses são os dos censos, o último dos quais é de 2010, e os do Inquérito Multiobjectivo Contínuo de 2014, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

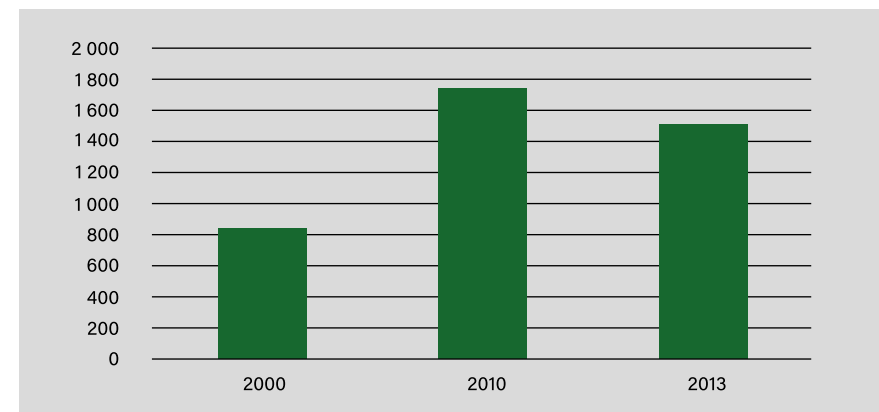
Em 2013, o número de portugueses emigrados em Cabo Verde totalizou 1.491. O número de portugueses emigrados em Cabo Verde quase que duplicou em 13 anos, passando de 838, em 2000, para 1.491, em 2013. Em termos relativos, os portugueses emigrados representam 9% do total de nascidos no estrangeiro em Cabo Verde no ano de 2013, sendo a quinta população mais numerosa entre os imigrantes a residir no país (ver quadro abaixo).

Tabela 6 - População nascida no estrangeiro e em Cabo Verde

Ano	População nascido no estrangeiro		Nascimento em Portugal		
	N	Taxa de crescimento anual (%)	N	Em percentagem da população nascida no estrangeiro	Taxa de crescimento anual (%)
2000	11,027	..	838	7,6	..
2001	..	..	..	..	..
2002	..	..	..	..	..
2003	..	..	..	..	..
2004	..	..	..	..	..
2005	..	..	..	..	..
2006	..	..	..	..	..
2007	..	..	..	..	..
2008	..	..	..	..	..
2009	..	..	..	..	..
2010	17,788	..	1,716	9,6	..
2011	..	..	..	..	..
2012	..	..	..	..	..
2013	16,491	..	1,491	9,0	..
2014	..	..	..	..	..
2015	..	..	..	..	..
2016	..	..	..	..	..
2017	..	..	..	..	..
2018	..	..	..	..	..
2019	..	..	..	..	..
2020	..	..	..	..	..

Fonte: Relatório da Emigração, 2021:135

Gráfico 2 - Nascidos em Portugal residentes em Cabo Verde, 2000, 2010 e 2013



Fonte: Relatório da Emigração, 2021:136

Tabela 7 - Inscrições consulares

Inscrições consulares a 31/12/2020, extraídos do SGC e posto consular	
África	336 638
África do Sul	113 092
Cidade do Cabo	18 034
Durban	13 341
Joanesburgo	72 340
Pretória	9 377
Angola	138 258
Benguela	23 013
Luanda	115 245
Argélia	87
Argel	87
Cabo Verde	22 968
Mindelo	2 938
Praia	20 030
Egipto	229
Cairo	229
Guiné Equatorial	13
Malabo	13
Guiné-Bissau	12 158
Bissau	12 158
Marrocos	113
Rabat	113
Moçambique	41 124
Beira	5 126
Maputo	35 998
Namíbia	221
Windhoek	221
Quénia	183
Nairobi	183
Rep. Dem. Congo	34
Kinshasa	34
São Tomé e Príncipe	6 468
São Tomé	6 468
Senegal	1 061
Dakar	1 061

Fonte: Relatório da Emigração, 2021:274

Assim, os dez países onde foi arrecadada mais receita, que representam 74% na Receita FRI e 76% na Receita Consular face ao valor total, são:

Tabela 8 - Países com mais receitas consulares

Top 10	Receita FRI 2019	Receita FRI 2020	2020-2019	R Consular 2019	R Consular 2020	2020-2019
Brasil	7.262.795,09 €	3.544.721,82 €	-51%	11.176.896,83 €	6.343.129,47 €	-43%
França	3.550.174,22 €	2.135.239,47 €	-40%	6.194.376,84 €	3.975.128,54 €	-36%
Reino Unido	1.938.711,90 €	1.537.611,28 €	-21%	4.168.263,85 €	3.401.750,98 €	-18%
Angola	6.859.415,72 €	2.152.515,40 €	-69%	7.492.595,46 €	2.490.115,18 €	-67%
Suíça	1.327.471,86 €	1.033.695,43 €	-22%	2.555.414,26 €	2.040.074,43 €	-20%
EUA	1.224.832,73 €	1.006.505,09 €	-18%	2.036.734,24 €	1.765.806,89 €	-13%
China	3.162.696,52 €	987.080,47 €	-69%	3.998.555,50 €	1.587.455,19 €	-60%
Alemanha	721.570,70 €	549.276,21 €	-24%	1.425.673,72 €	1.155.958,79 €	-19%
Cabo Verde	1.670.927,15 €	846.646,35 €	-49%	1.806.909,54 €	1.035.514,54 €	-43%
África do Sul	1.464.787,84 €	651.253,40 €	-56%	2.084.752,26 €	992.329,43 €	-52%
TOTAL	29.183.383,73 €	14.444.544,93 €	-51%	42.940.172,52 €	24.787.263,43 €	-42%

Fonte: Relatório da Emigração, 2021:280

De acordo com o Observatório da Emigração, as transferências financeiras provenientes da emigração portuguesa têm verificado uma tendência de crescimento, contudo em 2019, registou-se um pequeno decréscimo face a 2018, decréscimo esse que se manteve em 2020. O valor total recebido foi de 3.612.900.000 euros, o que representa 1,8% do PIB nacional.

Quanto às remessas, segundo os dados do OE, a França e a Suíça lideram as duas posições cimeiras entre os países com o índice mais elevado de remessas, o que equivale a 57,39% do total global. Contudo, e contrariando a tendência relativamente a França, foram os trabalhadores portugueses residentes na Suíça os que se destacaram no envio de remessas para o país, tendo remetido 1.037 milhões de euros em 2020. Face ao ano anterior verificou-se um acréscimo de 4,9% das remessas da Suíça para Portugal.

Tabela 9 - Países origem das remessas

	2020		2020
Mundo	3612,90	Grécia	1
OCDE	3284,38	Guiné-Bissau	0,45
UE	1593,61	Guiné Equatorial	0
PALOP	253,13	Hungria	0,47
África do Sul	34,7	Índia	0,56
Alemanha	225,9	Irlanda	3,84
Angola	245,9	Islândia	0,48
Arábia Saudita	0,08	Itália	4,3
Argélia	0,01	Japão	0,65
Argentina	0,80	Letónia	0,04
Austrália	3,68	Lituânia	0,08
Áustria	8,84	Luxemburgo	78,4
Bélgica	58,9	Macau	0,02
Brasil	12,7	Malta	0,22
Bulgária	1,02	Marrocos	0,05
Cabo Verde	1,69	México	0,99
Canadá	22	Moçambique	5,45
China	0,26	Nigéria	0
Chipre	0,04	Noruega	2,98
Colômbia	0,24	Nova Zelândia	0,13
República da Coreia	0,07	Países Baixos	44,5
Croácia	0,07	Polónia	0,38
Dinamarca	4,49	Reino Unido	379,4
Egipto	0,40	República Checa	0,51
EAU	0,59	Roménia	0,62
Eslováquia	0,17	S. Tomé e Príncipe	0,04
Eslovénia	0,03	Suécia	9,89
Espanha	111,8	Suíça	1037
EUA	244,7	Timor-Leste	0,08
Estónia	0,05	Tunísia	0
Federação Russa	0,79	Turquia	0,42
Finlândia	1,45	Ucrânia	0,27
França	1036,6	Venezuela	5,2

Fonte: Relatório da Emigração, 2021:289



Tabela 10 - Evolução das remessas. Total, total por bloco e total por país (2016 a 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020		2016	2017	2018	2019	2020
Mundo	3343,2	3554,8	3684,54	3645,20	3612,90	Grécia	0,08	1,14	1,08	1,01	1
OCDE	3073,32	3215,08	3282,09	3293,39	3284,38	Guiné-Bissau	2,22	0,9	0,72	0,48	0,45
UE	2090,94	2117,31	2095,19	1700,52	1593,61	Guiné Equatorial	0,07	0,06	0,02	0	0
PALOP	216,48	253,74	233,13	256,63	253,13	Hungria	0,62	0,69	0,4	0,48	0,47
África do Sul	10	27,03	42	49,6	34,7	Índia	0,38	0,45	0,15	0,26	0,56
Alemanha	253,71	240,44	242,52	274,5	225,9	Irlanda	6,14	5,65	5,33	4,85	3,84
Angola	205,9	245,08	223,01	245,5	225,9	Islândia	0,45	0,62	0,5	0,34	0,48
A.Saudita	0,16	0,12	0,08	0,05	0,08	Itália	3,94	3,85	3,88	3,9	4,3
Argélia	0,01	0,01	0	0	0,01	Japão	1,82	1,29	1,15	0,98	0,65
Argentina	0,74	1,3	2,27	1,6	0,80	Letónia	0,01	0,08	0,09	0,04	0,04
Austrália	3,51	4,43	4,51	3,95	3,68	Lituânia	0,09	0,09	0,08	0,14	0,08
Áustria	702	8,71	8,29	9,55	8,84	Luxemburgo	124,26	109,01	111,91	82,5	78,4
Bélgica	78,9	66,5	58,58	56,3	58,9	Macau	0,05	0,09	0,05	0,03	0,02
Brasil	21,2	24,82	19,22	15,9	12,7	Malta	0,03	0,39	0,19	0,14	0,22
Bulgária	0,09	1,13	1,09	1	1,02	Marrocos	0,01	0,01	0,01	0,20	0,05
Cabo Verde	1,74	2,25	3,18	1,95	1,69	México	0,15	1,43	0,33	1,51	0,99
Canadá	31,4	25,61	21,51	21,6	22	Moçambique	6,13	5,46	6,18	5,76	5,45

Fonte: Relatório da Emigração 2020, Lisboa, 2021, p.292

Tabela 11 - Solicitação da nacionalidade cabo-verdiana: requerentes com nacionalidade portuguesa 2010-2022

Ano	Total de requerentes naturais de Portugal			Nacionalidade concedida a naturais de Portugal			Nacionalidade recusada a naturais de Portugal	Total requerentes (Cabo Verde)	
	Total	F	M	Total	F	M		Concedidos	Recusados
2010	19	4	15	15	3	12	3 (2 M/1F)	187	25
2011	13	5	8	9	2	7	3 (1M/2F)	98	13
2012	13	3	10	11	1	10	1 (F)	147	26
2013	10	4	6	7	3	4	2 (1M/1F)	115	36
2014	15	6	9	10	3	7	3 (1M/2F)	212	43
2015	34	6	28	27	5	22	4 (M)	265	43
2016	10	2	8	7	2	5	2 (M)	297	38
2017	18	5	13	12	1	11	5 (1M/4F)	318	77
2018	33	14	19	21	6	15	9 (3M/6F)	386	116
2019	22	6	16	18	3	15	1 (F)	459	114
2020	16	2	14	13	2	11	0	283	76
2021	27	8	19	17	2	15	3 (M)	409	146
2022	50	21	29	11	6	5	29 (M17/F12)	199	412
Total	243	86	194	178	39	139	65	3375	1165

Fonte: Estatística DGRNI 2010-2022

Num total de 4.540 solicitações de nacionalidade cabo-verdiana foram concedidas cerca de 3.375 nacionalidades (74%), foram recusadas cerca de 1.165 (26%). Os naturais de Portugal obtiveram do total da nacionalidade concedida 5%. Nota-se que constituíram 5% dos requerentes e obtiveram 5% da nacionalidade concedida.

Tabela 12 - Solicitação da nacionalidade cabo-verdiana: requerentes 2010-2022

Países	Total de Requerentes			Nacionalidade Concedida			Nacionalidade Recusada	% do Total dos Requerentes	% do Total dos Concedidos
	Total	F	M	Total	F	M			
Portugal	243	86	194	178	39	139	65	5%	5%
Guiné-Bissau	350	101	269	284	66	218	51	7%	8%
Senegal	519	85	434	446	71	375	59	11%	13%
Itália	44	8	36	37	7	30	7	0.9%	1.0%
Angola	75	43	32	43	25	18	18	1.6%	1.0%
França	76	29	47	47	15	32	29	1.6%	1.3%
Suiça	10	6	4	7	3	4	3	0.2%	0.2%

Fonte: Estatística DGRNI 2010-2022

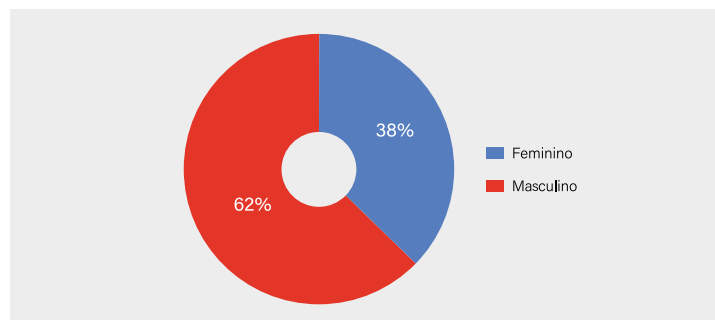
Estes 7 países constituíram 29,0% do total dos requerentes à nacionalidade cabo-verdiana e obtiveram 30,6% da nacionalidade concedida.

3.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS PORTUGUESES EM CABO VERDE

Este capítulo traz os resultados do inquérito aplicado aos portugueses em Cabo Verde, em que se procurou recolher respostas de vários subgrupos que constituem a mesma: i) portugueses naturais do Continente, Açores e Madeira; ii) Portugueses naturais de Cabo Verde; iii) Empresários portugueses, naturais do Continente, Açores e Madeira. Nota-se que a maioria dos inquiridos era do sexo masculino (62%).

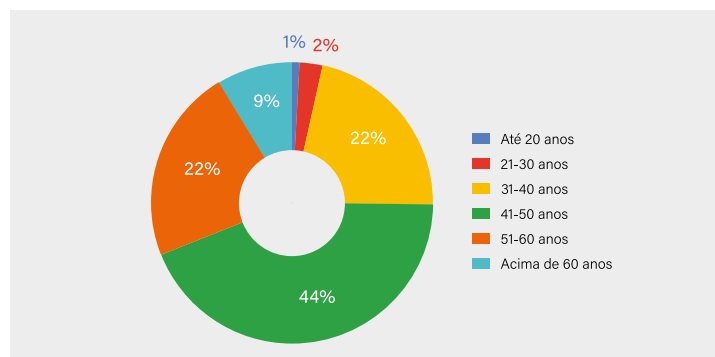
3.2.1. RESULTADOS DO INQUÉRITO SOBRE A COMUNIDADE PORTUGUESA EM CABO VERDE

Gráfico 3 - Género



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 4 - Idade

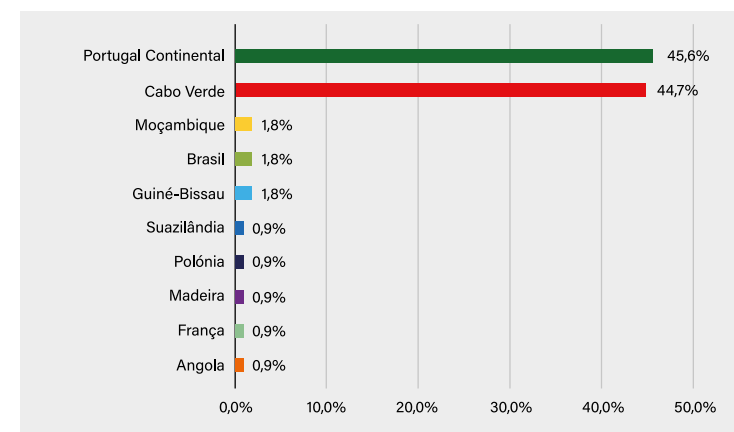


Fonte: Elaboração Própria

Os dados revelam que grande parte dos portugueses em Cabo Verde encontra-se na faixa etária dos 41-50 anos (44%); dos 31-40 anos (22%); dos 51-60 anos (22%) e acima dos 60 anos (9%). 2% estão na faixa etária dos 21-30 anos.

Quando comparamos os dados, por naturalidade, notamos que a faixa etária mais destacada nos portugueses nascidos em Cabo Verde é a que se encontra entre os 41-50 anos (43%) seguido da de 31-40 anos (37%); para os nascidos no continente ou nas ilhas dos Açores e Madeira, a faixa etária com mais peso é a de 41-50 anos (41%), seguida da de 51-50 anos (29%).

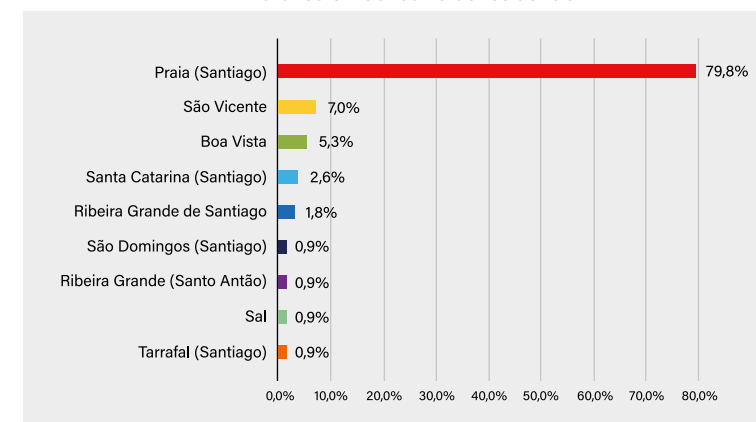
Gráfico 5 - Local de nascimento



Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao local de nascimento, ou naturalidade, dos inquiridos, nota-se que 45,6% nasceram em Portugal Continental; 44,7% em Cabo Verde. Os restantes nasceram em países como Moçambique, Brasil, Suazilândia, Polónia, França e Angola.

Gráfico 6 - Concelho de residência

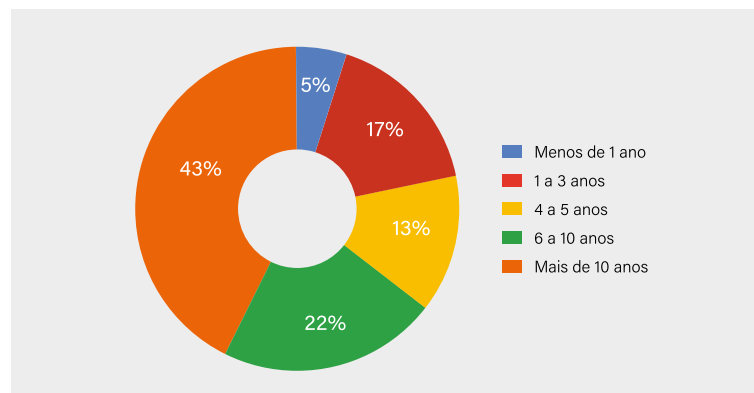


Fonte: Elaboração Própria

Grande parte dos portugueses em Cabo Verde, 79,8% vive na cidade da Praia (ilha de Santiago). 7% vivem na ilha de S. Vicente; 5,3% na ilha da Boa Vista e 0,9% na ilha do Sal. Cerca de 86,9% vivem na ilha de Santiago. O que mostra a atratividade de Santiago para os negócios, estudos, trabalho, etc.



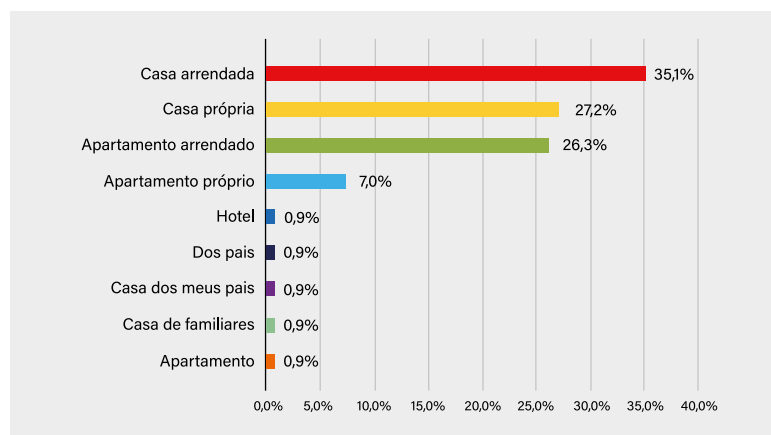
Gráfico 7 - Tempo de residência



Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre o tempo de residência em Cabo Verde, os dados mostram que 43% estão há mais de 10 anos no país; 22% entre 6 a 10 anos; 17% entre 1 a 3 anos; 13% entre 4 a 5 anos e 5% há menos de 1 ano. Nota-se que 65% estão há mais de 6 anos em Cabo Verde.

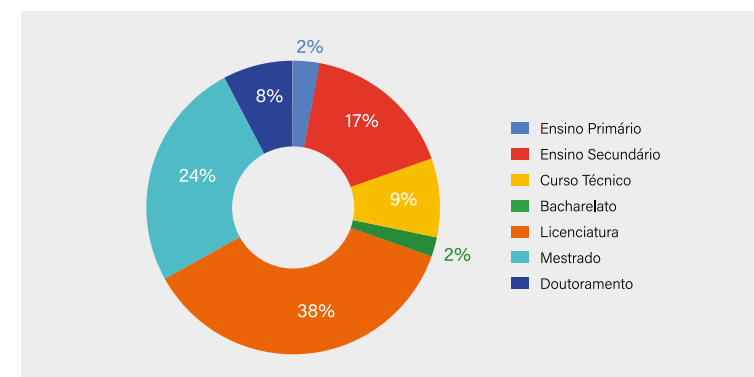
Gráfico 8 - Tipo de Habitação



Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao tipo de habitação em que reside, 35,1% dos portugueses em Cabo Verde vivem em casa arrendada; 27,2% têm casa própria; 26,3% apartamento arrendado; 7,0% Apartamento próprio. 4,5% dos inquiridos vivem entre o hotel, casa dos pais, casa dos familiares, apartamento. Pode-se ver que 61,4% têm casa ou apartamento arrendado.

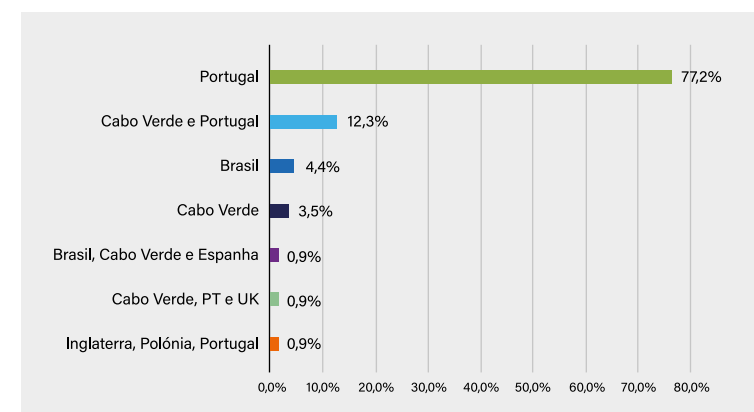
Gráfico 9 - Grau de Instrução/escolaridade



Fonte: Elaboração Própria

No que concerne ao grau de instrução/escolaridade, 24% dos inquiridos possuem mestrado; 8% um Doutoramento; 38% possuem uma Licenciatura; 17% o Ensino Secundário; 9% um curso técnico; 2% Ensino Primário; 2% Bacharelato.

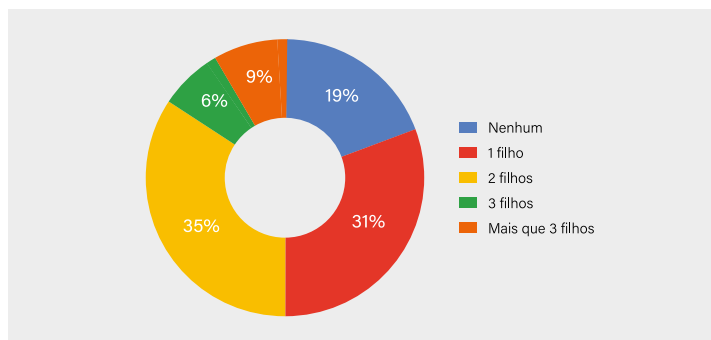
Gráfico 10 - País de formação



Fonte: Elaboração Própria

A grande maioria dos portugueses em Cabo Verde, cerca de 77,2%, estudou em Portugal. 12,3% dos inquiridos estudaram em Cabo Verde e Portugal; 4,4% no Brasil; 3,5% em Cabo Verde. Cerca de 2,7% tiveram uma trajetória como estudantes, passando por vários países. Para os portugueses naturais de Cabo Verde, Portugal é um dos destinos privilegiados para os estudos.

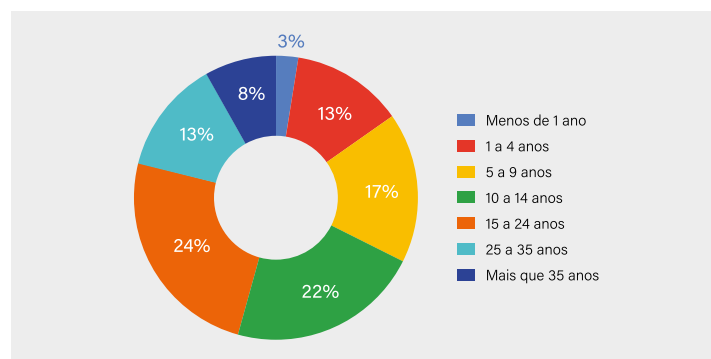
Gráfico 11 - Filhos



Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao número de filhos, 35% dos inquiridos têm 2 filhos; 31% têm 1 filho; 19% não têm filhos. 9% têm mais que 3 filhos; 6% têm 3 filhos.

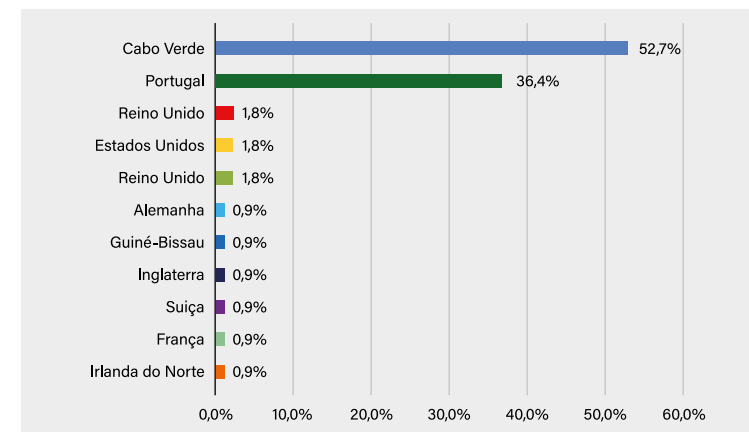
Gráfico 12 - Idade do(s) filho(s)



Fonte: Elaboração Própria

Quanto à idade dos filhos, os dados mostram que 24% têm entre 15 a 24 anos; 22% entre 10 e 14 anos; 17% entre 5 a 9 anos; 13% entre 25 a 35 anos; 13% entre 1 a 4 anos; 8% dos inquiridos têm filhos com mais de 35 anos e 3% têm filhos com menos de 1 ano.

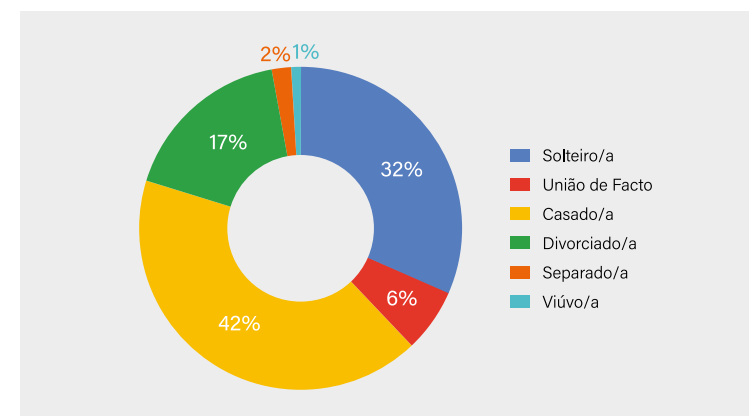
Gráfico 13 - Residência do(s) filho(s)



Fonte: Elaboração Própria

A maioria dos portugueses em Cabo Verde têm os filhos a viver no país (52,7%). 36,4% têm os filhos a viver em Portugal. 11% têm os filhos a viver em vários países da Europa e também nos Estados Unidos e na Guiné-Bissau.

Gráfico 14 - Estado civil

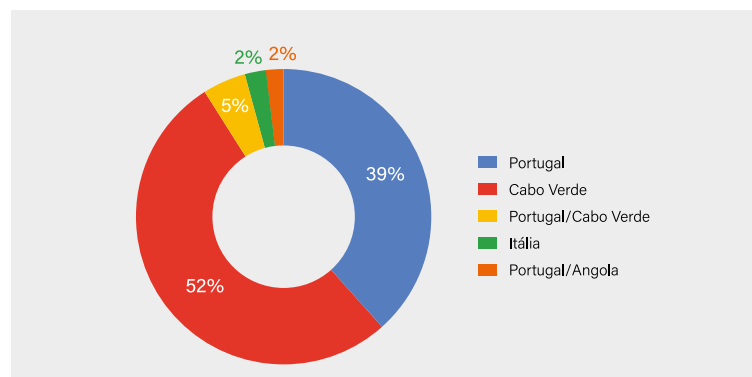


Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre o estado civil, 42% dos portugueses em Cabo Verde são casados; 32% são solteiros; 17% são divorciados; 6% estão em união de facto. 2% são separados e 1% é viúvo.



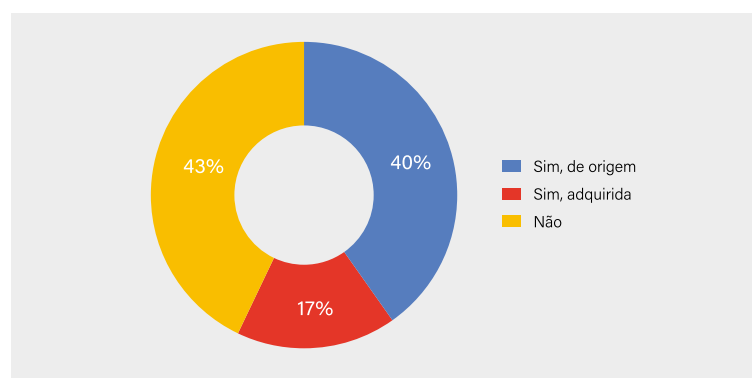
Gráfico 15 - País de origem do/a companheiro/a



Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao país de origem do cônjuge, nota-se que 52% dos portugueses em Cabo Verde têm como companheiro/a um natural de Cabo Verde; 39% têm como companheiro/a um natural de Portugal. 5% têm como companheiro/a um natural de Portugal/Cabo Verde; 2% têm como companheiro/a um natural da Itália.

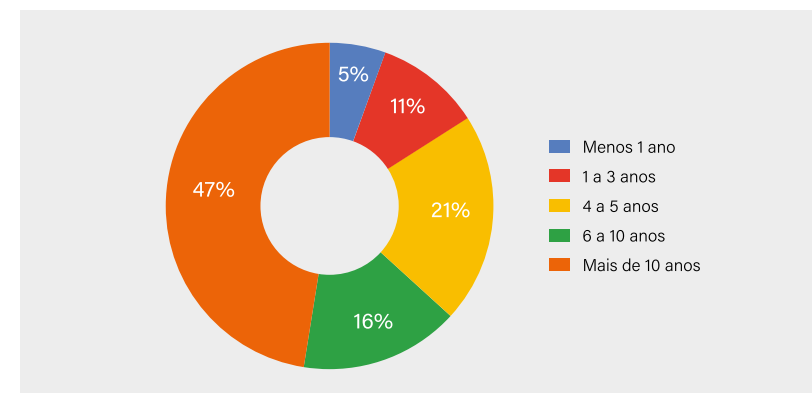
Gráfico 16 - Tem nacionalidade cabo-verdiana



Fonte: Elaboração Própria

Quanto à nacionalidade cabo-verdiana, os dados revelam que 43% dos inquiridos não têm nacionalidade cabo-verdiana; 40% têm nacionalidade de origem e 17% adquiriu a nacionalidade cabo-verdiana.

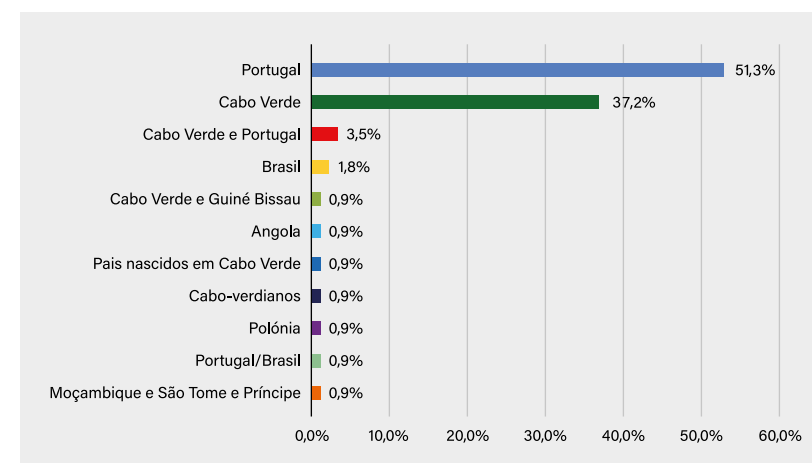
Gráfico 17 - Anos que adquiriu a nacionalidade



Fonte: Elaboração Própria

Daqueles que adquiriram a nacionalidade, 47% a obtiveram há mais de 10 anos; 16% entre 6 a 10 anos; 21% entre 4 a 5 anos; 11% entre 1 a 3 anos e 5% há menos de 1 ano.

Gráfico 18 - País de nascimento dos pais/nacionalidade dos pais

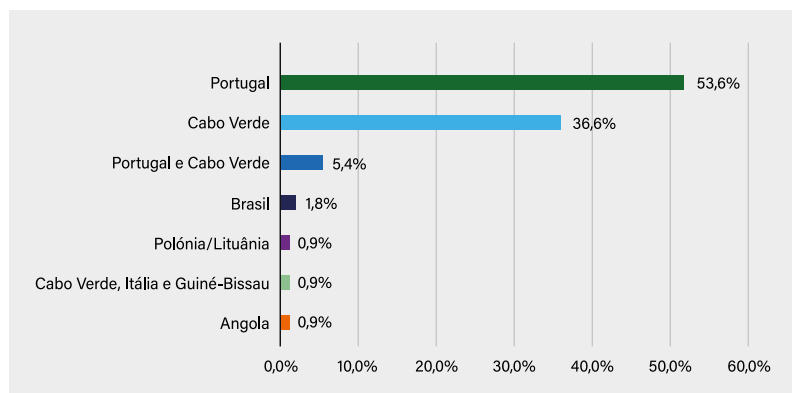


Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre o país de nascimento dos pais, nota-se que para 51,3% dos inquiridos os pais nasceram em Portugal; para 37,2% os pais nasceram em Cabo Verde. Para cerca de 3,5% dos inquiridos os pais nasceram em Cabo Verde e Portugal.



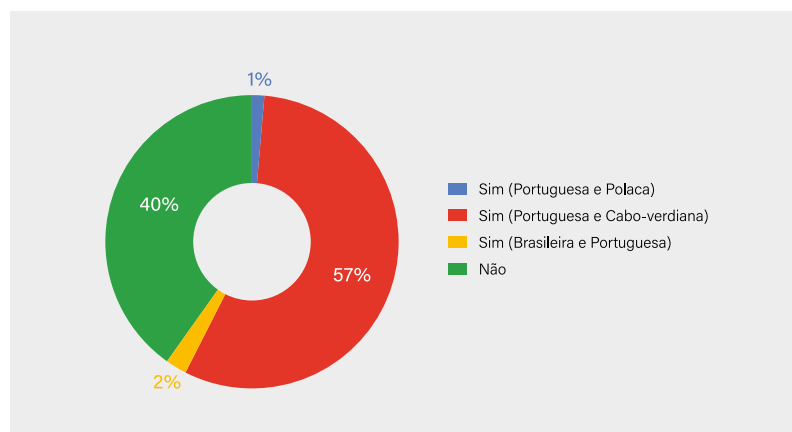
Gráfico 19 - País de nascimento/nacionalidade dos avós



Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre o país de nascimento dos avós, nota-se que para 53,6% dos inquiridos os avós nasceram em Portugal; para 36,6% os avós nasceram em Cabo Verde. Para cerca de 5,4% dos inquiridos os avós nasceram em Cabo Verde e Portugal.

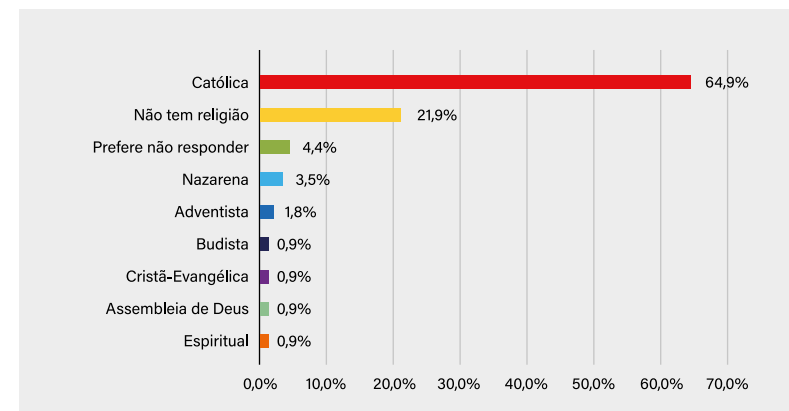
Gráfico 20 - Dupla nacionalidade



Fonte: Elaboração Própria

Os dados do inquérito revelam que 60% dos inquiridos têm dupla nacionalidade, sendo 57% (portuguesa e cabo-verdiana); 2% (brasileira e cabo-verdiana) e 1% (polaca e cabo-verdiana). Cerca de 40% dos inquiridos tem somente a nacionalidade portuguesa.

Gráfico 21 - Religião

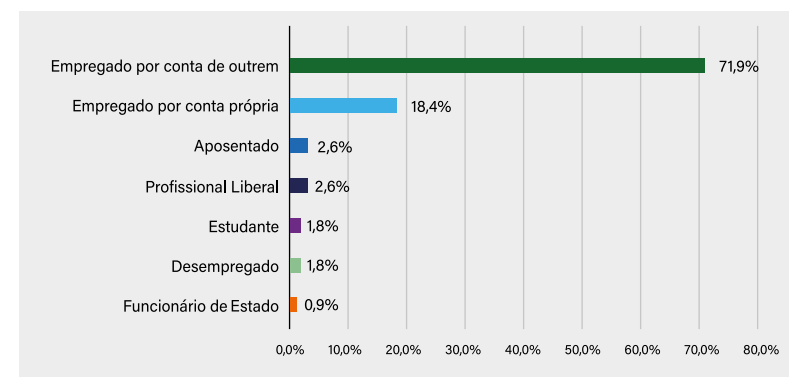


Fonte: Elaboração Própria

A maioria dos inquiridos, 64,9%, pratica a religião católica. 21,9% responderam que não têm religião. 8% consideram-se evangélicos (cristãos).

CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

Gráfico 22 - Situação profissional

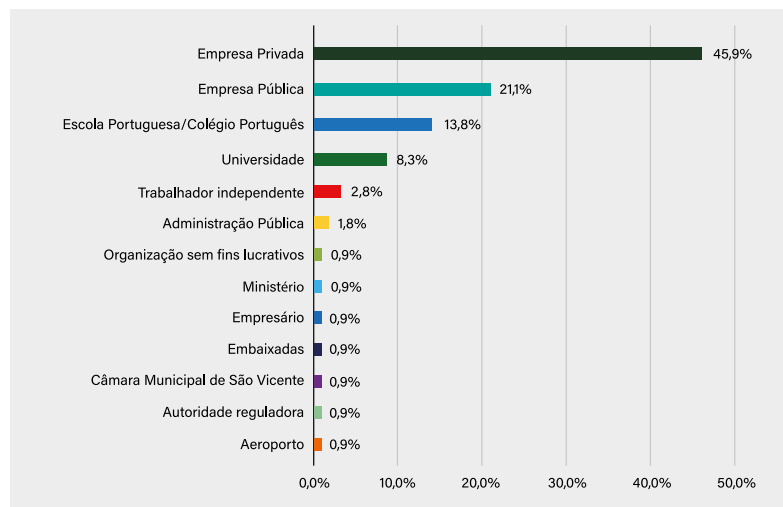


Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao mercado de trabalho, 71,9% dos membros da comunidade portuguesa residente em Cabo Verde trabalham por conta de outrem. Nota-se que 18,4% trabalham por conta própria. 2,6% são aposentados; 2,6% são profissionais liberais. 1,8% são estudantes, e 1,8% estão desempregados. 0,9% são funcionários do Estado.



Gráfico 23 - Organização/Instituição onde trabalha

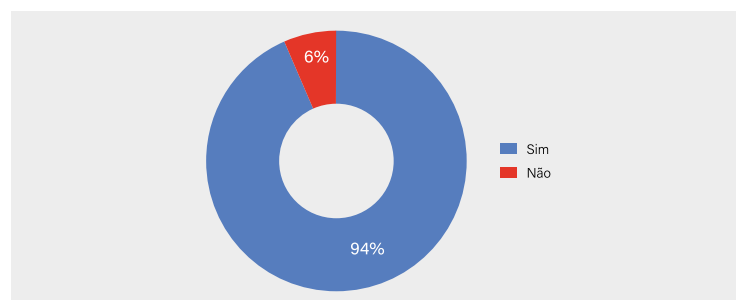


Fonte: Elaboração Própria

45,9% dos portugueses em Cabo Verde trabalham em Empresas Privadas; 21,1% em Empresas Públicas; 13,8% em Escola/Colégio Português; 8,3% em Universidade; 2,8% são trabalhadores independentes. 1,8% trabalham na Administração Pública. 6,3% trabalham em várias organizações como ONGs, Embaixadas, etc.

As áreas de atuação mais comuns são: Educação/pesquisa (28,9%); Construção Civil (10,2%); Comércio (7,8%); Advocacia (6,3%); Hotéis/Restauração (4,7%); Setor Social (3,9%); TIC (3,1%). Estas áreas de atuação ocupam cerca de 64,9% dos portugueses em Cabo Verde. 9,2% trabalham em áreas como Contabilidade/consultoria/banca e Administração Pública.

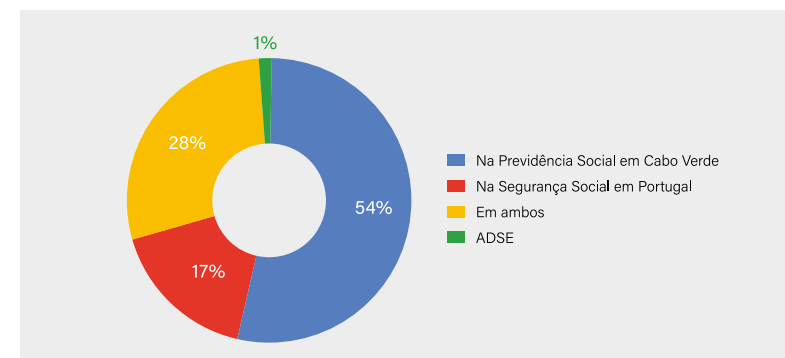
Gráfico 24 - Inscrição no sistema de segurança social



Fonte: Elaboração Própria

Os dados revelam que 94% dos portugueses em Cabo Verde estão inscritos no sistema de segurança social/proteção social.

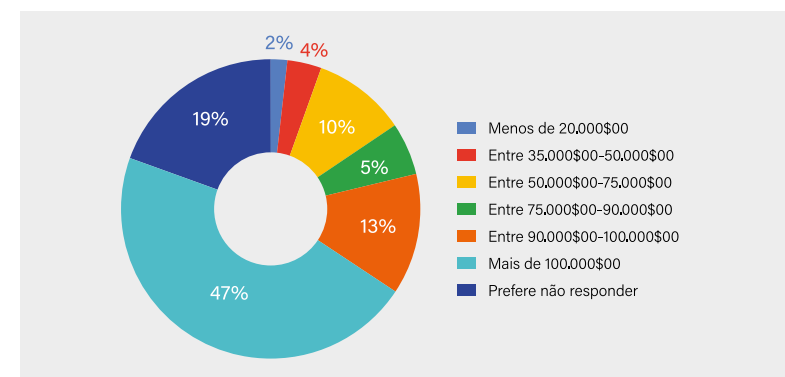
Gráfico 25 - País onde está inscrito



Fonte: Elaboração Própria

54% dos inquiridos estão inscritos na Previdência Social em Cabo Verde e 17% na Segurança Social em Portugal. É interessante notar que 28% estão inscritos em ambos os países.

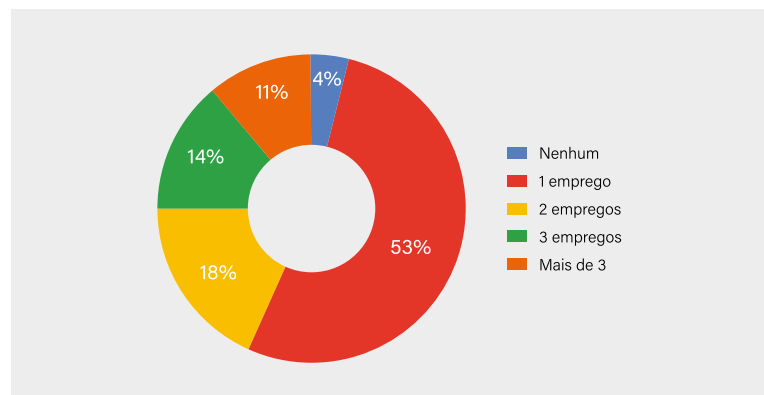
Gráfico 26 - Rendimento mensal em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente aos rendimentos, 47% dos portugueses em Cabo Verde ganham mensalmente mais de 100.000\$00 (mil euros). 13% ganham entre 90.000\$00 e 100.000\$00. 10% ganham entre 50.000\$00 e 75.000\$00.

Gráfico 27 - Nº de empregos em Cabo Verde



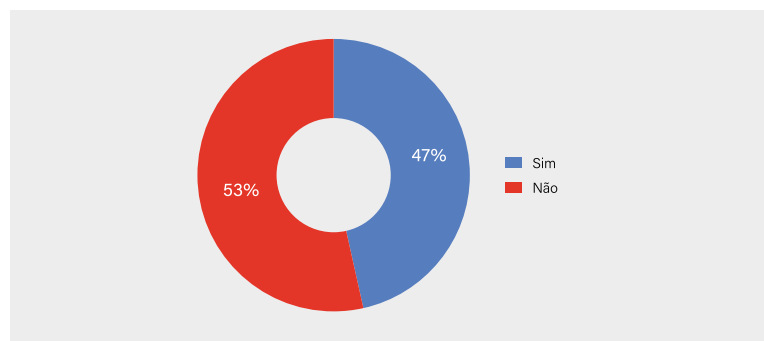
Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre o número de empregos em Cabo Verde, os dados mostram que 53% só tiveram um emprego no país. 18% tiveram mais de 2 empregos; 14% tiveram 3 empregos. 11% tiveram mais de 3 empregos.

3.2.2. PORTUGUESES NASCIDOS EM PORTUGAL (CONTINENTE E ILHAS)

3.2.2.1. RAZÕES DA ESCOLHA DE CABO VERDE E PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EM CABO VERDE

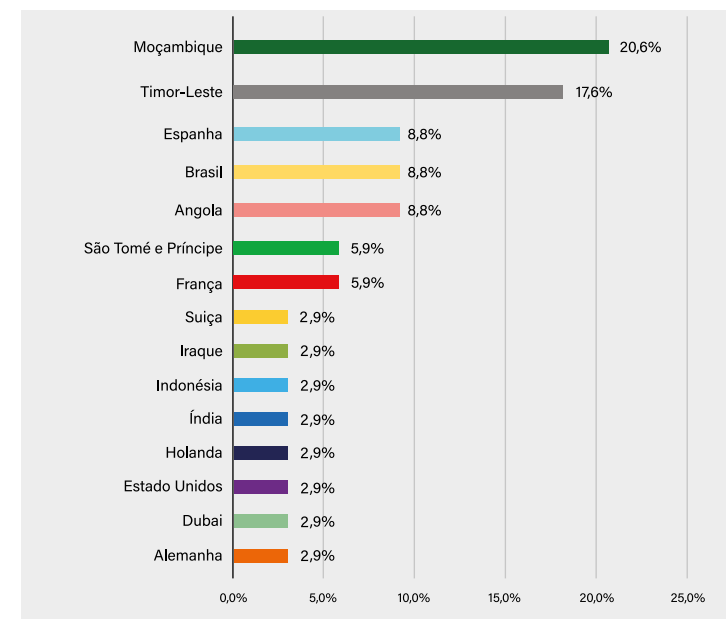
Gráfico 28 - País de residência antes de vir a Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

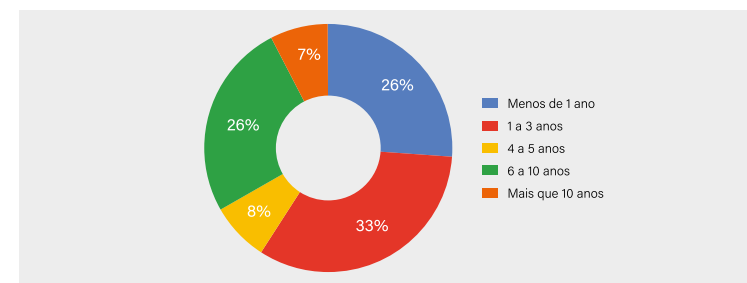
53% dos inquiridos portugueses, nascidos no Continente e nas Ilhas de Madeira e Açores, responderam que vieram diretamente de Portugal para Cabo Verde. Daqueles que viveram nalgum país antes de virem para Cabo Verde (47%), 20,6% viveram em Moçambique; 17,2% em Timor Leste; 8,8% em Espanha; 8,8% em Angola; 5,9% em São Tomé e Príncipe; 5,9% em França. Nota-se que 23,2% passaram por vários países como Iraque, Indonésia, Índia, Holanda, EUA, Dubai e Alemanha.

Gráfico 29 - País onde viveu



Fonte: Elaboração Própria

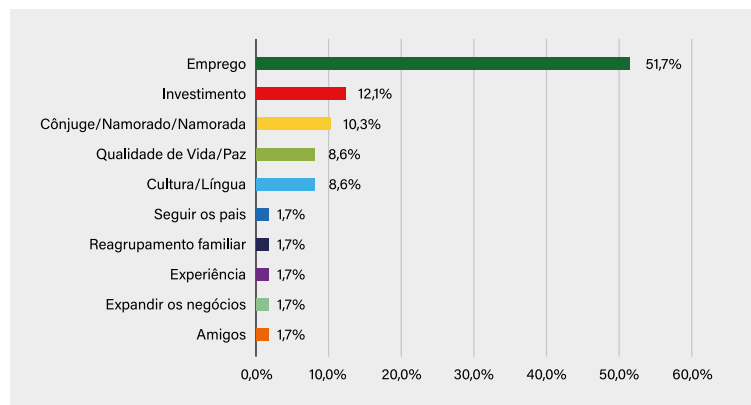
Gráfico 30 - Anos no país anterior a Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

33% dos inquiridos naturais do Continente e das ilhas viveram entre 1 a 3 anos, num outro país, antes de chegarem a Cabo Verde; 26% entre 6 a 10 anos; 26% viveram menos de 1 ano. 7% viveram mais de 10 anos antes de virem a Cabo Verde.

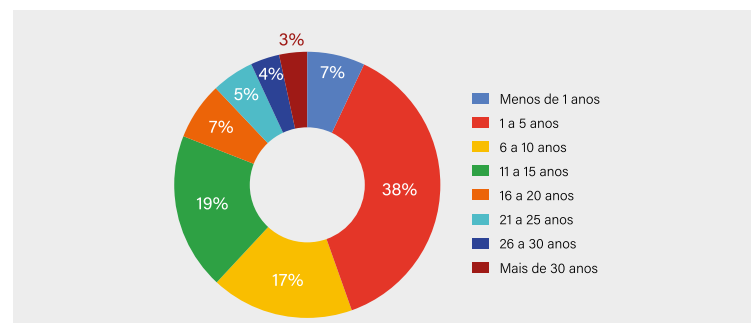
Gráfico 31 - Motivos de escolha de Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre os motivos da escolha de Cabo Verde para viver, os dados mostram que 51,7% dos portugueses naturais do continente e das ilhas escolheram Cabo Verde por causa do Emprego; 12,1% por causa do Investimento; 10,3% por causa do cônjuge/Namorado(a); 8,6% por causa da Qualidade de vida/paz; 8,6% por causa da Cultura/língua. Nota-se ainda que 8,5% dos inquiridos estão em Cabo Verde por causa de motivos como seguir os pais/reagrupamento familiar/Experiência/Expansão de negócios e amigos.

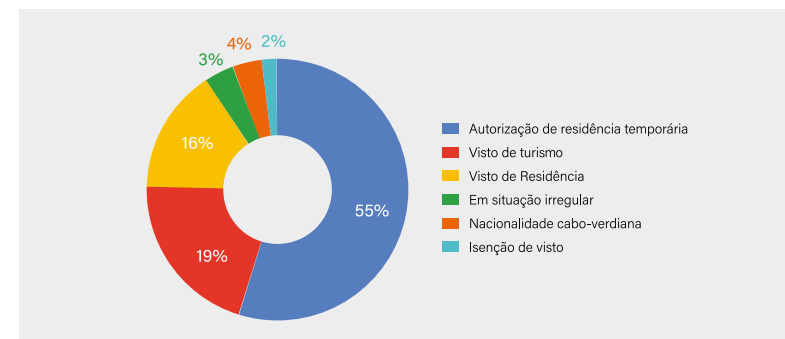
Gráfico 32 - Anos de permanência em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao número de anos a viver em Cabo Verde, 38% dos inquiridos naturais do Continente e das Ilhas estão no país entre 1 a 5 anos; 19% entre 11 a 15 anos; 17% entre 6 a 10 anos. 7% entre 16 a 20 anos. Nota-se ainda que 4% estão há entre 26 a 30 anos em Cabo Verde e 3% há mais de 30 anos.

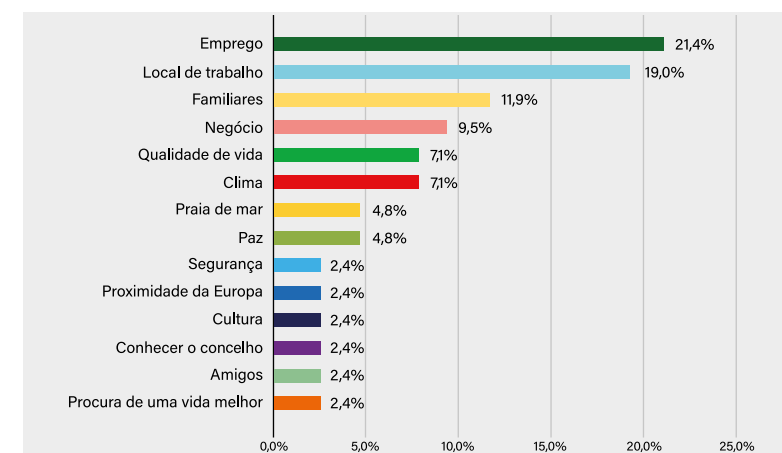
Gráfico 33 - Documento apresentado à chegada a Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente ao documento apresentado quando chegaram a Cabo Verde, os dados mostram que 55% dos portugueses tinham autorização de residência temporária; 19% visto de turismo; 16% tinham visto de residência; 4% tinham nacionalidade cabo-verdiana; 3% estavam em situação irregular; 2% tinham isenção do visto.

Gráfico 34 - Razões que levaram a residir no concelho atual

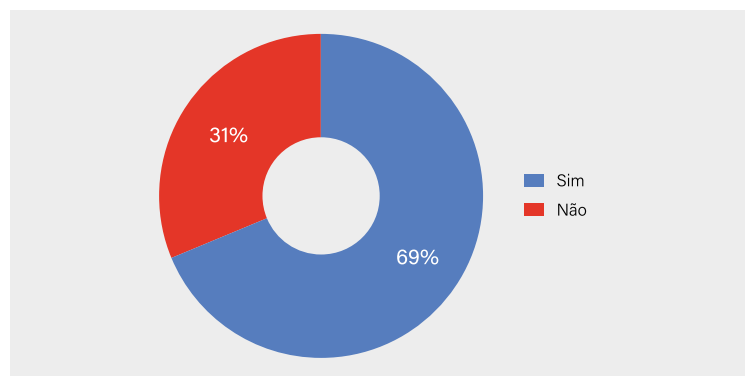


Fonte: Elaboração Própria



As razões que levam os portugueses do Continente e das ilhas (Madeira e Açores) a residir no concelho atual têm a ver com Trabalho (21,4%); Local de trabalho (19%); Familiares (11,9%) Negócios (9,5%); Qualidade de vida e clima (7,1%); Praia de mar e Paz (4,8%); Segurança, Proximidade da Europa, Cultura, Conhecer o concelho, Amigos e Procura de vida melhor que, agregados, totalizam 14,4%.

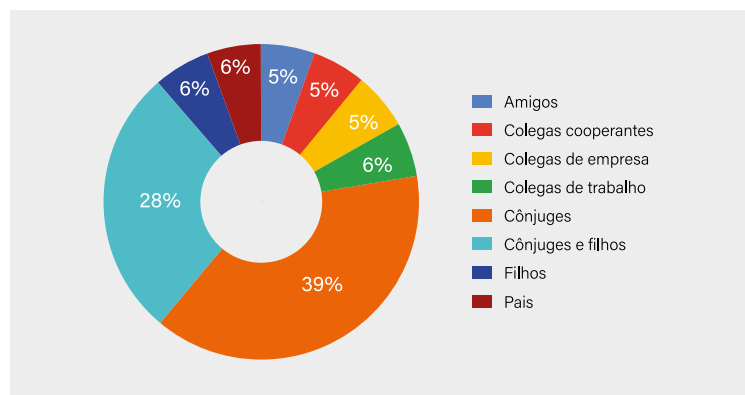
Gráfico 35 - Veio para Cabo Verde sozinho/a



Fonte: Elaboração Própria

Sobre a vinda para Cabo Verde, os dados revelam que 69% dos portugueses a viver no país, vieram sozinhos. A imigração, para muitos, numa primeira fase é um projeto individual.

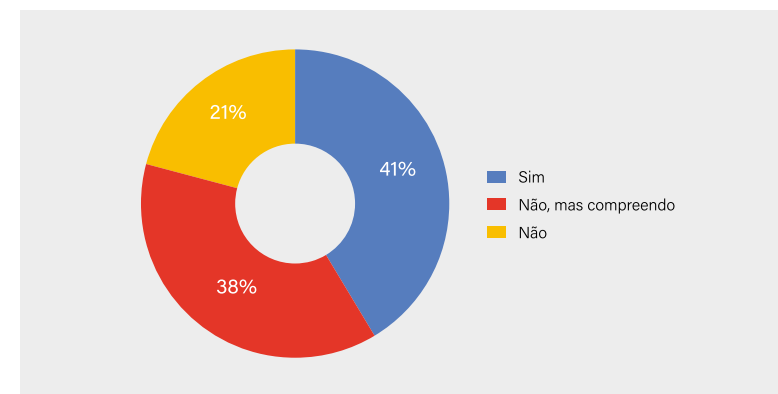
Gráfico 36 - Acompanhantes na viagem a Cabo Verde - o percurso migratório



Fonte: Elaboração Própria

Dos 31% dos portugueses que vieram a Cabo Verde acompanhados, 39% vieram com o cônjuge; 28% com cônjuge e filhos; cerca de 17% vieram com os pais, amigos e colegas de trabalho; e 15% com colegas cooperantes, colegas de empresa e amigos.

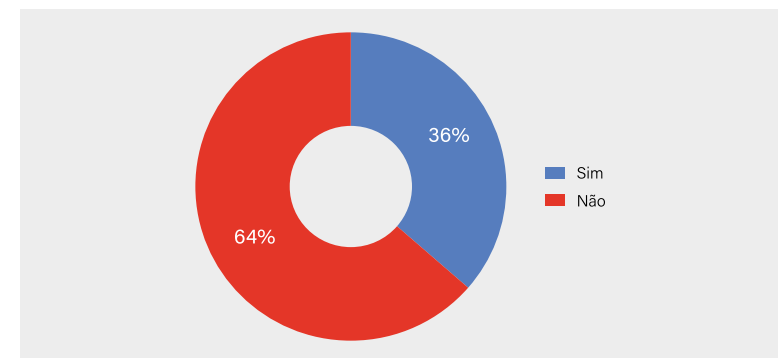
Gráfico 37 - Conhecimento da língua cabo-verdiana



Fonte: Elaboração Própria

Questionados se falam a língua cabo-verdiana, 41% responderam afirmativamente. 38% não falam, mas responderam que compreendem. 21% dos inquiridos disseram que não falam a língua cabo-verdiana.

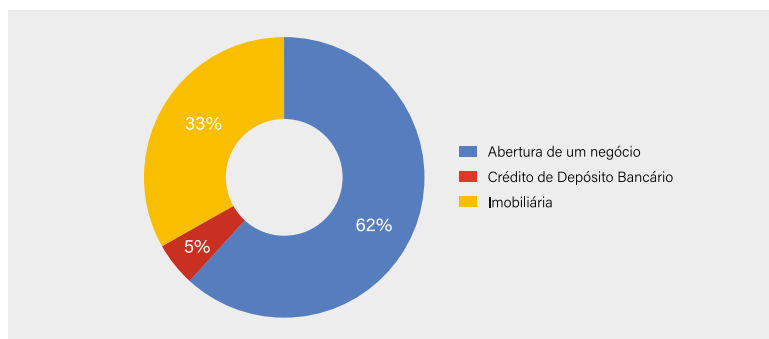
Gráfico 38 - Investimento pessoal em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

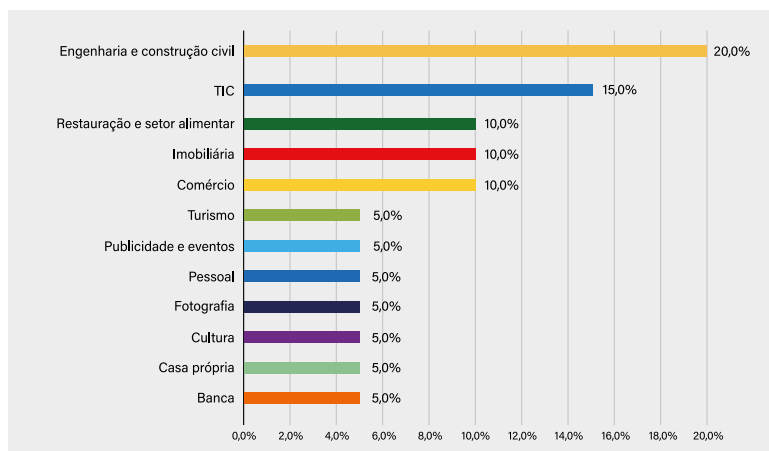
Dos portugueses, naturais do Continente e ilhas de Madeira e Açores que vivem em Cabo Verde, 36% fez algum investimento pessoal no país. Como se pode ver pelo gráfico abaixo, 62% abriu um negócio; 33% investiu em imobiliária. 5% abriu um depósito bancário.

Gráfico 39 - Tipo de investimento



Fonte: Elaboração Própria

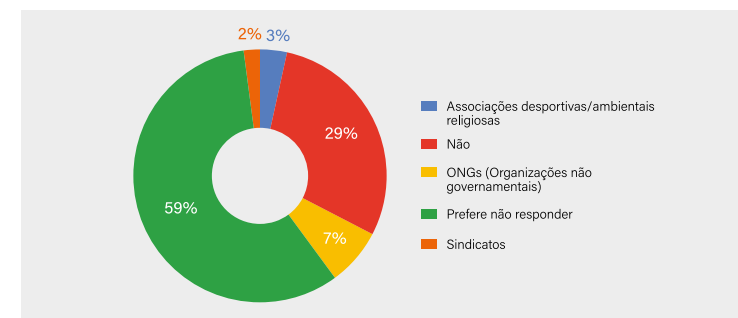
Gráfico 40 - Área/Setor de investimento



Fonte: Elaboração Própria

20,0% investiram no setor da Engenharia e Construção Civil; 15,0% nas TIC; 10,0% na Restauração e Setor Alimentar; 10,0% no setor Imobiliário; 10,0% no Comércio; 10,0% no Turismo, Publicidade e Eventos; 10,0% na Cultura e fotografia; 5,0% numa Casa própria (5%). 5,0% na Banca (5%) e 5,0% fizeram investimento pessoal.

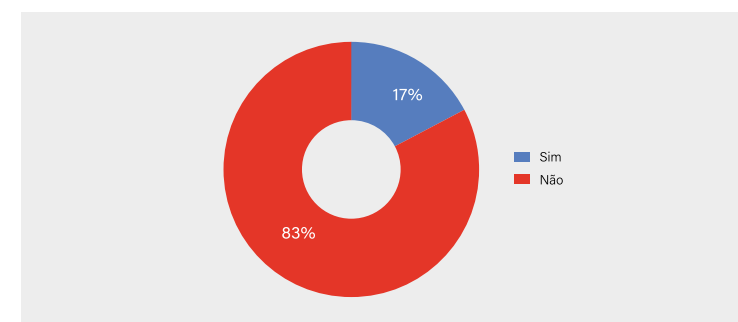
Gráfico 41 - Participação cívica e política em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

Os dados mostram que a participação cívica e política dos portugueses em Cabo Verde é fraca. 29% responderam que não têm participação política e cívica; 7% participam em atividades das ONGs; 3% em associações desportivas/ambientais/religiosas; 2% em sindicatos. Somente 12% dos inquiridos é que responderam que participam na vida cívica e política em Cabo Verde. 59% dos inquiridos preferiram não responder a esta pergunta.

Gráfico 42 - Voto em eleições em Cabo Verde

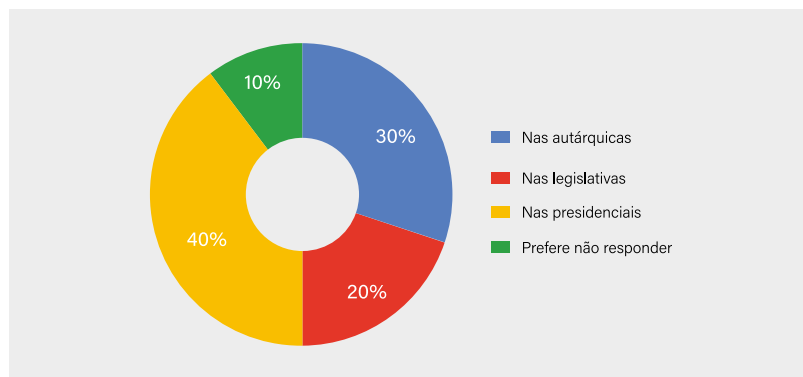


Fonte: Elaboração Própria

Quanto à vida política, 83% dos inquiridos responderam que nunca votaram em Cabo Verde. Como se sabe, entre Portugal e Cabo Verde existe desde 1996 a reciprocidade nas eleições autárquicas. Dos 17% que já votaram em Cabo Verde, como se pode ver pelo gráfico seguinte, 30% votaram nas autárquicas; 20% nas legislativas; 40% nas presidenciais. 10% preferiram não responder.

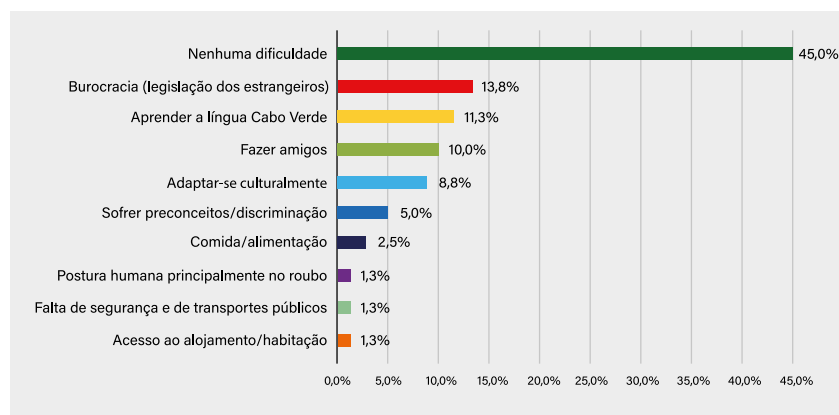


Gráfico 43 - Participação nas eleições (Voto)



Fonte: Elaboração Própria

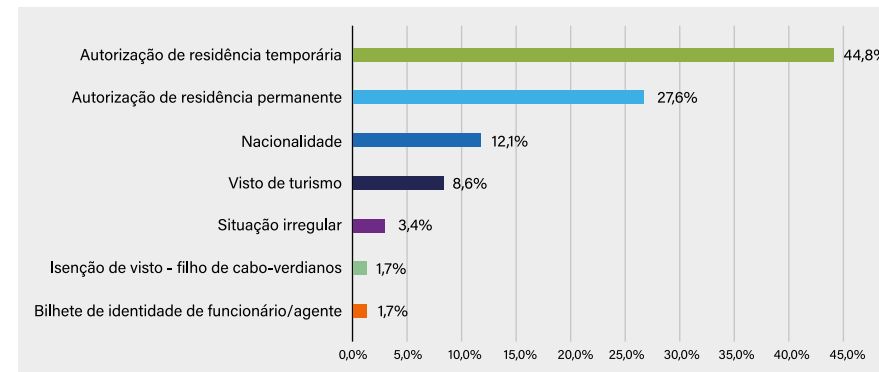
Gráfico 44 - Maiores dificuldades na integração em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre as maiores dificuldades na integração em Cabo Verde, 45,0% responderam que não tiveram nenhuma dificuldade; 13,8% apontaram para a Burocracia (regularização dos estrangeiros); 11,3% aprender a língua; 10,0% fazer amigos; 8,8% adaptar-se culturalmente; 5,0% sofrer preconceitos/discriminação; 2,5% comida/alimentação. 3,9% apontaram para postura humana principalmente no roubo, falta de segurança nos transportes públicos e no acesso ao alojamento/habitação.

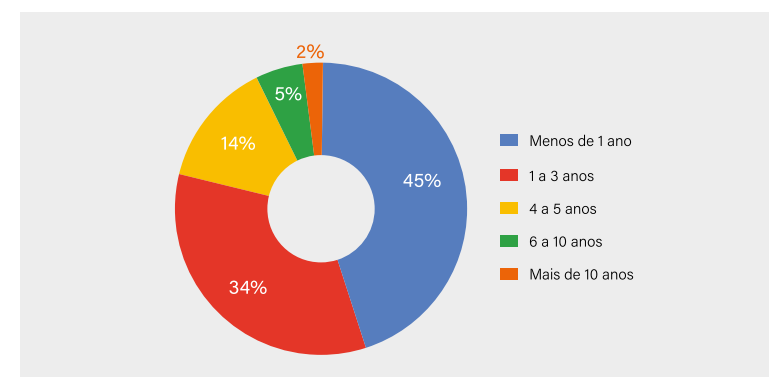
Gráfico 45 - Título de permanência em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à situação em Cabo Verde, nomeadamente em termos de documentos e estatuto de estrangeiros residentes, os dados mostram que 44,8% têm Autorização de residência temporária; 27,6% têm autorização de residência permanente; 12,1% têm a nacionalidade cabo-verdiana; 8,6% têm visto de turismo; 3,4% encontram-se em situação irregular; 1,7% têm isenção de visto (filhos de cabo-verdianos); 1,7% possuem bilhete de identidade de funcionário/agente de missão estrangeira ou organização internacional – diplomata.

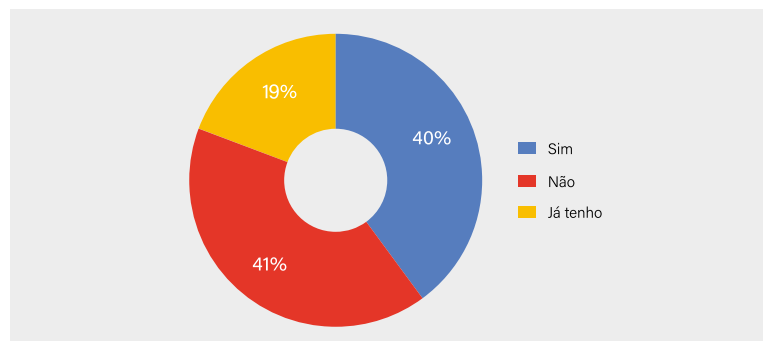
Gráfico 46 - Tempo que levou a adquirir a residência



Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao tempo que levaram para adquirir o título de residência, 45% dos inquiridos responderam que em menos de 1 ano; 34% entre 1 a 3 anos; 14% entre 4 a 5 anos; 5% entre 6 a 10 anos; 2% mais de 10 anos.

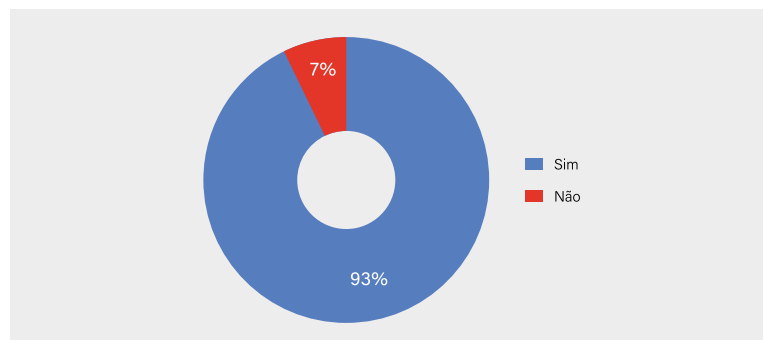
Gráfico 47 - Intenção de aquisição da nacionalidade cabo-verdiana



Fonte: Elaboração Própria

Quando questionados se pretendem adquirir a nacionalidade cabo-verdiana, 41% dos inquiridos responderam que não; 40% responderam afirmativamente; 19% responderam que já têm.

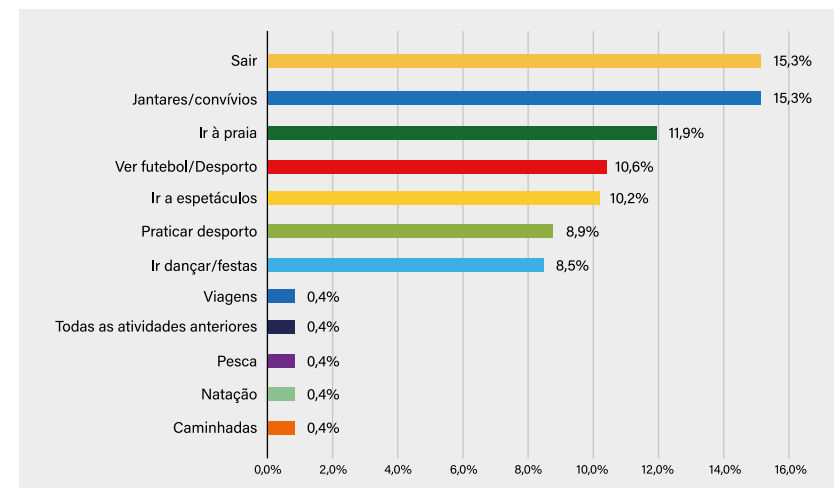
Gráfico 48 - Amigos cabo-verdianos



Fonte: Elaboração Própria

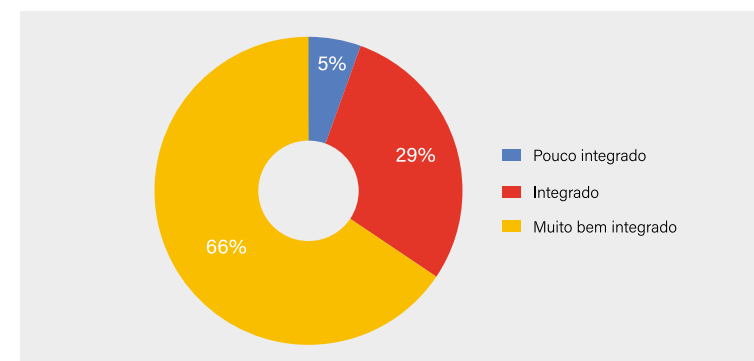
Quanto à integração e convivência, 93% dos portugueses em Cabo Verde têm amigos cabo-verdianos e convivem com eles. Em termos de atividades de convivência, 15,3% gostam de sair juntos; 15,3% fazem jantares/convívio; 11,9% vão à praia; 10,6% veem futebol/desporto; 10,2% vão a espetáculos; 8,9% praticam desportos; 8,5% vão dançar/festas.

Gráfico 49 - Atividades que realizam juntos nos tempos livres



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 50 - Nível de integração em Cabo Verde

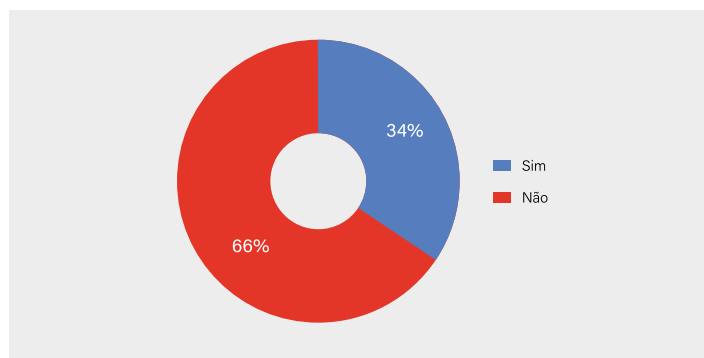


Fonte: Elaboração Própria

No que concerne ao nível de integração, 66% dos inquiridos responderam que estão muito bem integrados; 29% responderam que estão integrados e 5% que estão pouco integrados. Pode-se considerar que a maioria dos portugueses em Cabo Verde, 95%, se consideram integrados e/ou muito bem integrados.



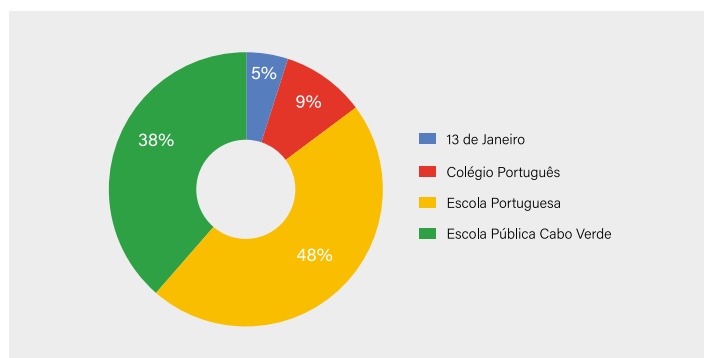
Gráfico 51 - Filhos/as a estudar em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

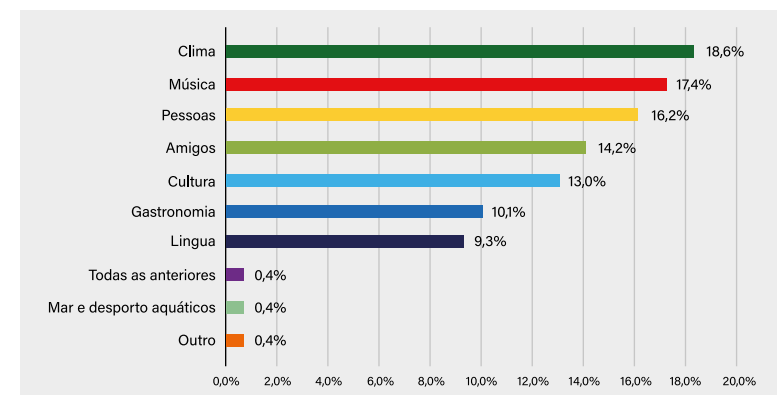
Quanto à educação dos filhos, nota-se que 66% dos inquiridos têm os filhos a estudar em Portugal. Para aqueles que têm os filhos a estudar em Cabo Verde, como se pode ver pelo gráfico abaixo, 48% estudam na Escola Portuguesa; 38% na Escola Pública de Cabo Verde³¹; 9% no Colégio Português e 5% na escola 13 de Janeiro.

Gráfico 52 - Local onde estudam



Fonte: Elaboração Própria

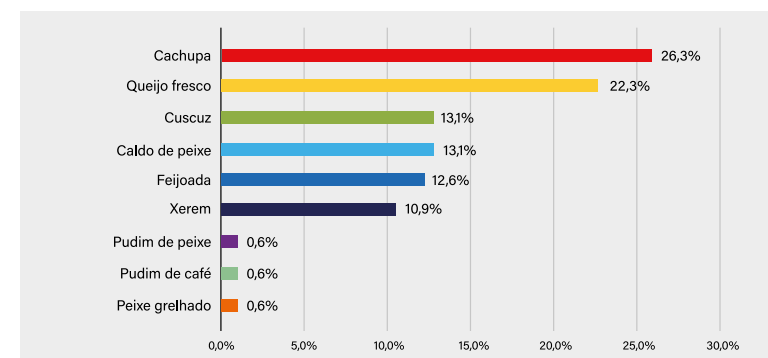
Gráfico 53 - O que mais aprecia em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

Os inquiridos, quando questionados sobre o que mais apreciam em Cabo Verde, responderam da seguinte forma: Clima (18,6%); Música (17,4%); Pessoas (16,2%); Amigos (14,2%); Cultura (13%); Gastronomia (10,1%); Língua (9,3%).

Gráfico 54 - Pratos que aprecia



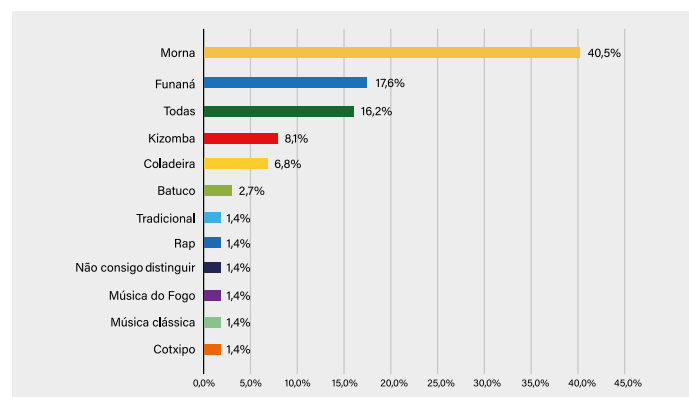
Fonte: Elaboração Própria

Em termos de gastronomia, os inquiridos responderam que apreciam Cachupa (26,3%); Queijo Fresco (22,3%); Cuscuz (13,1%); Caldo de Peixe (13,1%); Feijoada (12,6%); Xerém (10,9%). Para além da gastronomia, todos responderam que apreciam a música cabo-verdiana. O género musical mais apreciado é a Morna (40,5%); Funaná (17,6%); todas (16,2%).

³¹Escola Básica Lugar de Guene, Escola Mestre Baptista, Escola Secundária Abílio Duarte, Liceu Domingos Ramos, Liceu Pedro Gomes, Miraflores, Pólo 1 de Assomada, 13 de Janeiro.

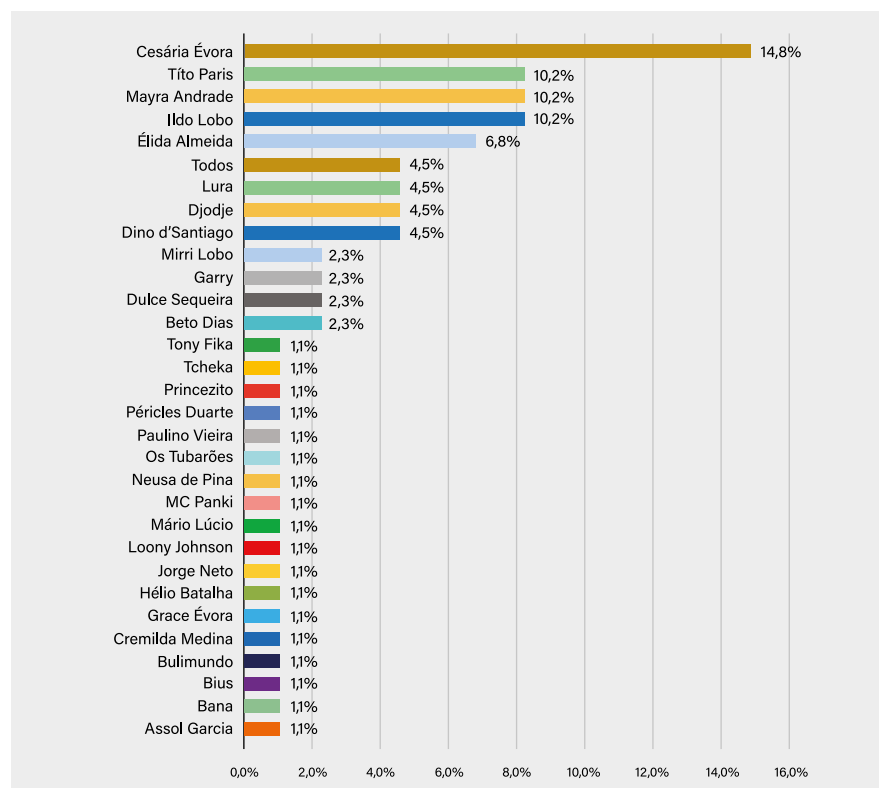


Gráfico 55 - Género musical preferido



Fonte: Elaboração Própria

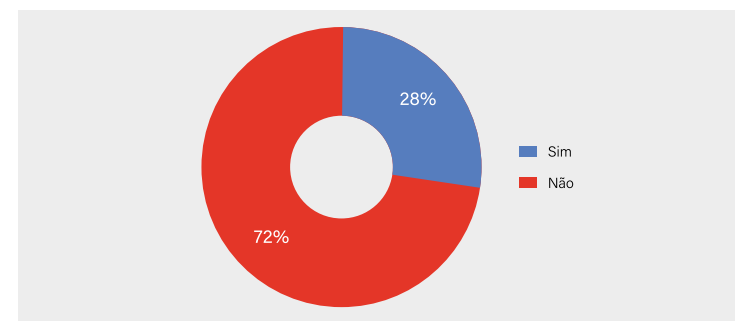
Gráfico 56 - Cantor/a cabo-verdiano/a



Fonte: Elaboração Própria

Os cantores cabo-verdianos mais apreciados pelos portugueses residentes em Cabo Verde são: Cesária Évora (14,8%); Tito Paris (10,2%); Mayra Andrade (10,2%); Ildo Lobo (10,2%); Élida Almeida (6,8%); Lura (4,5%); Djodje (4,5%); Dino d'Santiago (4,5%).

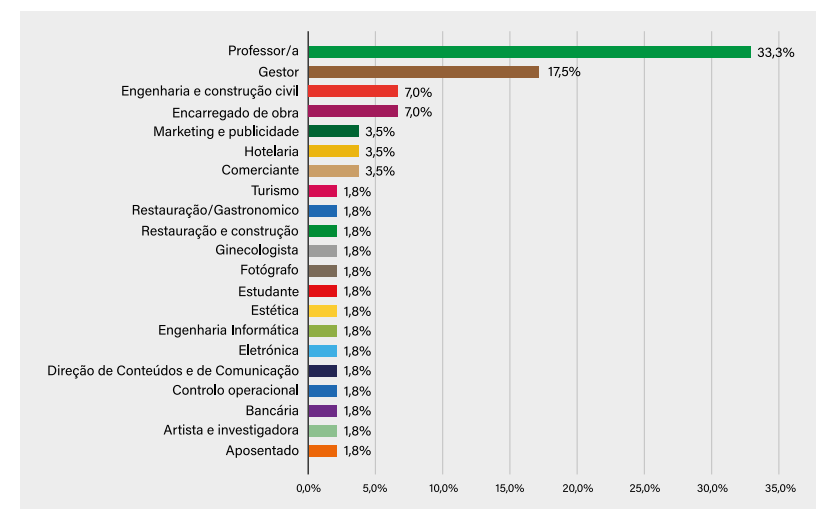
Gráfico 57 - Empresa constituída em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

28% dos portugueses do Continente e das ilhas, residentes em Cabo Verde, têm uma empresa constituída em vários ramos de atividade.

Gráfico 58 - Atividade profissional

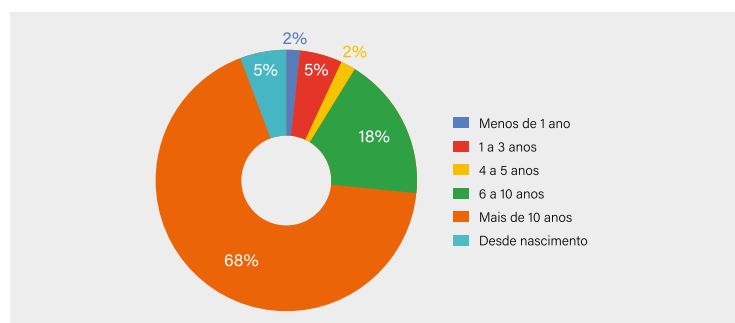


Fonte: Elaboração Própria

Quanto à atividade profissional dos portugueses do Continente e das ilhas, em Cabo Verde, os dados revelam o seguinte: Professor (33,3%); Gestor (17,5%); Engenharia e Construção Civil (7%); Encarregado de Obra (7%); Marketing e Publicidade (3,5%); Hotelaria (3,5%); Comerciante (3,5%). Cerca de 25,5% distribuem-se em várias atividades profissionais.

3.2.3. PORTUGUESES NATURAIS/NASCIDOS EM CABO VERDE/PALOP

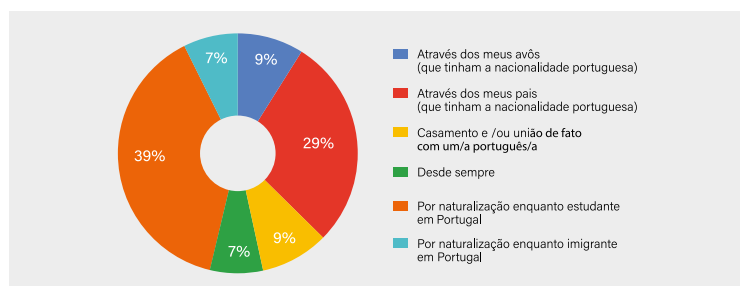
Gráfico 59 - Anos que adquiriu a nacionalidade portuguesa



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente aos portugueses naturais de Cabo Verde, ou de outro PALOP, questionados sobre há quanto tempo têm a nacionalidade portuguesa, 68% responderam há mais de 10 anos; 18% entre 6 a 10 anos; 5% desde nascimento; 5% entre 1 a 3 anos; 2% há menos de 1 ano.

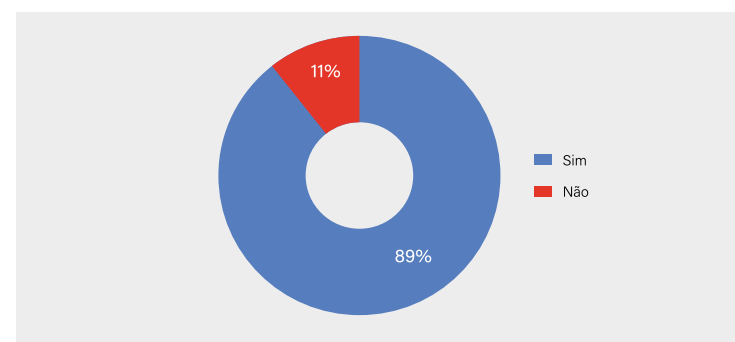
Gráfico 60 - Aquisição da nacionalidade portuguesa



Fonte: Elaboração Própria

Quando questionados sobre como adquiriram a nacionalidade portuguesa, 39% responderam por naturalização enquanto estudantes em Portugal; 29% responderam através dos meus pais (tinham nacionalidade portuguesa); 9% através dos meus avós (que tinham a nacionalidade portuguesa); 9% por casamento e/ou união de facto com um/a português(esa); 7% por naturalização enquanto imigrante em Portugal; 7% desde sempre.

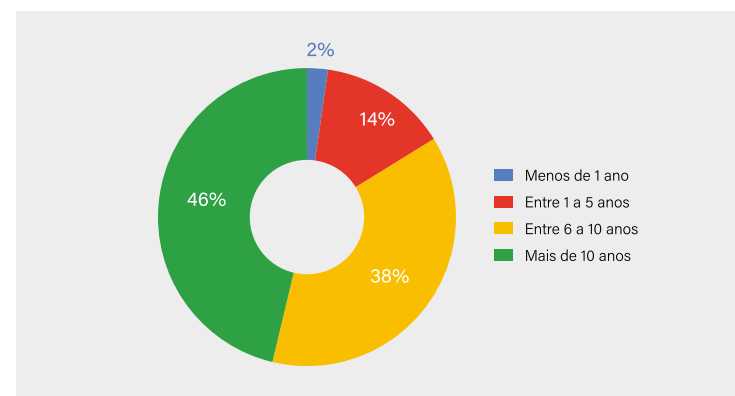
Gráfico 61 - Viveu em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

89% dos portugueses naturais de Cabo Verde, e de outro PALOP, chegaram a viver em Portugal. Desses, como se pode ver pelo gráfico abaixo, 46% viveram mais de 10 anos; 38% entre 6 a 10 anos; 14% entre 1 a 5 anos; 2% menos de 1 ano.

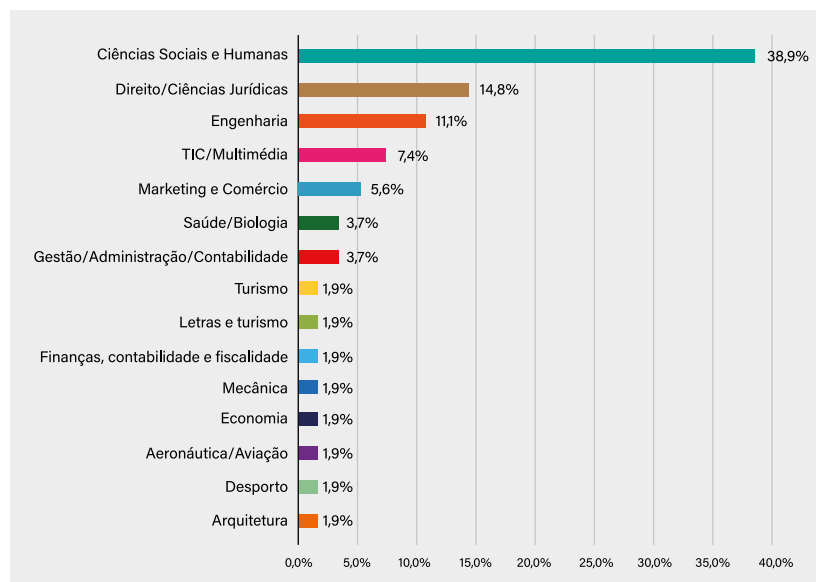
Gráfico 62 - Número de anos em Portugal



Fonte: Elaboração Própria



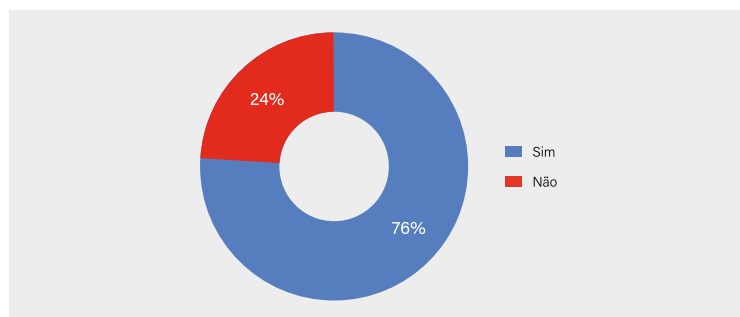
Gráfico 63 - Área de especialização em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

Portugal sempre foi um espaço de eleição para os estudos por parte dos cabo-verdianos. As áreas em que os inquiridos portugueses, naturais de Cabo Verde e dos PALOP, se formaram são: Ciências Sociais e Humanas (38,9%); Direito/Ciências Jurídicas (14,8%); Engenharia (11,1%); TIC/Multimédia (7,4%); Marketing e Comércio (5,6%); Saúde/Biologia (3,7%); Gestão/Administração/Contabilidade (3,7%). Existem outras áreas, não muito expressivas, como o turismo, economia, desporto, etc.

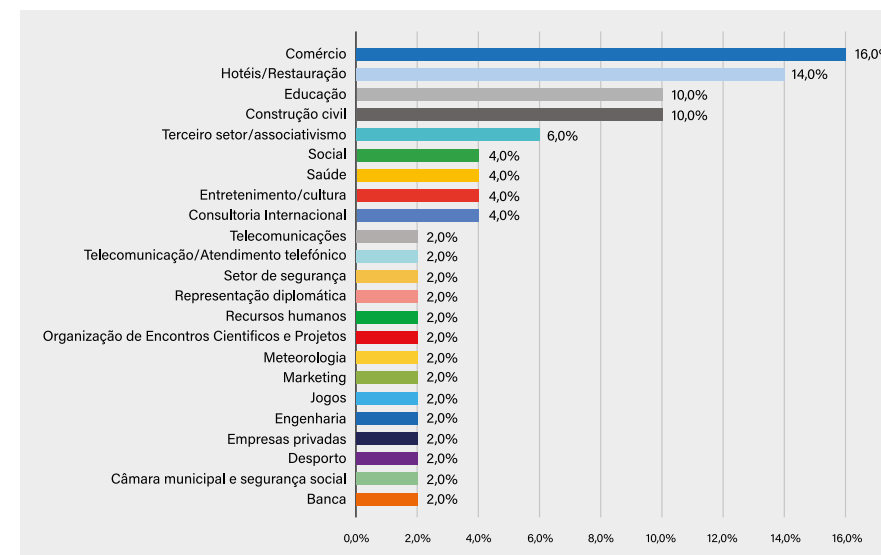
Gráfico 64 - Trabalho em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

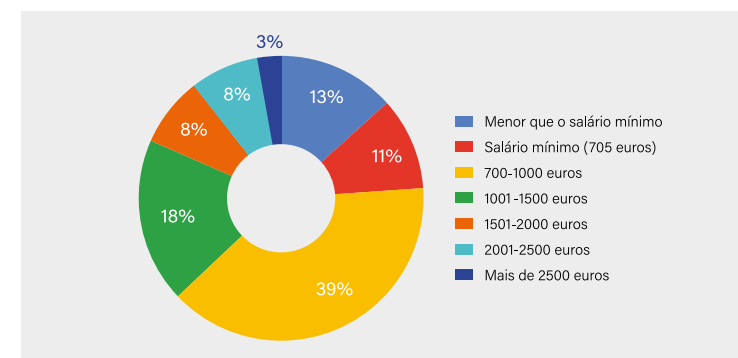
76% dos portugueses naturais de Cabo Verde, que viveram em Portugal, trabalharam em áreas, como se pode ver pelo gráfico abaixo, Comércio (16,0%); Hotéis/Restauração (14,0%); Educação (10,0%); Construção Civil (10,0%); Terceiro Setor/Associativismo (6,0%); Área Social (4,0%); Saúde (4,0%); Consultoria Internacional (4,0%), etc.

Gráfico 65 - Área de Trabalho



Fonte: Elaboração Própria

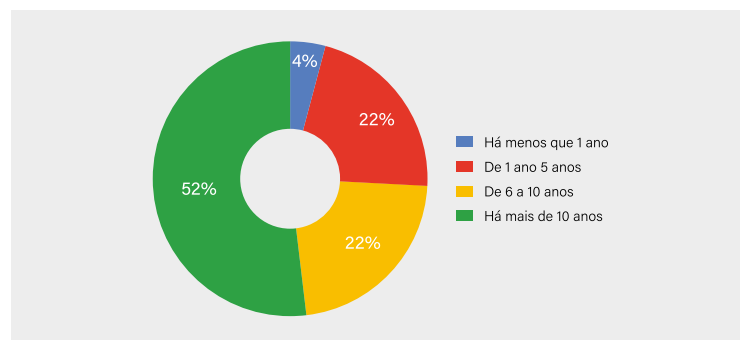
Gráfico 66 - Salário em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre o salário auferido em Portugal, os inquiridos portugueses, naturais de Cabo Verde e PALOPs, responderam da seguinte forma: 39% auferiam entre 700 a 1000 euros por mês; 18% entre 1001 a 1500 euros por mês; 13% recebiam menos que o salário mínimo nacional; 11% recebiam o salário mínimo nacional; 8% entre 1501 a 2000 euros; 8% entre 2001 a 2500 euros; 3% recebiam mais do que 2500 euros por mês.

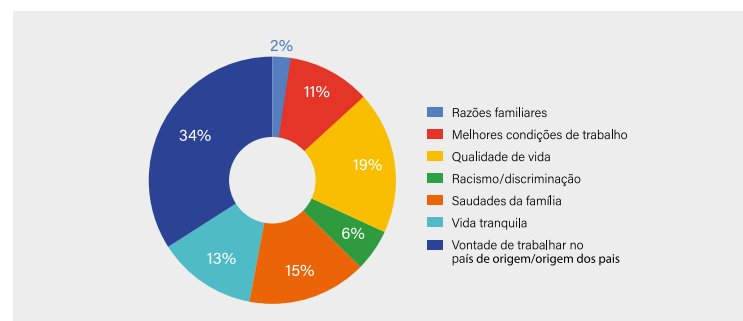
Gráfico 67 - Regresso a Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

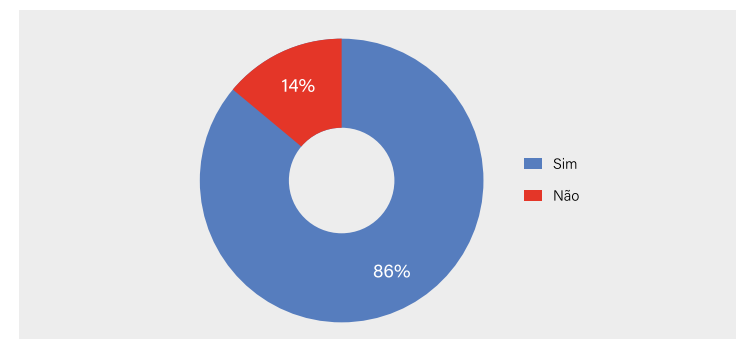
Quanto ao regresso a Cabo Verde, 52% dos inquiridos regressaram há mais de 10 anos; 22% entre 6 a 10 anos; 22% entre 1 a 5 anos; e 4% há menos de 1 ano. No que concerne aos motivos, como se pode ver pelo gráfico abaixo, 34% dos inquiridos apontaram para a vontade de trabalhar no país de origem/origem dos pais; 19% indicaram a Qualidade de vida; 15% Saudades da família; 13% por causa da Vida tranquila; 11% apontaram para melhores condições de trabalho; 6% responderam por causa do racismo/discriminação; 2% indicaram razões familiares.

Gráfico 68 - Motivos do regresso a Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

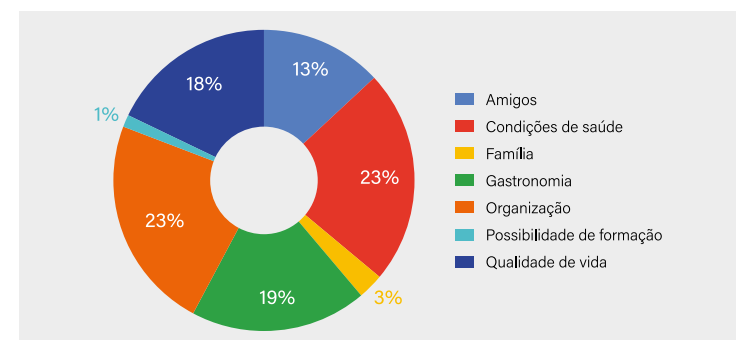
Gráfico 69 - Feliz/Realizado em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

86% dos inquiridos portugueses, naturais de Cabo Verde e dos PALOPs, consideram-se felizes e realizados em Cabo Verde. 14% não se sentem felizes ou realizados em Cabo Verde.

Gráfico 70 - Razões das saudades de Portugal

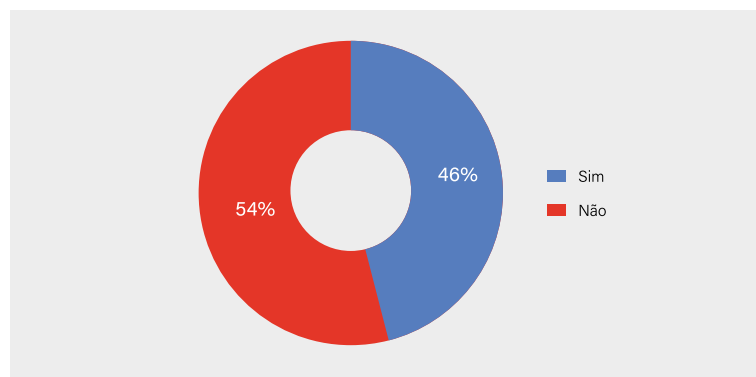


Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre o que sentem mais falta de Portugal, 23% apontaram para as condições de saúde; 23% organização; 19% da gastronomia; 18% da qualidade de vida; 13% sentem falta dos amigos; 3% sentem falta da família e 1% da possibilidade de formação.



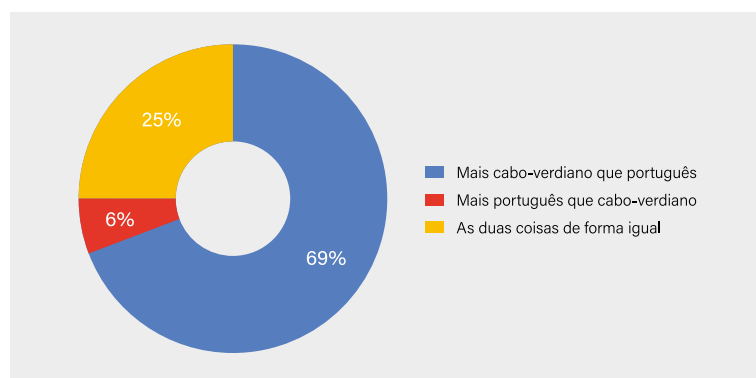
Gráfico 71 - Regresso a Portugal



Fonte: Elaboração Própria

Sobre a possibilidade de regresso a Portugal, nota-se que a maioria dos inquiridos portugueses, naturais de Cabo Verde e PALOPs, 54%, não pensa regressar e/ou ir viver para Portugal. Contudo, uma parte considerável, 46% cogita esta possibilidade. As razões apontadas têm a ver com a possibilidade de gozar a reforma em Portugal; ir ter com a família; o facto de Portugal ser um país estável, com boa qualidade de vida (aliás esta é uma forte razão); ser um país seguro em termos da segurança pessoal e saúde; outras razões como saudades; razões profissionais, melhores condições.

Gráfico 72 - Identidade

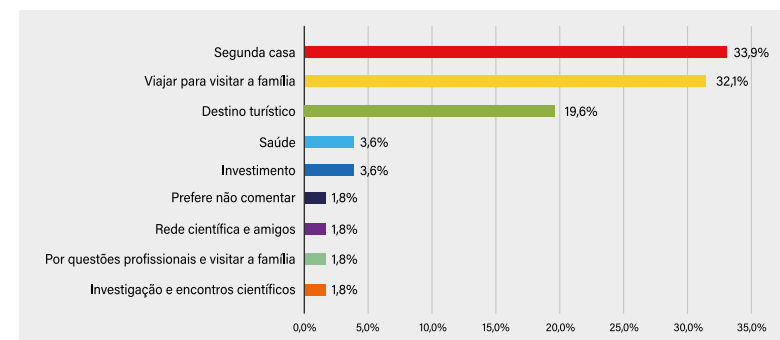


Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre a identidade, se se sentem mais cabo-verdianos ou portugueses, 69% dos inquiridos responderam que se sentem mais cabo-verdianos que portugueses. 25% disseram que se sentem as duas coisas e 6% mais portugueses que cabo-verdianos.

PORTUGAL - QUESTÕES ESPECÍFICAS

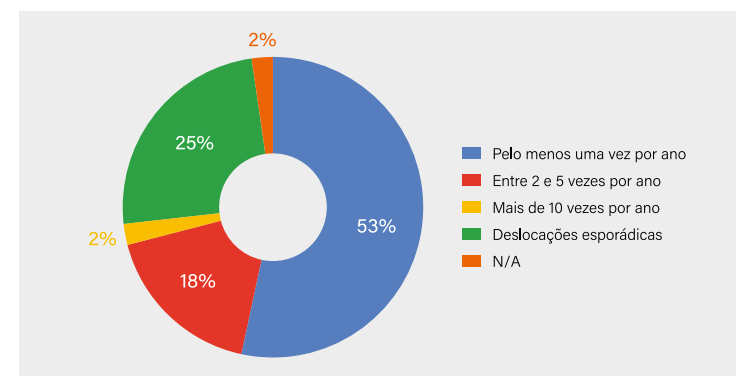
Gráfico 73 - Tipo de relações com Portugal



Fonte: Elaboração Própria

O tipo de relações que os portugueses, naturais e Cabo Verde e PALOPs, têm com Portugal varia muito, desde Segunda casa (33,9%); Viajar para visitar a família (32,1%); Destino turístico (19,6%); Saúde (3,6%); Investimento (3,6%).

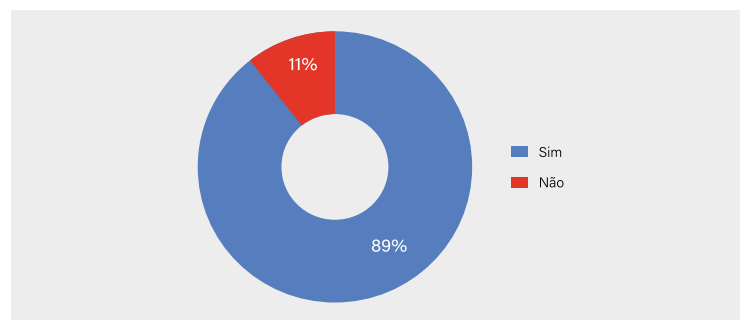
Gráfico 74 - Número de vezes por ano que vai a Portugal



Fonte: Elaboração Própria

53% vão a Portugal pelo menos uma vez por ano; 25% fazem deslocações esporádicas; 18% deslocam-se a Portugal entre 2 a 5 vezes por ano; 2% mais de 10 vezes por ano.

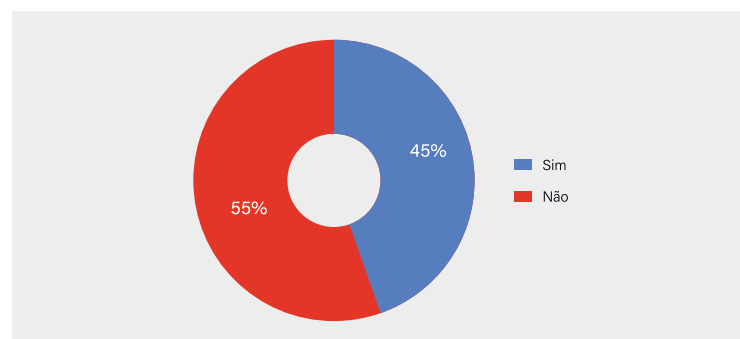
Gráfico 75 - Inscrição na Embaixada portuguesa/Consulados em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

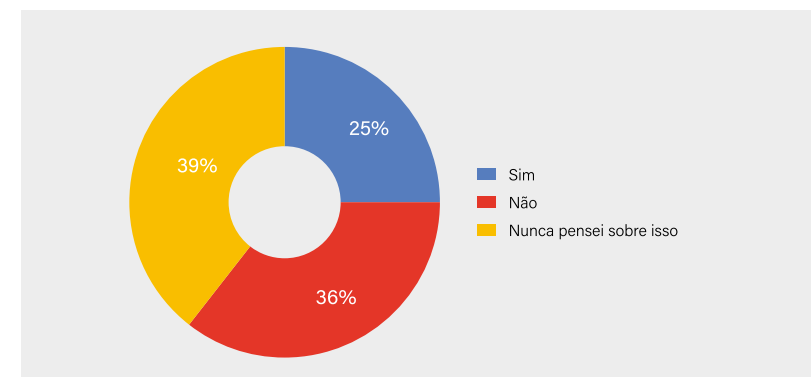
Questionados sobre a inscrição na Embaixada portuguesa e/ou Consulados portugueses em Cabo Verde, os dados mostram que 89% dos portugueses, naturais de Cabo Verde e PALOPs, estão inscritos. Nota-se ainda, como se pode ver pelo gráfico abaixo, que 55% não participam em festas e eventos portugueses em Cabo Verde. As razões apontadas têm a ver com o facto de a maioria dos portugueses em Cabo Verde ser pessoas com quem conviviam em Portugal; não escolhem amigos pela nacionalidade; o facto de depois da pandemia deixarem de ter informações; também o desinteresse e disponibilidade; o facto de não receberem convites; alguns disseram que não gostam e não têm interesse.

Gráfico 76 - Participação em eventos e festas portuguesas em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

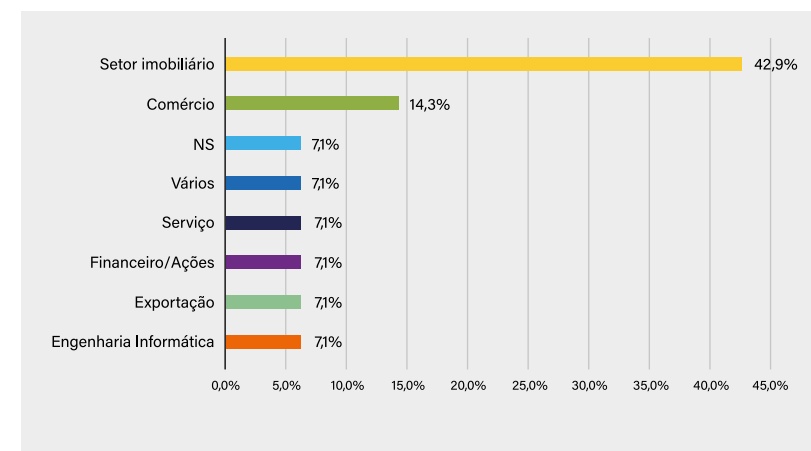
Gráfico 77 - Pretensão de investir em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

Sobre a possibilidade de investimento em Portugal, 39% dos portugueses, naturais de Cabo Verde e PALOPs, responderam que nunca pensaram nisso, 36% disseram que não. É interessante notar que 25% pensam investir em Portugal. Quanto ao setor de investimento, como se pode ver pelo gráfico abaixo, 42,9% no Setor imobiliário; 14,3% no Comércio; 14,3% no Comércio; 14,2% em Serviço e na área Financeira/Ações; 14,2% em áreas como Exportação e Engenharia Informática.

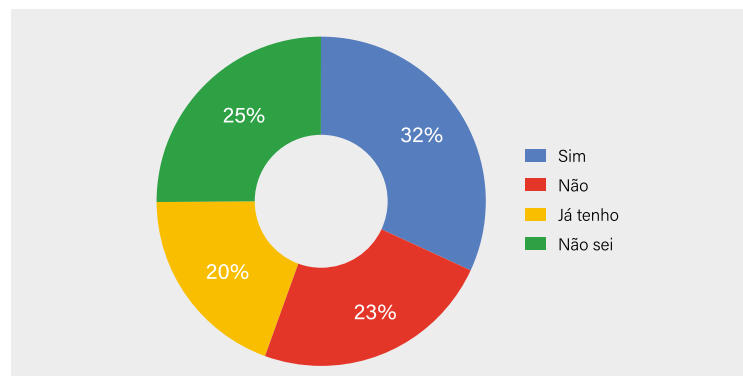
Gráfico 78 - Área de possível investimento



Fonte: Elaboração Própria



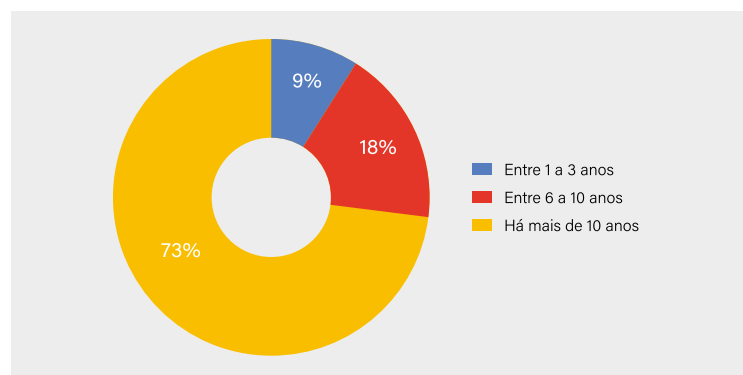
Gráfico 79 - Aquisição de casa ou apartamento em Portugal Continental, Açores ou Madeira



Fonte: Elaboração Própria

Nota-se que 32% dos inquiridos portugueses, naturais de Cabo Verde PALOPs, desejam comprar uma casa ou apartamento em Portugal e ilhas; 23% não pretendem comprar uma casa em Portugal; 20% já têm uma casa ou apartamento em Portugal; e 25% não sabem se querem comprar casa ou apartamento.

Gráfico 80 - Nº de anos com casa em Portugal

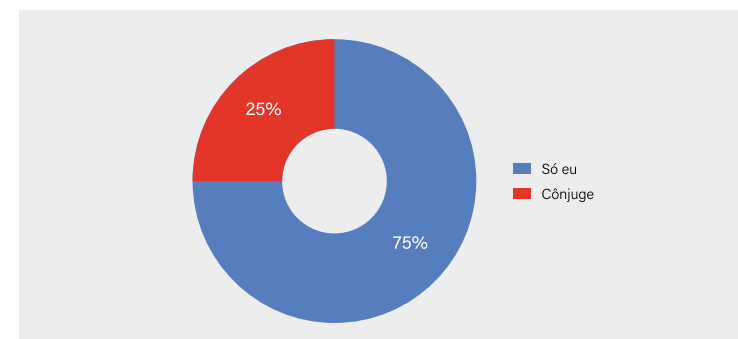


Fonte: Elaboração Própria

Dos 20% dos portugueses, naturais de Cabo Verde e PALOPs, que possuem casa ou apartamento em Portugal, 73% já têm há mais de 10 anos; 18% entre 6 a 10 anos e 9% entre 1 a 3 anos.

3.2.4. EMPRESÁRIOS PORTUGUESES NASCIDOS EM PORTUGAL (CONTINENTE E ILHAS)

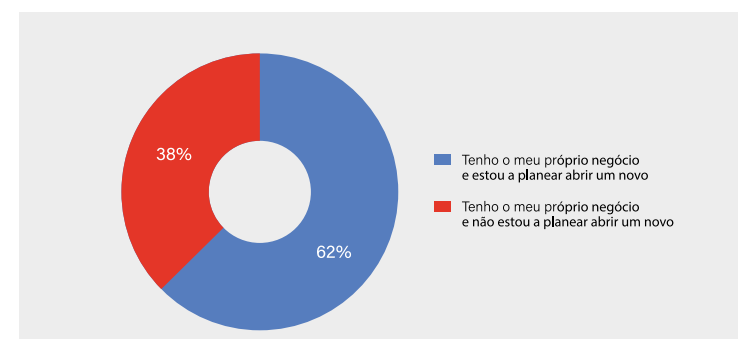
Gráfico 81 - Membros da família, caso existam, trabalham consigo na sua empresa



Fonte: Elaboração Própria

A maioria dos empresários portugueses em Cabo Verde (75%), naturais do Continente e das ilhas, normalmente trabalha sozinho, sem nenhum familiar. 25% trabalham com o cônjuge.

Gráfico 82 - Frase que se aplica à sua situação

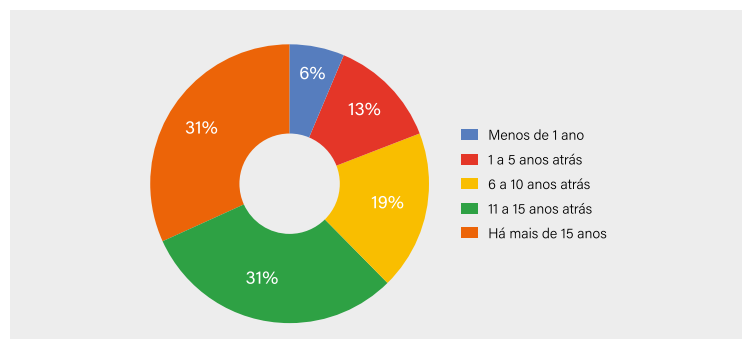


Fonte: Elaboração Própria

Questionados para escolherem a melhor frase que se aplica à sua situação, 62% dos empresários escolheram a seguinte: «Tenho o meu próprio negócio e estou a planear abrir outro». O que significa que o mercado cabo-verdiano oferece muitas oportunidades para os empresários portugueses.



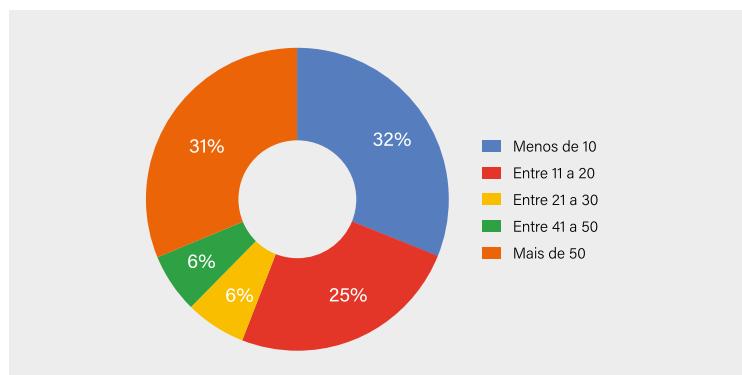
Gráfico 83 - Início da empresa



Fonte: Elaboração Própria

31% dos empresários iniciaram a empresa há mais de 15 anos; outros 31% entre 11 e 15 anos atrás; 19% entre 6 a 10 anos atrás; 13% entre 1 a 5 anos atrás e 6% há menos de 1 ano.

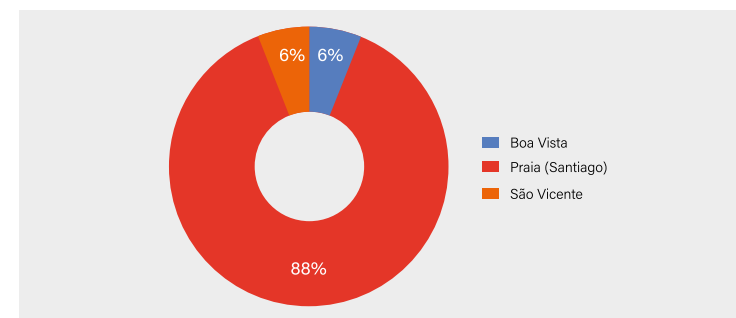
Gráfico 84 - Número de empregados



Fonte: Elaboração Própria

Os dados mostram que 32% dos empresários têm menos de 10 trabalhadores; 31% mais de 50 trabalhadores; 25% entre 11 a 20; 6% entre 21 a 30 e outros 6% entre 41 a 50.

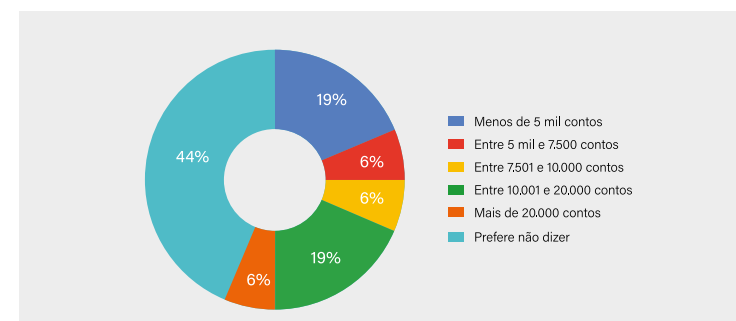
Gráfico 85 - Localização da empresa



Fonte: Elaboração Própria

É interessante notar que 88% das empresas dos portugueses encontram-se localizadas na Cidade da Praia; 6% na ilha da Boa Vista e 6% na ilha de S. Vicente.

Gráfico 86 - Rendimento médio anual da empresa

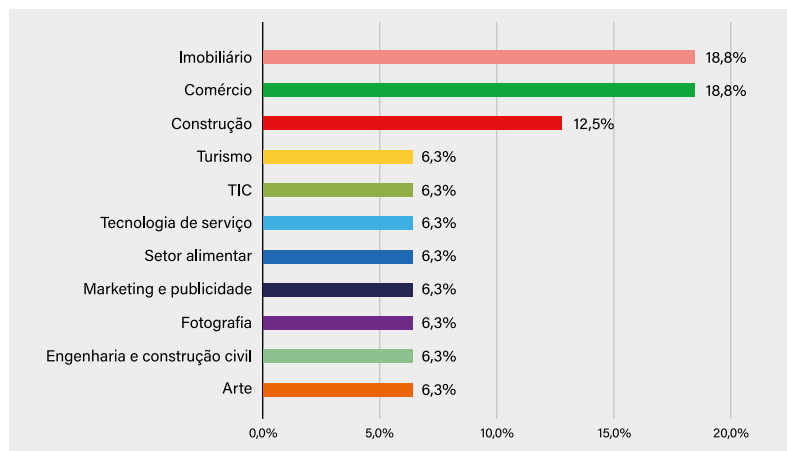


Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre o rendimento médio anual da empresa, nota-se que 44% preferiram não responder a esta pergunta. Porém, 19% responderam entre 10.001 a 20.000 contos (100 mil a 200 mil euros); 19% menos de 5 mil contos (menos de 50 mil euros); 14% entre 7.501 a 20.000 contos (entre 70 mil euros a 200 mil euros); 6% mais de 20.000 contos (mais de 200 mil euros).



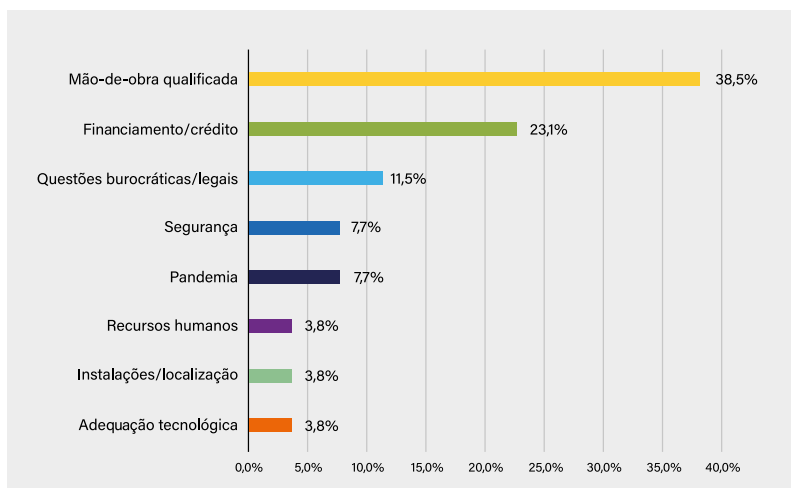
Gráfico 87 - Área de negócio



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à área de negócio, os empresários portugueses apontaram para o seguinte: Imobiliário (18,8%); Comércio (18,8%); Construção e Engenharia e Construção Civil (18,8%); Marketing e Publicidade, Arte e Fotografia (18,9%); Turismo (6,3%); TIC (6,3%); Tecnologia de Serviço (6,3%) e Setor Alimentar (6,3%).

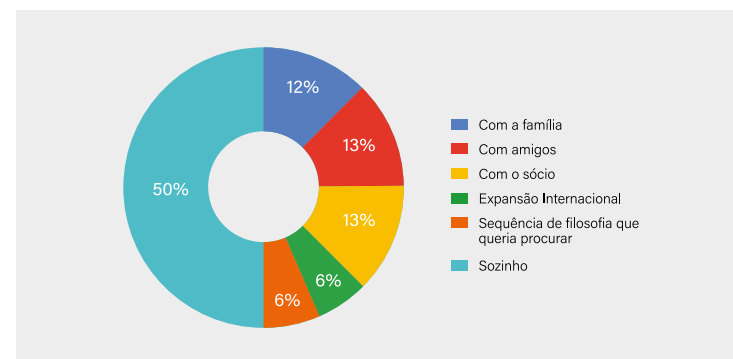
Gráfico 88 - Desafios enfrentados na empresa nos últimos dois anos



Fonte: Elaboração Própria

Para os empresários portugueses, os maiores desafios enfrentados nos últimos dois anos, têm a ver com: Mão-de-Obra Qualificada (38,5%); Financiamento/Crédito (23,1%); Questões burocráticas/legais (11,5%); Pandemia e Segurança (7,7%). Outros desafios, como Recursos Humanos, Instalações/localização e Adequação tecnológica, quando associados ganham peso (11,4%).

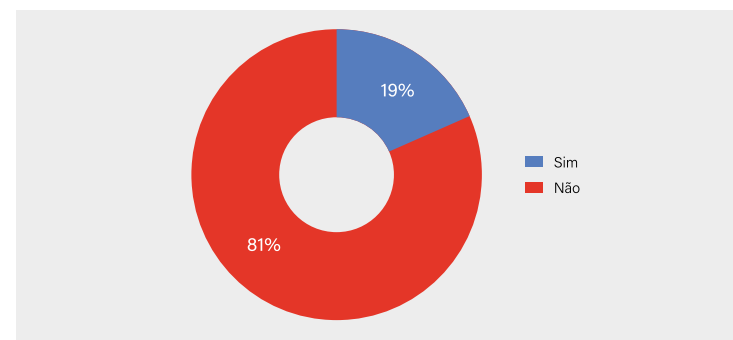
Gráfico 89 - Início da empresa



Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre como se iniciou a empresa, 50% dos empresários responderam que sozinhos; 13% com Amigos; 13% com Sócios; 12% com a família; 6% Expansão Internacional; 6% Sequência de filosofia que queria procurar.

Gráfico 90 - Apoio no registo da empresa

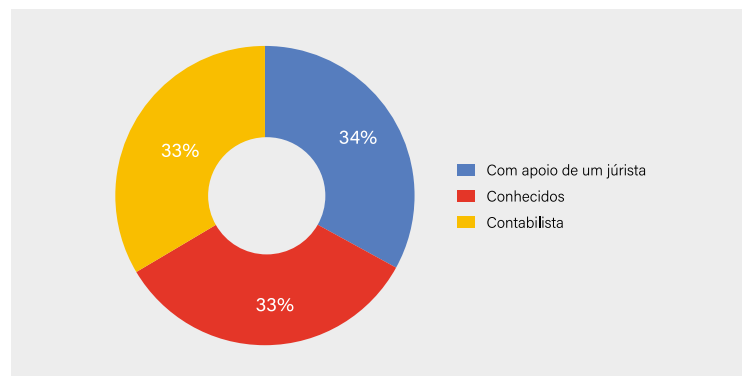


Fonte: Elaboração Própria

81% dos empresários não tiveram apoio no registo da empresa. Somente 19% responderam que tiveram apoio no registo.



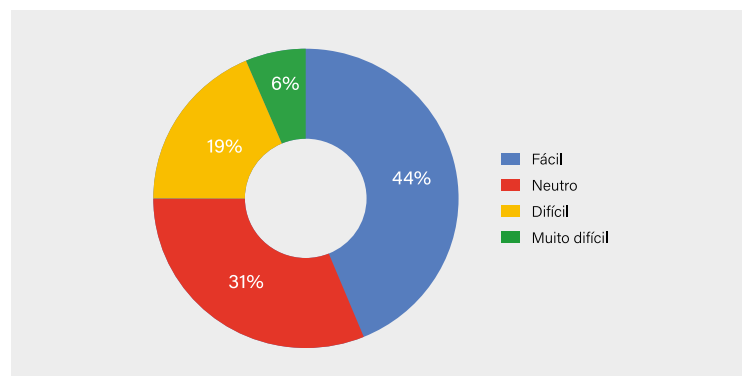
Gráfico 91 - Origem do apoio no registo da empresa



Fonte: Elaboração Própria

Dos empresários portugueses em Cabo Verde que tiveram apoio na criação das empresas, 34% tiveram apoio de um jurista; 33% de conhecidos e 33% de um contabilista.

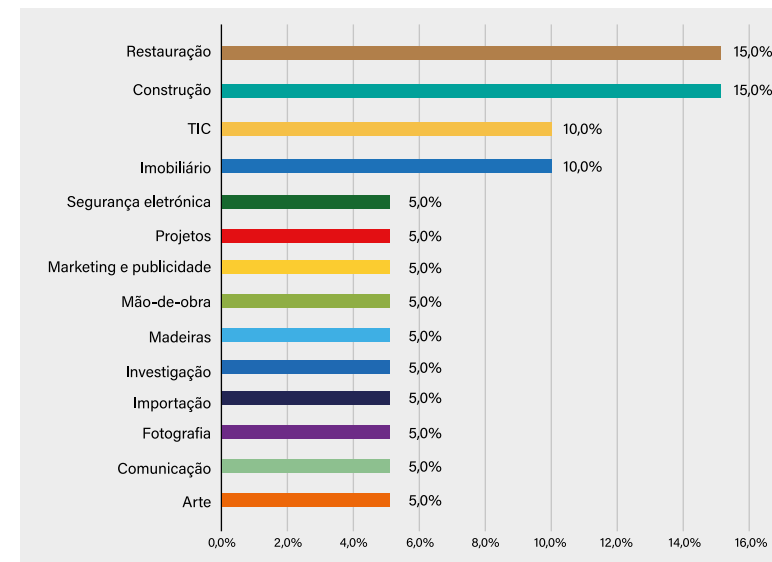
Gráfico 92 - Processo de registo de uma empresa em Cabo Verde



Fonte: Elaboração Própria

44% dos empresários consideram que o processo da criação de empresa em Cabo Verde é fácil; para 25% é difícil e/ou muito difícil. 31% dos inquiridos responderam que é não é nem fácil nem difícil.

Gráfico 93 - Natureza do negócio

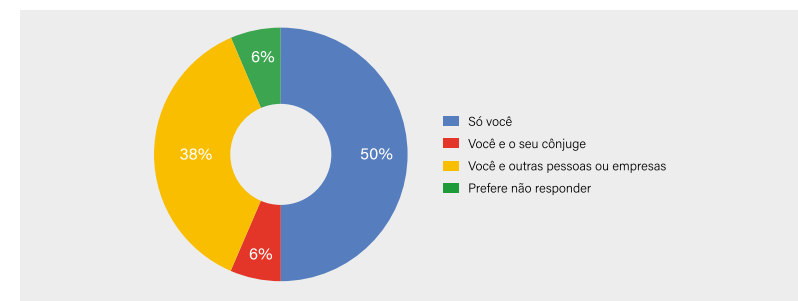


Fonte: Elaboração Própria

Quanto à natureza do negócio, 15,0% apontaram para a Restauração; 15,0% Construção; 10,0% TIC, 10,0% Imobiliária. Existem outros setores de negócios como segurança eletrónica, Projetos, Marketing e Publicidade, Mão-de-Obra, Madeiras, Investigação, Importação, Comunicação, Arte, Fotografia, que, se agregados, constituem quase 50% dos negócios.

START-UP TEAM E REDE SOCIAL

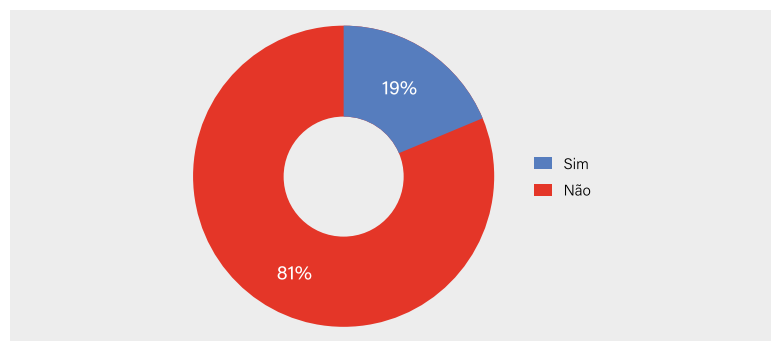
Gráfico 94 - Dono do negócio



Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre quem era o dono legal do negócio que estão à frente, 50% dos empresários responderam o próprio, 38% o próprio e outras pessoas; 6% o próprio e seu cônjuge.

Gráfico 95 - Sócios cabo-verdianos

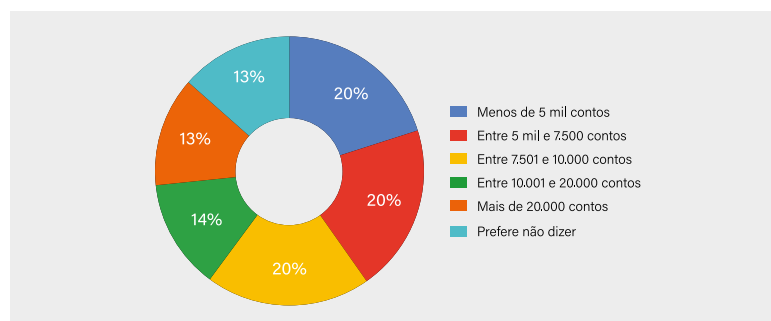


Fonte: Elaboração Própria

Relativamente aos sócios cabo-verdianos, 81% dos empresários responderam que não têm sócios locais. Somente 19% é que responderam que têm sócios locais.

CAPITAL SOCIAL E REDE

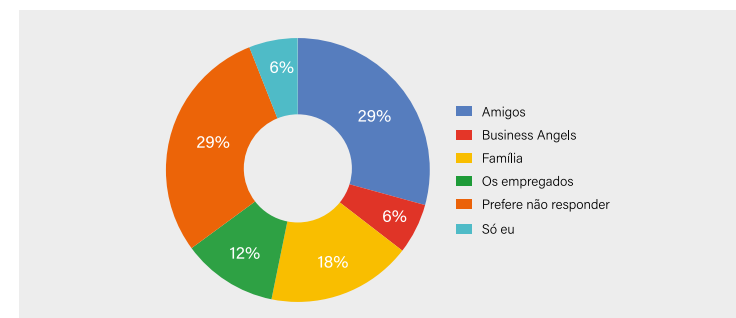
Gráfico 96 - Capital social da empresa



Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao capital social da empresa, os empresários responderam da seguinte forma: 20% tem um capital de menos de 5 mil contos (50 mil euros); 20% entre 5 mil e 7.500 contos (entre 50 mil a 75 mil euros); 20% entre 7.501 e 10.000 mil contos (entre 75 mil a 100 mil euros); 14% entre 10.001 e 20.000 contos (entre 100 mil a 200 mil euros); 13% mais de 20 mil contos (mais de 200 mil euros).

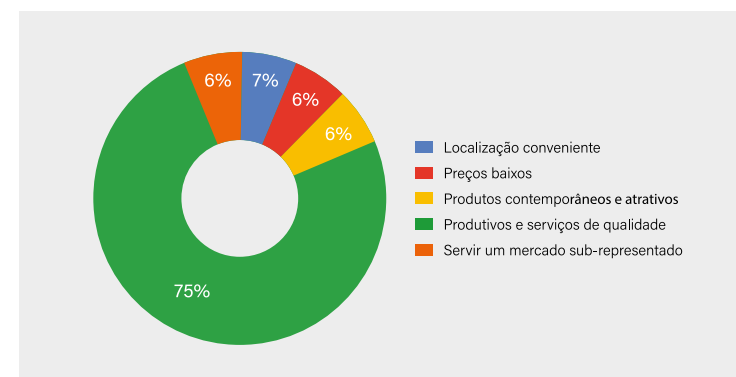
Gráfico 97 - Terceiro que apoiou no início do negócio



Fonte: Elaboração Própria

Questionados se alguém, apoiou no início do negócio, os empresários responderam o seguinte: Amigos (29%); Família (18%); Empregados (12%); Business Angels (6%); O próprio (6%). 29 % dos empresários preferiram não responder.

Gráfico 98 - Aspectos importantes para o sucesso e competitividade do seu negócio

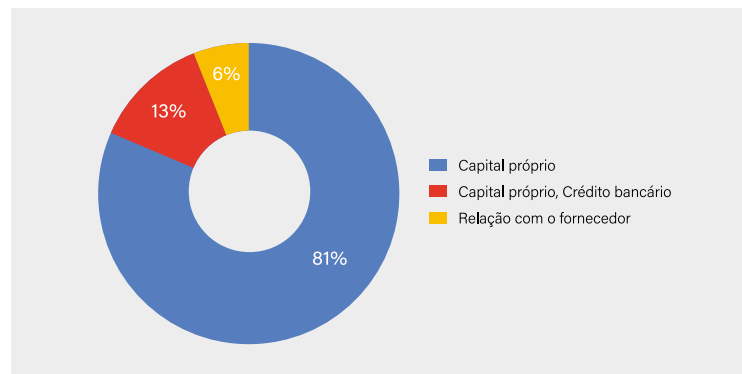


Fonte: Elaboração Própria

Para os empresários portugueses, os aspectos mais importantes para o sucesso e competitividade do negócio são produtos e serviços de qualidade (75%); Localização conveniente (7%). Os preços baixos, assim como os produtos contemporâneos e atrativos também foram citados.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO PARA AS EMPRESAS EM FASE DE ARRANQUE

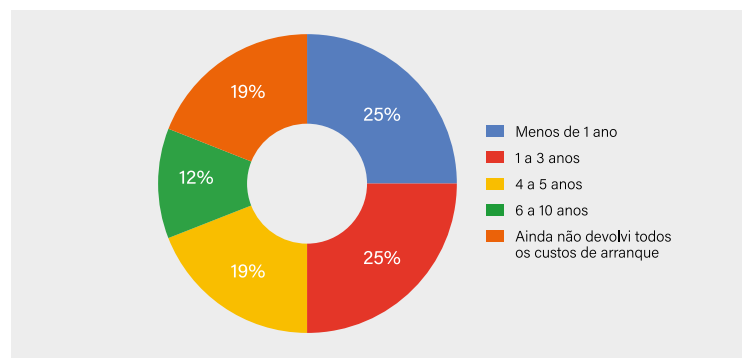
Gráfico 99 - Fontes de financiamento



Fonte: Elaboração Própria

A fonte de financiamento dos empresários portugueses em Cabo Verde, pelo menos na fase inicial, é o capital próprio (81%). 13% responderam capital próprio, crédito bancário.

Gráfico 100 - Tempo que a empresa levou a pagar todos os custos de arranque

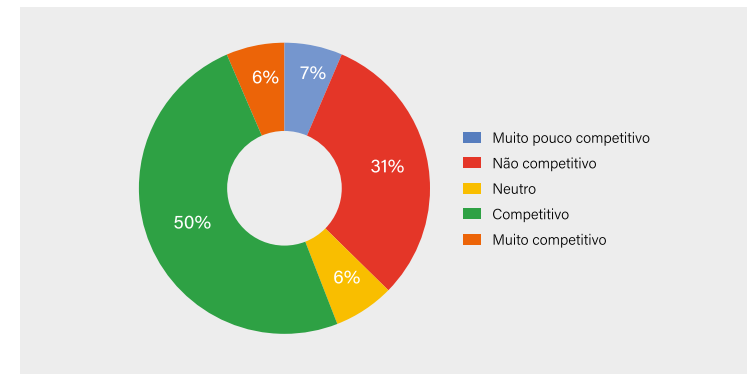


Fonte: Elaboração Própria

Sobre o tempo que a empresa levou para pagar todos os custos do arranque, as respostas apontaram para o seguinte: menos de 1 ano (25%); 1 a 3 anos (25%); 4 a 5 anos (19%); ainda em pagamento (19%); 6 a 10 anos (12%). É interessante notar que 79% levam até 5 anos para pagar todos os custos do arranque.

MERCADO, AVALIAÇÃO DA CONCORRÊNCIA E ESTRATÉGIA CONCORRENCIAL

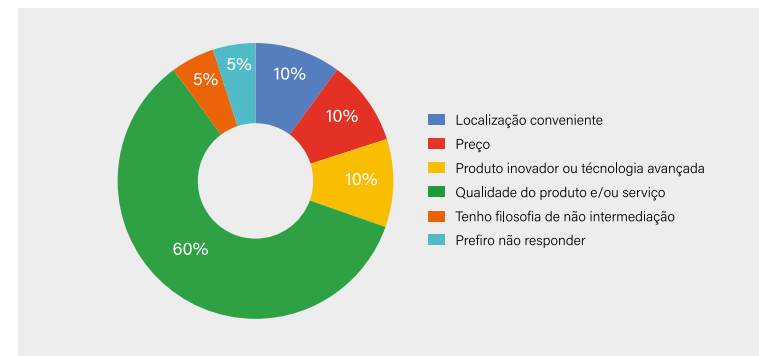
Gráfico 101 - Descrição do mercado



Fonte: Elaboração Própria

No que concerne à descrição do mercado, para 50% ele é competitivo; para 31% não é competitivo; para 7% é muito pouco competitivo; 6% consideram o mercado muito competitivo.

Gráfico 102- Vantagem do negócio

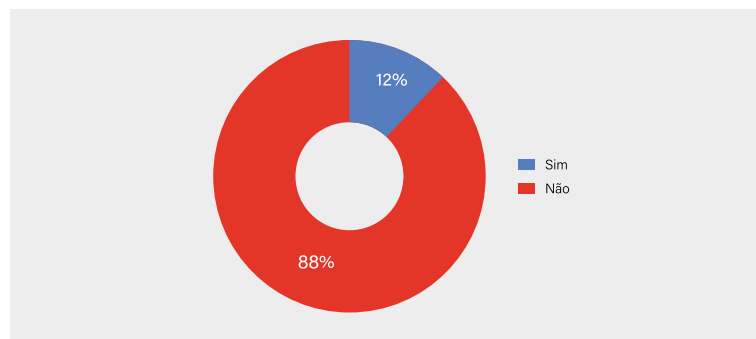


Fonte: Elaboração Própria

Para 60% dos empresários portugueses, a vantagem do negócio tem a ver com a qualidade do produto e/ou serviço; para 30% dos empresários, ela tem a ver com Preço/Produto inovador ou tecnologia avançada/Localização conveniente.



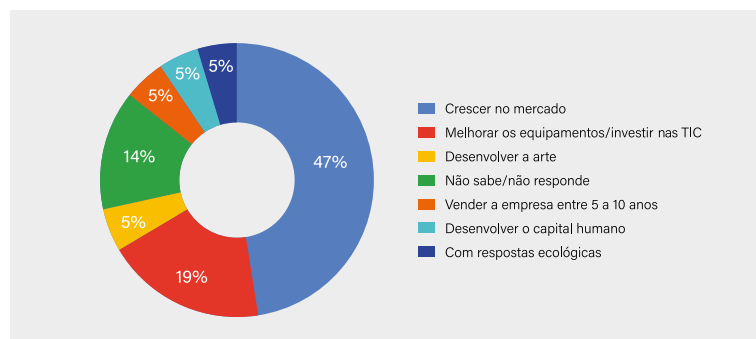
Gráfico 103 - Contato com programas de apoio às empresas



Fonte: Elaboração Própria

88% dos empresários portugueses em Cabo Verde nunca tiveram contato com os programas de apoio aos empresários. Somente 12% é que tiveram algum apoio, sobretudo da parte da Pro-Empresa, apoio à retoma após a Covid-19.

Gráfico 104 - Situação da empresa entre 10-20 anos

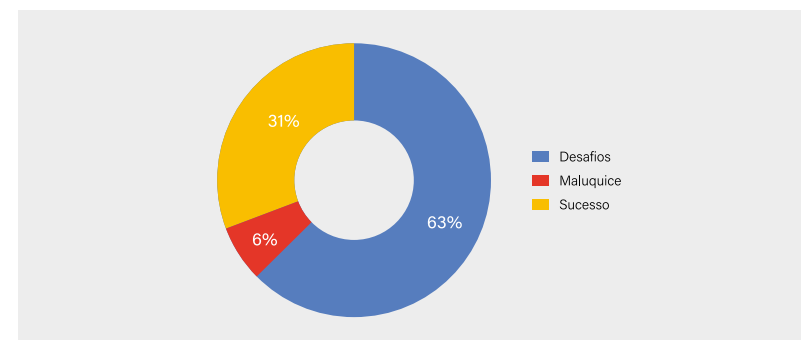


Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre como veem o negócio entre 10 a 20 anos, 47% dos empresários consideram que o negócio irá crescer no mercado, 19% melhorar os equipamentos/ investir nas TIC; 14% não souberam responder.

ATRIBUIÇÃO PESSOAL E ESTILO PESSOAL DE TOMADA DE DECISÕES

Gráfico 105 - Razões na base dos resultados do seu negócio



Fonte: Elaboração Própria

63% dos empresários atribuem resultados do seu negócio a Desafios, 31% a Sucesso e 6% a Maluquice. Os empresários definem o sucesso da seguinte forma: *acreditar e lutar; boa comunicação com clientes; Apostar na divulgação da área de negócio nas redes sociais; ter parâmetros; prestar bons serviços, conseguir realizar todos os seus objetivos; respeitar os desafios, a ética e conseguir a sustentabilidade; saber trabalhar e comunicar; melhorar continuamente; vontade de ter e acreditar nas coisas boas que vão acontecer.*

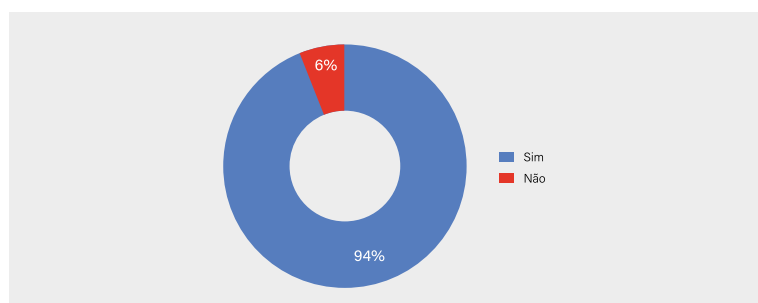
LIGAÇÕES TRANSNACIONAIS E ATIVIDADES

Quanto aos obstáculos que já ultrapassou na navegação em ambientes duplos, os empresários consideram que é preciso saber navegar em "ambientes duplos"; *Burocracia da alfândega... do alvará... da DEF; ter credibilidade e honestidade; obstáculos financeiros; estresse e muitas dificuldades; dificuldades logísticas; Preconceito, questões pós-coloniais; Recebimento de clientes.*

Em relação às condições económicas que afetam o negócio, apontaram para: i) *a concorrência porque ela afeta economicamente a minha empresa;* ii) *Aumento dos preços dos produtos alimentares e as taxas; Conjuntura política e económica internacional; Falta de investidores; Falta de investimento em projetos artísticos e de investigação; mercado com menos procura; O mercado e a dimensão do país; pouco volume de clientes e a insularidade; Preços exorbitantes das viagens aéreas; Recebimentos.*

INVESTIMENTO EM PORTUGAL

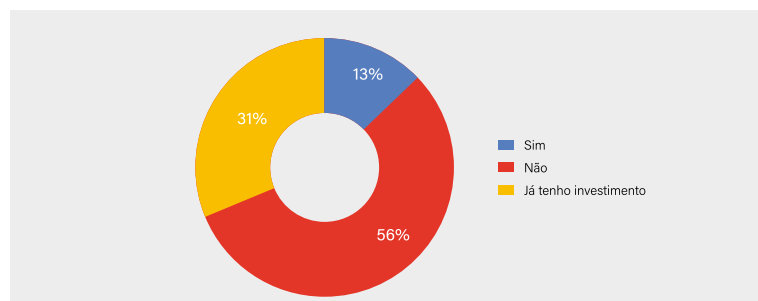
Gráfico 106 - Portugal mercado interessante nas relações comerciais



Fonte: Elaboração Própria

A maioria dos empresários portugueses (94%) considera Portugal um mercado interessante nas relações comerciais. As razões apontadas têm a ver com o seguinte: *Ligações históricas e culturais; É um país tranquilo, com boas relações e com necessidade de 90% de importação; É um recurso importante para parcerias e compras; Forma profissional capacitado; tem vários negócios; Principal fornecedor de Cabo Verde; País muito desenvolvido; Fácil de abastecimento; país de compra; Produtos de qualidade e bom parceiro para Cabo Verde; Resposta em conhecimento e tecnologia; Facilidade em contactar potenciais clientes em Portugal.*

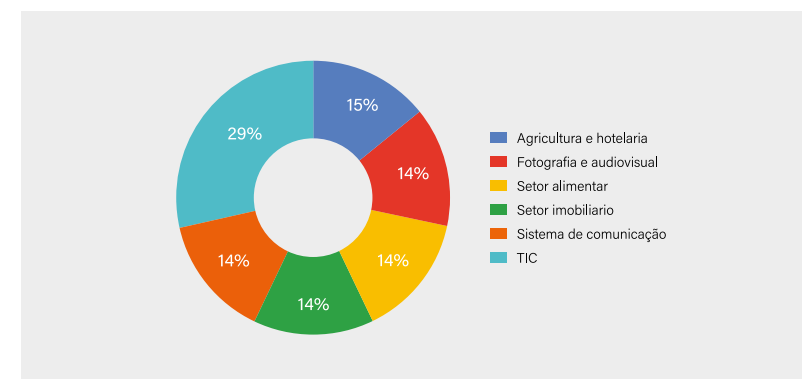
Gráfico 107 - Investimento em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

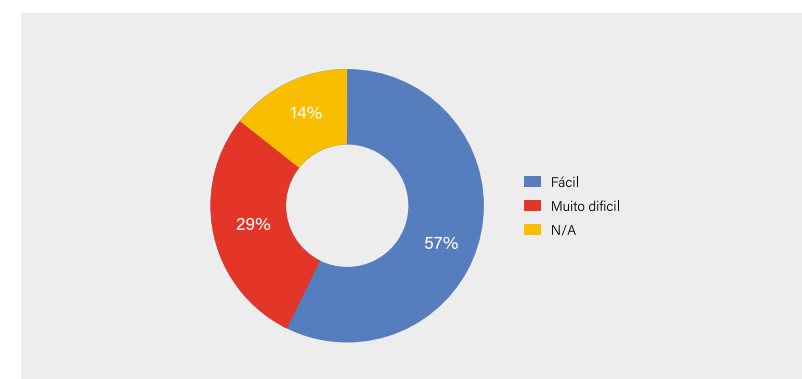
Questionados se querem investir em Portugal, 56% dos empresários responderam que não; 31% responderam que já têm investimento. 13% querem investir em Portugal. Quanto aos setores, como se pode ver pelo gráfico abaixo, 29% querem investir nas TIC; 15% na Agricultura e Hotelaria; 14% no setor alimentar; 14% no setor imobiliário; 14% no sistema de Comunicação; e 14% no setor de fotografia e audiovisual.

Gráfico 108 - Setor que deseja investir



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 109 - Processo de registo de uma empresa em Portugal

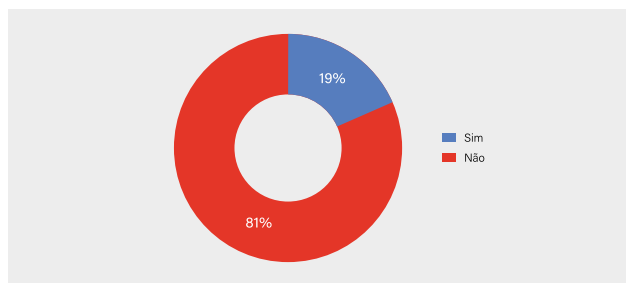


Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre o processo de registo de uma empresa em Portugal, 57% dos empresários responderam que é fácil; para 29% dos mesmos é muito difícil. 14% não souberam responder. Os grandes problemas na abertura de um negócio, ou em conseguir parceiros em Portugal, têm a ver com a Capacidade/Capital financeira e a desconfiança («Os portugueses desconfiam um do outro»).



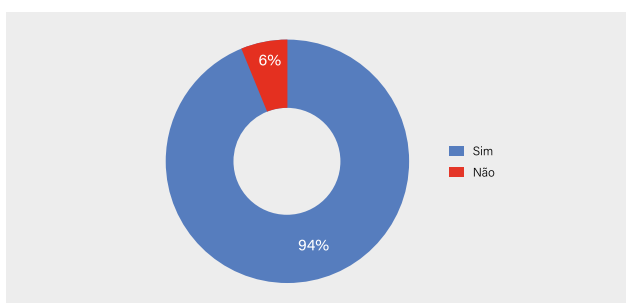
Gráfico 110 - Interesse em parcerias em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

81% dos empresários portugueses em Cabo Verde não têm interesse em arranjar parcerias em Portugal. Somente 19% é que manifestaram esse interesse, sobretudo em Arte e investigação; Automóvel; Fornecimento de equipamentos e materiais de construção.

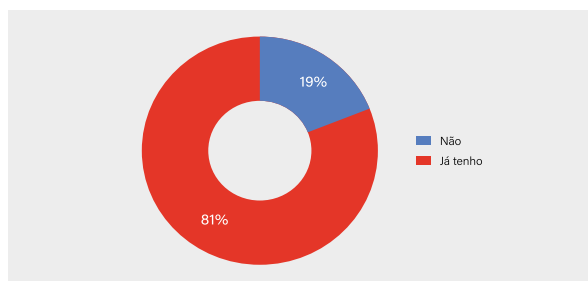
Gráfico 111 - Informação sobre o mercado português



Fonte: Elaboração Própria

Para 94% dos empresários, a informação sobre o mercado português é de fácil acesso.

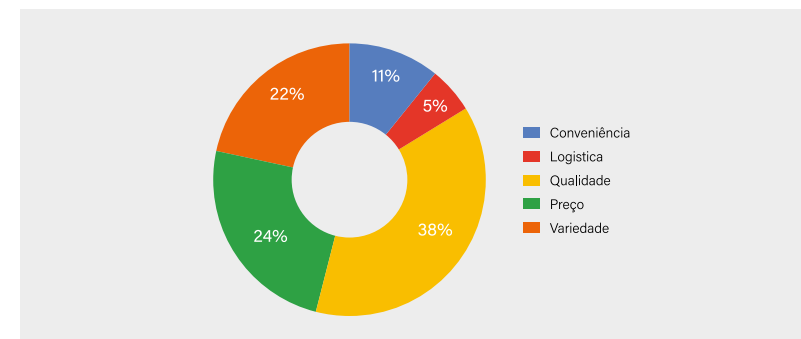
Gráfico 112 - Casa ou apartamento em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

81% dos empresários portugueses, quando questionados se querem comprar casa ou apartamento em Portugal, responderam que já possui uma.

Gráfico 113 - Fatores que o levam a comprar produtos ou serviços em Portugal Continental, Madeira ou Açores

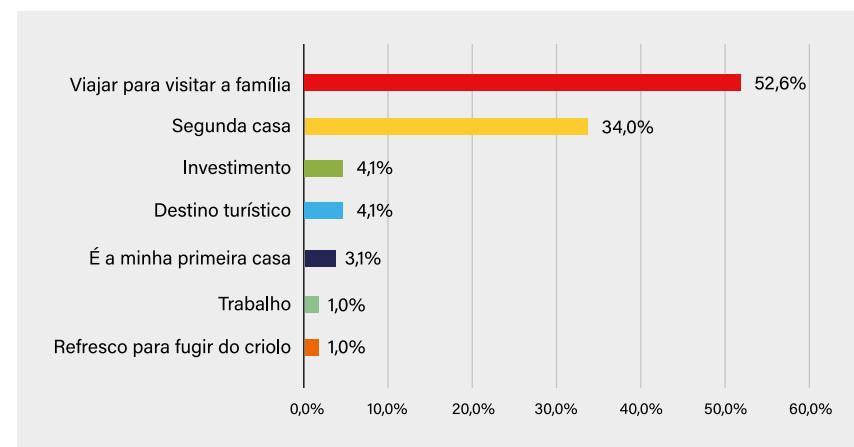


Fonte: Elaboração Própria

Questionados sobre os principais fatores que o levam a comprar produtos ou serviços em Portugal Continental, Madeira ou Açores, os empresários responderam o seguinte: Qualidade (38%); Preço (24%); Variedade (22%); Conveniência (11%); Logística (5%).

PORTUGAL - QUESTÕES ESPECÍFICAS

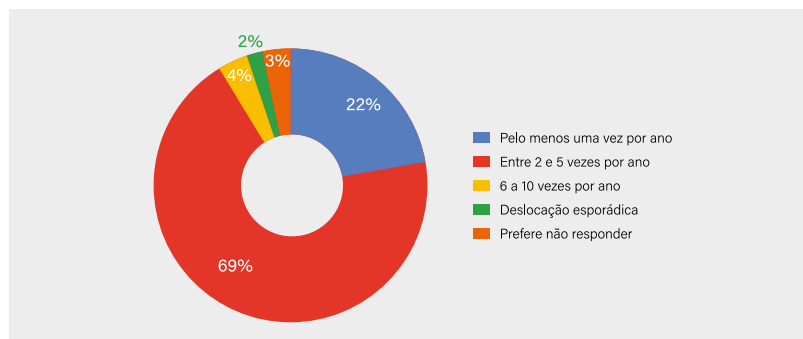
Gráfico 114 - Tipo de relações com Portugal



Fonte: Elaboração Própria

O tipo de relações que os empresários mantêm com Portugal têm a ver sobretudo com o seguinte: viajar para visitar a família (52,6%); Segunda Casa (34%); Investimento (4,1%); Destino Turístico (4,1%).

Gráfico 115 - Nº de vezes por ano que visita Portugal



Fonte: Elaboração Própria

69% dos empresários portugueses em Cabo Verde visitam Portugal entre 2 a 5 vezes por ano; 22% pelo menos uma vez por ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este estudo teve o cuidado de, metodologicamente, dividir a comunidade em três categorias de análise: os portugueses nascidos no Continente e nas ilhas dos Açores e da Madeira; os portugueses naturais de Cabo Verde e os empresários portugueses (naturais do Continente, Açores e Madeira).

Convém realçar que não foi fácil a obtenção dos dados para a realização deste estudo. Para além do questionário, *a priori*, parecer longo, as instituições contatadas demoraram para responder. Levaram mais de 4 meses para informar que não tinham dados disponíveis, o que atrasou de forma considerável a realização do mesmo.

Notamos que já fazia falta um estudo sobre a comunidade portuguesa em Cabo Verde. A praxis mostra que os investigadores, assim como as instituições cabo-verdianas, estiveram mais preocupados em recolher dados e informações sobre as comunidades oeste-africanas, o que é compreensível pelo número e desafios, e mais recentemente a chinesa, e também da diáspora cabo-verdiana, do que da comunidade portuguesa. A nossa tradição, em termos de pesquisa, tem sido os estudos da emigração e da diáspora.

Este estudo “Especificidades migratórias dos imigrantes em Cabo Verde - Caracterização da Comunidade Portuguesa residente em Cabo Verde” veio permitir aprofundar o conhecimento sobre as históricas relações entre portugueses e cabo-verdianos, e a presença dos lusos em Cabo Verde, desde a fundação da Ribeira Grande de Santiago.

A história de Cabo Verde está intrinsecamente ligada à de Portugal, assim como à da Guiné-Bissau, Senegal e Serra Leoa. Quanto a isso não há dúvidas. Essa forte ligação histórica dura desde 1460, passando por vários momentos: i) Descoberta/Achamento; ii) Escravatura; iii) Colónia/Trabalho Forçado; iv) Independência; v) Cooperação/Diplomacia entre Estados Soberanos; vi) Relações Comerciais/Empreendedorais, etc.

No que concerne ao processo migratório, nota-se que no passado vinham mais portugueses para Ribeira Grande de Santiago, espaço privilegiado para o comércio com a Costa africana. Hoje, continuam a vir, sobretudo para a cidade da Praia, mas há mais cabo-verdianos a emigrarem para Portugal, no sentido inverso.

Portugal, para além de se constituir num histórico destino dos cabo-verdianos, foi também durante muito tempo gestor do processo das migrações (forçadas) para o Sul (São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) e também para a Metrópole (década de 1960, para construção civil). Milhares de cabo-verdianos estiveram em trânsito, por muitas décadas, para trabalharem nas plantações portuguesas em São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique e na Metrópole.

O estudo tem também a particularidade de estudar o fluxo migratório Norte-Sul. Os dados oficiais existentes apontam para a existência de cerca 2.000 portugueses, naturais do Continente e das ilhas de Madeira e Açores em Cabo Verde. Contudo, no país estão registados cerca de 16.700 indivíduos com nacionalidade portuguesa. É evidente que grande parte tem dupla nacionalidade. Os imigrantes portugueses em Cabo Verde constituem cerca de 9,2% do total da população imigrada.

Nota-se que a maioria dos portugueses em Cabo Verde é do sexo masculino, estando numa idade compreendida entre os quarenta e um e cinquenta anos. A cidade da Praia, à semelhança da Ribeira grande de Santiago (no passado), torna-se o espaço privilegiado de inserção. É uma imigração mais ou menos qualificada, ao contrário do passado.

Esta imigração tem a particularidade de começar como um projeto individual, mas depois dá-se a construção da família ou reagrupamento familiar. Aqui também à semelhança do passado, muitos portugueses constituem as suas famílias e relações familiares com pessoas locais.

Há uma boa propensão para a obtenção da nacionalidade cabo-verdiana. Não podemos nos esquecer que Cabo Verde faz parte de uma sub-região com um mercado potencial de 300 milhões de pessoas (a CEDEAO) e também por questões de maior segurança jurídica.

Muitos imigrantes portugueses veem Cabo Verde como espaço de oportunidade para os seus negócios e trabalho, dado que grande parte trabalha por conta de outrem, sobretudo nas empresas privadas. É interessante notar que têm a preocupação de se inscrever na segurança social dos dois países. Parece haver uma certa estabilidade no emprego, dado que a maioria só teve um emprego em Cabo Verde. O salário auferido em Cabo Verde tende a ser maior do que o salário mínimo em Portugal.

Como já foi enfatizado, o estudo procurou recolher dados de três categorias de portugueses em Cabo Verde: os naturais do Continente, Açores e Madeira; os naturais de Cabo Verde e os empresários, naturais do Continente, Açores e Madeira. Quanto aos naturais do Continente, Açores e Madeira, muitos estão há pouco tempo em Cabo Verde. A maioria veio diretamente de Portugal, e conseguiu uma autorização de residência temporária. Uma parte considerável fala a língua cabo-verdiana e tem feito investimento no país, sobretudo em setores com algum retorno (Engenharia e Construção Civil). Nota-se, por outro lado, que a participação cívica é fraca.

Os portugueses consideram-se bem integrados em Cabo Verde. Apreciam as pessoas, a



cultura (música e gastronomia). Praticamente, todos têm amigos e convivem com cabo-verdianos. Grande parte tem os filhos a estudar em Portugal.

Os portugueses naturais/nascidos em Cabo Verde/PALOP têm uma outra relação com Cabo Verde, dado a sua origem. Muitos adquiriram a nacionalidade portuguesa há uma década. A grande maioria já viveu por uns tempos em Portugal, chegando inclusive a trabalhar. A maioria regressou a Cabo Verde há quase uma década e sente-se realizado em Cabo Verde.

É evidente que sentem falta da qualidade de saúde e nível de organização que existem em Portugal. Mesmo assim, a maioria não pensa regressar a Portugal. Grande parte mantém contatos regulares com Portugal, através de viagens e visitas. Uma parte considerável possui casa ou apartamento em Portugal.

Nota-se também que grande parte não participa em eventos e festas portuguesas. Muitos, porque não recebem informações e outros porque não têm interesse.

Em relação aos empresários portugueses nascidos em Portugal (Continente e ilhas), grande parte trabalha sozinho, sem nenhum familiar e é dona do próprio negócio. O mercado parece atrativo, dado que pretende abrir um outro negócio. Uma parte considerável está em Cabo Verde há mais de uma década. A maioria pode ser incluída nas Pequenas e Médias Empresas.

A cidade da Praia é o mercado por excelência, dado que a maioria das empresas está localizada aí. Os setores mais procurados são a Imobiliária, o Comércio, a Construção e Engenharia e Construção Civil. Uma das queixas que fazem tem a ver com a mão-de-obra qualificada.

Os empresários apostam na qualidade dos serviços e produtos, até porque grande parte começou o negócio com capitais próprios e também porque o mercado é competitivo. Parece que o retorno é fácil, dado que a maioria consegue pagar os custos do arranque em cinco anos.

Grande parte não teve contato com os programas de apoio aos empresários, mesmo sabendo que o negócio tende a crescer. Os empresários sentem-se desafiados a investirem em Cabo Verde e têm Portugal como base nas relações comerciais. Os empresários não estão a pensar investir em Portugal. A ligação com Portugal é forte, dado que a grande maioria possui casa e família. Visitam Portugal com frequência.

Parece que os portugueses em Cabo Verde se sentem bem integrados e realizados. Cabo Verde é um país com muitos desafios, e está numa sub-região com fortes potencialidades económicas. As relações entre os dois países são fortes e sólidas. Existe um bom entendimento político e Portugal é importante como espaço da diáspora cabo-verdiana. Assim como Portugal serve de porta de entrada dos cabo-verdianos para a Europa, Cabo Verde pode(rá) servir de porta de entrada para os portugueses na CEDEAO.

Há necessidade de se trabalhar mais dados sobre as comunidades imigradas em Cabo Verde. As instituições devem compilar, tratar e partilhar dados e abrir-se mais aos investigadores.



BIBLIOGRAFIA

Balla, M. (2019), A incrível Estória de Cristóvão Colombo em Cabo Verde, Lisboa: Edição do Autor.

Barros, S. (1940), Cadernos Coloniais Nº56 "Origem da Colónia de Cabo Verde, Lisboa."

Barros, S. (1940), De Rebus Hesperitans, Caderno Nº1, Edições Hesperitans, Lisboa.

Barros, S. (1940), Ensaio sobre a História Económica de Cabo Verde, 2º Fascículo, Edições Hesperitans, Lisboa.

Barros, V. "A escrita da história da 'descoberta' de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento?" Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past, n.º5 (2017): 75-113.

Barbosa Martins A. (2009), Relações entre Portugal e Cabo Verde Antes e Depois da Independência, Dissertação de Mestrado, Policopiado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Ferraz, S. (2011), Estarão os expatriados portugueses satisfeitos com a sua expatriação? Dissertação Final, Universidade Católica, 2011, Dissertação de Mestrado Policopiada.

Gabinete da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Relatório da Emigração 2020, Lisboa, 2021.

Góis, P. (2006), Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão, Lisboa: Acime.

Van Sertima, I. (1976), They Came Before Columbus: The African Presence in Ancient America, New York: The Random House Trade Paperbacks.

Marques, J. C., Góis, P. (2021), A DIÁSPORA LUSITANA CONTEMPORÂNEA. ASSOCIAÇÕES E OUTRAS REDES SOCIAIS NA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA, REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 29, n. 62, ago. 2021, p. 31-48. P33

Pinto, L. "O que é isso de ser um expatriado em Portugal de 13 de Maio de 2018 <https://www.publico.pt/2018/05/13/sociedade/reportagem/o-que-e-isso-de-ser-um-expatriado-em-portugal-1829693>

Pires de Lima, M., "As Lutas Sociais nas Empresas e a Revolução do 25 de Abril: da

Reivindicação Económica ao Movimento Político – 1ª fase" in *Análise Social* Nº42-43, Lisboa pp 266-335.

Quijano, A. (2022), "Colonialidade, poder, globalização e democracia", *Novos Rumos*, ANO 17, nº37, 2002, pp1-25.

Sardar, Z., Nandy A., Win Davies, M., (1996) Manifesto Sobre o Racismo Ocidental: Bárbaros são os Outros, Lisboa: Dinossauro Edições.

Sousa, N. (2021), Uma Análise Comparada dos Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrantes em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, Praia: US Edições.

Silva Soares, A.J. 1997, A Ciência Náutica e a Expansão Marítima portuguesa: Dúvidas, Certezas, e Deturpações Históricas, Lisboa: Academia de Marinha, pp15-16.

Relatório do PAIGC, apresentado por Abílio Duarte ao Comité de Descolonização da ONU, por ocasião da 970ª sessão, que teve lugar na sede em Nova York no dia 29 de Março de 1974, Livraria Sá da Costa, Editora Lisboa, 1974.

Ribeiro Maia; B. Soraia; Sousa de Melo, V. D., (2020), A colonialidade do poder e suas subjetividades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 15 n. 2 Julho. 2020, pp-231-242.

Shikwati, J.; Shikwati, (2022), Colonialismo silencioso: Os Jogos de Poder entre Expatriados e Imigrantes, consultado em abril de 2023 <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/pkl/dis/22765510.html> março 2022

COCOP4INT

STRENGTHENING MIGRANT INTEGRATION
THROUGH COOPERATION BETWEEN PORTUGAL AND CABO VERDE